



**COLEGIADO TERRITORIAL DO VALE DO JIQUIRIÇÁ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PTDRSS
DO VALE DO JIQUIRIÇÁ**

**AMARGOSA – BA
ABRIL – 2017**

**COLEGIADO TERRITORIAL DO VALE DO JIQUIÇÁ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PTDRSS
DO VALE DO JIQUIÇÁ**

**AMARGOSA – BA
ABRIL – 2017**

Ficha catalográfica

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Vale do Jiquiriçá, Amargosa – BA, CODETER Vale do Jiquiriçá, UFRB, CNPq, MDA, 2017.

PTDRSS – CODETER Vale do Jiquiriçá, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017.

1. Desenvolvimento Territorial. 2. Desenvolvimento Rural. 3. Gestão Social. 4. Políticas Públicas e Agricultura.

Núcleo Diretivo do Colegiado Territorial do Vale do Jiquiriçá – 2015/2017

* Sociedade Civil:			
Nomes Efetivos	Instância	Entidade	Município
Edson Aurélio Galvão de Souza	Titular	Conselho Cultura	Brejões
Nadilton Almeida de Andrade	Suplente	FASE	Mutuípe
Valmir de Sousa Santos	Titular	Filhos do Mundo	Ubaíra
Verônica Santos de Souza	Suplente	FASE	Mutuípe
* Poder Público:			
Nomes Efetivos	Instância	Entidade	Município
Seonária Costa Santana	Titular	SEAGRI	Amargosa
Edilson de S. dos Santos	Suplente	Poder Legislativo	Brejões
Jenner Cmpo S. de Andrade	Titular	SEAGRI	Mutuípe
Jorge Luís Magalhães Santana	Suplente	Diret de Cultura	Brejões
NÚCLEO TÉCNICO		CÂMARA TÉCNICA	
Edson Aurélio Galvão de Souza		Câmara Técnica de Agricultura	
Seonária Costa Santana		Câmara Técnica de Mulheres	
Valmir de Sousa Santos		Câmara Técnica de Cultura	
		Câmara Técnica de Juventude	
		Câmara Técnica de Segurança Alimentar	

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Silvio Luiz de Oliveira Soglia - Reitor

Georgina Gonçalves - Vice-Reitora

Tatiana Ribeiro Velloso – Pró-Reitora de Extensão/ Coordenadora do NEDET/UFRB

Raul Lomanto Neto – Docente CFP/UFRB – NEDET/UFRB

Philippe Jean Louis Sablayrolles – Docente CCAAB/UFRB – NEDET/UFRB

Daciane de Oliveira Silva – Docente CCAAB/UFRB – NEDET/UFRB

Julianna de Andrade Pereira – Bolsista CNPq - NEDET/UFRB - Gestão Social

Reginaldo Dias dos Santos – Bolsista CNPq - NEDET/UFRB – Inclusão Produtiva

Izabel Santos Pereira – Bolsista PIBEX/PROEXT/UFRB – Assessoria às Mulheres Rurais

Emanuela Silva Terra Nova – Bolsista CNPq – Iniciação Extensionista

Colaboradores/as

Valmir Almeida Sampaio

Valmir Sousa Santos

Instituições Apoiadoras

Coordenação Estadual dos Territórios - CET

Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN

Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR

Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar - SETAF Portal do Sertão

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Organizadoras da Sistematização do PTDRSS

Raul Lomanto Neto, Tatiana Ribeiro Velloso, Seonária Costa Santana, Adriano Fernandes Vinha e Laís Costa Nunes

Este PTDRSS teve o apoio técnico e financeiro do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB da Chamada CNPq/MDA/SPM-PR – Nº 11/2014 - Apoio à Implantação e Manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET.

COLEGIADO TERRITORIAL VALE DO JIQUIRIÇÁ – COTEVAJ

O Território Vale do Jiquiriçá, é formado atualmente pelo Colegiado Territorial (CT), com participação de 113 (cento e treze) entidades; sendo 91 da Sociedade Civil e 22 do Poder Público. O Núcleo Diretivo (ND), organização social do COTEVAJ, estrutura-se em Núcleo Diretivo-ND (8 membros), o Núcleo Técnico-NT (3 membros) e 5 Câmaras Técnicas (Agricultura, Mulheres, Cultura, Juventude e Segurança alimentar). A Composição do Colegiado Territorial do Vale do Jiquiriçá – COTEVAJ por representação do Poder Público e da Sociedade Civil – 2015/ 2017:

MUNICÍPIO	ENTIDADES SOCIEDADE CIVIL	ENTIDADES PODER PÚBLICO
Amargosa	Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Vale do Jiquiriçá – COOAMA	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB/CFP
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Amargosa	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Amargosa
	Associação Comunitária Rural de Cambaúba	BAHIATER/SEMAF
	Associação Samba de Roda das Três Lagoas	CETEP
	Associação Patioba	
	Associação dos Produtores Rurais do Vale do Itachama, Correntina, Passagem do Lajedo e São Bento- APROVALE	
	Associação Comunitária Rural da Região do Gentio	
	Associação dos Agricultores Familiares do Tamanduá	
	Associação de Agricultores Familiares de Corta Mão	
	Associação de Mulheres D. Flor	
Brejões	Associação dos Produtores do Recreio dos Viajantes e Mamão do Mato	Câmara Municipal de Vereadores
	Associação Para o Progresso de Brejões	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Brejões
	Cooperativa Mista da Agricultura Familiar e Economia Solidaria do Município de Brejões – COOFAB	
	Conselho Municipal de Cultura de Brejões	
	Ass. Beneficente dos Moradores e Produtores de Tamanduá	
Cravolândia	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cravolândia	
	Centro Comunitário Áurea Cravo	
	Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais de Cravolândia	
Elísio Medrado	Sindicato de Trabalhadores Rurais de Elísio Medrado	Secretaria de Agricultura e Meio ambiente Elísio Medrado
	Associação de Agricultores Sítio do Meio	
	EDUCAVALE APRODEC	
Itaquara	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar	Secretária de Agricultura
Irajuba	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Secretária de Agricultura
Itiruçu	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras	Secretaria de Agricultura

	Rurais de Itiruçu.	
Jaguaquara	Associação Beneficente Monte Carmelo	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaguaquara	
	Associação Quilombola Lindolfo Porto	
	Sindicato Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais de Jaguaquara- SAFER	
	Central das Associações	
	Associação de Mulheres de Jaguaquara	
Jiquiriçá	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Jiquiriçá	
	Cooperativa Agroindustrial	
Lafaiete Coutinho	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lafaiete Coutinho	Secretária de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente - SEDAMA
	Associação Minha Feliz Cidade- AMFEC	
	APROLAC	
	Associação do Sem Terra (MST)	
	Associação de Apicultores do Povoado do Amazonas	
	Associação dos Produtores de Café	
Laje	Sindicato dos Agriculturas Familiares Trabalhadores de Laje	Secretaria de Agricultura de Laje
	SINTRAF-CEAMUL	
	Associação Km 17	
	Polo Sindical	
	Ass.Peq.Rurais do Tanquinho	
Maracás	Instituto Socioambiental Águas do Jiquiriçá;	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
	STR de Maracás	
	Banco de Sementes Quatro Lagoas e Candial	
Mutuípe	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional -FASE BAHIA	Secretaria Municipal de Agricultura de Maracás
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mutuípe	
	Associação de Agricultores de duas Barras do Fojo	
	COOPEIPE	
	Associação do Pindoba e Capelinha de São José	
	Associação de Mulheres de Duas Barras do Fojo	
	Associação do Riacho da Cruz	
	Associação Boa Esperança	
	Associação da Capelinha	
	Associação do Pau Seco	
Associação do Fojo		
	Associação Riachão do Vinhatico	Secretaria de Agricultura de Nova Itarana
	Associação Para Desenvolvimento de Nova Itarana	

Nova Itarana	Associação Renascer	
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Itarana	
	Associação dos Pequenos Agricultores de Nova Itarana	
	Associação das Mulheres de Lagoas	
Planaltino	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Planaltino	Secretaria de Agricultura de Planaltino
	Ass. Dos Agricultores Familiares do Projeto de Assentamento Lagoa da Onça	
	Ass. Comunitária – ACMPPSC	
São Miguel	Sindicato da Agricultura Familiar de São Miguel das Matas	Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente - São Miguel das Matas
	Associação Comunitária e Rural da Sucupira	
	Ass. ACRASA	
	Associação Comunitária e Rural da Moenda Seca e Gavião	
	Associação Riachão de Aparecida	
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Engenho Velho e Tabuleiro da Santa	
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade da Areia Fina	
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade da Cabeça do Boi.	
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Engenho Velho e Tabuleiro da Santa	
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade do Riacho das Bananeiras	
Santa Inês	Associação Natur de Assis	Secretaria de Agricultura de Santa Inês
	Associação Hermes de Caíres	
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Inês	
	Associação Filhas e Filhos de Oxum-Afoxum	
Ubaíra	Organização Filhos do Mundo (ONG)	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura
	Ass. Dos Moradores da Jacuba	CAR
	CMDS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável	CRAS
	Ass. De Ministros Evangélicos	
	Sindicato da Agricultura Familiar de Ubaíra	
	Ass. Dos Pequenos Produtores Rurais do Boqueirão	
	Ass. Dos Moradores da Jacuba	
Assentamento Força Jovem		

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

APARA – Associação dos Pequenos Produtores da Região de Amargosa
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES – Assistência Técnica Social e Ambiental
CAPS – Centro de Apoio Psicossocial
CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CDL – Câmara de Dirigentes Lojista
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CETEP – Centro Territorial de Educação Profissionalizante
CNPq – Conselho nacional de Pesquisa
CONSAD – Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração
COTEVAJ- Colegiado Territorial Vale do Jiquiriçá
CRAS – Centros de Referência da Assistência Social
CT – Colegiado Territorial
DIREC – Diretoria Regional de Educação
DIRES – Diretorias Regionais de Saúde
EBDA – Empresa baiana de Desenvolvimento Agrário
EDUCAVALE - Fórum dos Secretários de Educação do Vale do Jiquiriçá
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FAPESB – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia
FASE – Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional
FNDE – Fundo nacional de Desenvolvimento Educacional
IDE – Índice de Desenvolvimento Econômico
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDS – Índice de desenvolvimento Social
IFBaiano-Instituto Federal Baiano
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INGÁ –Instituto de Gestão de Água e Clima
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
MDA –Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOWALE

MINC – Ministério da Cultura
MST – Movimento dos Sem Terra
NOB – Núcleo de Oncologia da Bahia
ONG – Organização não Governamental
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAR – Plano de Ações Articuladas da Educação
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB – Produto Interno Bruto
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário
PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos
PROINFO – Programa Nacional de Informática na Educação
PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSF – Programa de Saúde da Família
PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
REDES – Rede de Desenvolvimento Social
RIMISP – Centro Latino Americano para El desarrollo Rural
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRI – Secretaria de Agricultura e Irrigação
SECULT – Secretaria de Cultura do Estado
SEI – Centro de Educação Integrada
SEPLAN – Secretaria do Planejamento
SINTRAF – Sindicato de Trabalhadores da Agricultura Familiar
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUAF – Superintendência da Agricultura Familiar
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
TOPA – Todos pela Alfabetização
UESC – Universidade estadual de Santa Cruz
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
NEDET – Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
ATGE – Assessoria Territorial de Gênero

ATGS-Assessoria Territorial de Gestão Social

ATIP-Assessoria de Inclusão Produtiva

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais – Bahia, Território do Vale do Jiquiriçá e municípios (2000/2010).

Gráfico 02: Situação das agroindústrias da agricultura familiar no Vale do Jiquiriçá.

Gráfico 03: Total de empreendimentos e distribuição por atividade.

Gráfico 04: Condição de funcionamento das agroindústrias do Território do Vale do Jiquiriçá

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução Territorial e Administrativa da Região do Vale do Jiquiriçá, a partir da Capitania da Bahia de Todos os Santos, com a origem e desmembramentos dos municípios: Laje, São Miguel das Matas, Elísio Medrado, Amargosa, Milagres, Brejões, Nova Itarana, Maracás, Lajedo do Tabocal, Planaltino e Lafaiete Coutinho. (Adaptado: Evolução Territorial e Administrativa da Bahia SEI, 2001).

Figura 2 - Evolução Territorial e Administrativa da Região do Vale do Jiquiriçá, a partir da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, com a origem e desmembramentos dos municípios de: Jequiriçá, Mutuípe, Ubaíra, Santa Inês, Irajuba, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara e Itiruçu. (Adaptado: Evolução Territorial e Administrativa da Bahia SEI, 2001).

Figura 3 – Mapa do Território do Vale do Jiquiriçá (CGMA/SDT/MDA, março de 2015).
Fonte: SDT (2015).

Figura 4 – Mapa com os municípios da Bacia Hidrográfica do Jiquiriçá e o limite do território de identidade. (Fonte: Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ), 2006).

Figura 5. Regiões Fitoecológicas da Bacia do Rio Jiquiriçá, com a linhas rosa e vermelho representando a as transições entre as vegetações. Fonte: Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ) (2006).

Figura 6 – Mapa de localização e condição de funcionamento das agroindústrias comunitárias do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá

Figura 7 - Zoneamento ecológico - econômico. Zona x Unidade de paisagem

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Subespaços ambientais do território de identidade Vale do Jiquiriçá

Quadro 2 – População dos municípios do Vale do Jiquiriçá, Censo do IBGE de 2000; 2010 e a estimativa de 2016. Com o crescimento populacional 2010/2000 e 2016/2010.

Quadro 3 – População dos Total, Urbana e Rural dos municípios do Vale do Jiquiriçá, Censo do IBGE de 2000 e 2010.

Quadro 4 - Vale do Jiquiriçá/BA: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – 2000 e 2010

Quadro 5 - Famílias cadastradas no Programa Bolsa Família e valor nominal total do repasse, segundo municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, Bahia, 2013 a 2015.

Quadro 6 - Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹, segundo os municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, Bahia, 2004 e 2015.

Quadro 7 - Volume de recursos do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Bolsa Família, nos municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, Bahia, 2015.

Quadro 8. Dados da matrícula da Educação Básica do Território do Vale do Jiquiriçá (2015).

Quadro 9. Escolas do campo do Território Rural do Vale do Jiquiriçá fechadas entre 2007 a 2014.

Quadro 10 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica -IDEB, anos de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015, da 4ª série / 5º ano e da 8ª série / 9º ano, dos municípios do Vale do Jiquiriçá

Quadro 11 – Oferta de ensino pela Secretária de Educação do Estado da Bahia, escolas estaduais, existentes nos municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, Bahia, 2015.

Quadro 12 – Número de Estabelecimentos e respectivas áreas em hectare da agricultura familiar e patronal, nos municípios do território do Vale do Jiquiriçá, conforme Censo agropecuário de 1995/96

Quadro 13 – Participação na área e nº de imóveis rurais no Vale do Jiquiriçá

Quadro 14 - Valor da Produção da Agricultura Familiar e Patronal, municípios do território do Vale do Jiquiriçá, em R\$. Conforme censo de 1995/96

Quadro 15 – Receitas Próprias e Transferências Constitucionais de recursos, para os municípios do Vale do Jiquiriçá, ano de 2016, conforme informação do Tribunal de Contas dos Municípios.

Quadro 16. Diagnóstico do desenvolvimento sustentável do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá da Bahia na Dimensão Ambiental.

Quadro 17. Diagnóstico do desenvolvimento sustentável do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá da Bahia na Dimensão sociocultural e Educacional.

Quadro 18. Diagnóstico do desenvolvimento sustentável do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá da Bahia na Dimensão socioeconômica.

Quadro 19. Diagnóstico do desenvolvimento sustentável do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá da Bahia na Dimensão Político - Institucional.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO I

1.1 HISTÓRICO DO TERRITÓRIO

1.2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO

1.2.1. DIMENSÃO AMBIENTAL

1.2.1.1 Aspectos físicos, ambientais e geoclimáticos

1.2.1.1.1 Passivo Ambiental

1.2.2 DIMENSÃO SOCIOCULTURAL E EDUCACIONAL

1.2.2.1 Aspectos demográficos

1.2.2.2 Vulnerabilidade social -IDHM, BPC e Bolsa família

1.2.2.3 Educação

1.2.2.4 Saúde

1.2.2.5. Cultura

1.2.2.6. Esporte e Lazer

1.2.2.7 Assistência Social.

1.2.2.7. Segurança Pública

1.2.3 DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

1.2.3.1 Estrutura fundiária

1.2.3.2. Características da estrutura fundiária

1.2.3.3. Áreas ocupadas

1.2.3.4. Emprego na agricultura

1.2.3.5. Produção

1.2.3.6. Infraestrutura Produtiva da Agricultura Familiar do Território do Vale do Jiquiriçá

1.2.3.7. Mercados e comercialização

1.2.3.8. Zoneamento agrícola - ZEE

1.2.3.9 Comércio e Serviços

1.2.4 DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

1.2.4.1. Administrações municipais - arrecadação e transferências de recursos no Vale do Jiquiriçá/Bahia

CAPÍTULO II

2.1. Breve descrição sobre os Eixos de Desenvolvimento

2.1.1. Limite e potencialidades da dimensão ambiental

2.1.2. Limite e potencialidades da dimensão sociocultural e educacional

2.1.3. Limite e potencialidades da dimensão Socioeconômico

2.1.4. Limite e potencialidades da dimensão Político-Institucional

2.2. Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas

2.2.1. Eixo do Desenvolvimento Ambiental

2.2.2. Eixo do Desenvolvimento sociocultural e educacional

2.2.3. Eixo do Desenvolvimento Socioeconômico com inclusão socioprodutiva

2.2.4. Eixo do Desenvolvimento Político-Institucional

CAPÍTULO III

3.1. Instrumentos Estratégicos para Gestão do Desenvolvimento

REFERENCIAIS

ANEXOS

APRESENTAÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS) do Vale do Jiquiriçá é um instrumento permanente de planejamento, análise, avaliação e construção do desenvolvimento sustentável, aberto a revisão e atualização frequentes, para que possa incorporar os avanços necessários em consonância com a conjuntura de cada momento específico, de modo a permitir aos atores locais participação efetiva e controle das políticas necessárias e prioritárias ao Território.

Participaram da construção do PTDRSS do Vale do Jiquiriçá representantes da Sociedade Civil (Associações, Cooperativas, Sindicatos, ONG's) e Poder Público (Universidades, Conselhos, Secretárias Estaduais, Secretarias municipais) dos seguintes municípios: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Lajedo do Tabocal, Laje, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra. O processo de elaboração do Plano foi realizado pelos atores territoriais da Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia-UFRB/CFP, através do Projeto Núcleo de Extensão e Pesquisa em Desenvolvimento Territorial: Fortalecimento da Política de Desenvolvimento Territorial do Vale do Jiquiriçá, CHAMADA CNPq/MDA/SPM-PR – N° 11/2014, com o suporte da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia –SEPLAN e do Núcleo Diretivo do Colegiado Território Vale do Jiquiriçá, com apoio de entidades como representantes do poder público e sociedade civil.

O PTDRS marca o início da construção de um amplo debate com a sociedade civil organizada e o poder público e marca o princípio de uma longa caminhada em busca do tão sonhado desenvolvimento com participação de todos, fruto dos esforços de agricultores, dirigentes, lideranças, técnicos (as) envolvidos neste trabalho, objetivando redirecionar e protagonizar as políticas estruturantes evidenciando o verdadeiro Desenvolvimento Sustentável. O caminho até aqui não foi fácil e muitas barreiras tiveram que ser vencidas durante todo o processo de elaboração deste PTDRSS, situação que influenciou no resultado final e na qualidade do material apresentado.

Espera-se que a elaboração do PTDRSS possa definir estratégias e diretrizes a partir dos principais eixos definidos consolidando ações práticas materializadas em projetos de desenvolvimento que dialoguem com a dinâmica do Território do Vale do Jiquiriçá, considerando suas peculiaridades na busca da integração dos fatores econômicos, sociais e culturais, permitindo assim uma visão ampla dos próximos passos a seguir.

CAPÍTULO I

1.1 . HISTÓRICO DO TERRITÓRIO

O território Vale do Jiquiriçá localiza-se na faixa intermediária entre a zona litorânea e o sertão baiano, abrangendo vinte, dos vinte e cinco municípios que compõe a bacia hidrográfica do Rio Jiquiriçá. O processo de ocupação desta região se deu a partir dos primeiros núcleos instalados na faixa do litoral no século XV. Ao longo do tempo foram surgindo aglomerações humanas que se transformaram em freguesias, vilas e cidades. A evolução territorial da Região do Jiquiriçá se deu a partir das Capitânicas de São Jorge dos Ilhéus e da Bahia de Todos os Santos, unificadas em 1775, como Capitania da Bahia. (Vide quadros 1 e 2).

Até meados do século XVI, o desbravamento da região vinha se desenrolando lenta e penosamente em virtude das duras lutas mantidas com os indígenas (Kiriri, Sabuyá, Payayá, Mongoios e Maracá), vitoriosos por esses, na maior parte das vezes. No ano de 1653 o governador da Bahia solicita o auxílio e a ajuda direta dos paulistas, tendo remetido proposta sobre o assunto às Câmaras de São Vicente e São Paulo, para ajudar no processo de entradas.

Na Bahia, a ocupação territorial, primeiro ocorreu no Recôncavo baiano. Em princípio, a convergência para essa região se deu pela implementação da monocultura da cana-de-açúcar. A produção dessa atividade era baseada no trabalho escravo, no latifúndio e no engenho. O cultivo tinha como objetivo a produção de açúcar para a exportação, atividade bastante rentável e valorizada.

Já no século XVI e XVII, a expansão e domínio de estendeu para o interior. Consolidada a ocupação do Recôncavo baiano, com o cultivo de lavouras de cana-de-açúcar, a expansão em direção ao interior, deslocando-se notadamente na região da serra em busca de minas. Mas, também para a introdução de outras atividades como a pecuária e as lavouras de subsistência.

Os meios de transporte (carro de boi, lombo de animais, as costas dos homens e o transporte Fúlvio marítimo), as feiras livres e o transporte ferroviário foram os principais fatores responsáveis pela formação, expansão e consolidação dos núcleos urbanos no final do século XVII e metade do século XVIII.¹

No século XVIII, quando da divisão da Bahia em quatro comarcas, as duas do sertão já possuíam 77.000 habitantes. Acompanhando, por um aspecto, a conquista do território, e correspondendo, por outro, à orientação de Portugal, ficaram caracterizadas quatro zonas de produção: 1) o Recôncavo, para a cana-de-açúcar; 2) Jaguaripe e Camamu, para a farinha de

¹ Extraído do Diagnóstico Participativo - CONSAD

mandioca; 3) os tabuleiros ou areais, para fumo e mandioca; 4) e o sertão, para o gado. Constatase que a principal característica da economia à época, foi a produção voltada para o mercado externo, com essas terras fornecendo matérias-primas e artigos da lavoura tropical, que interessavam à Europa.

Na segunda metade do século XIX, foi iniciado um movimento internacional de combate à escravidão, com repercussão significativa no Brasil. Com a abolição dos escravos e a liberação de uma mão-de-obra, a retração no plantio da cana de açúcar tornou-se inevitável. A retração na produção da cana-de-açúcar na Bahia proporcionou o desenvolvimento de outra atividade: a economia cafeeira e fumageira.

É sob a lógica do modelo agroexportador com extrema interligação com o Recôncavo que irão ocorrer os principais episódios de ocupação e formação da identidade regional no Vale. Nesse período diversos imigrantes que se instalaram na região trazendo a tecnologia inovadora, o “plantation”, com o café nas partes altas e topos de morros e fumo, o resultado foi o aquecimento da economia do Vale do Jiquiriçá, tendo em vista a elevada produtividade e a possibilidade de ganhos destas novas atividades agrícolas. O café tornou-se o principal produto da região.

Paralelamente a consolidação da economia cafeeira, nas regiões mais úmidas foram sendo ocupadas pelo cultivo da cana-de-açúcar e do fumo, mais voltados para o abastecimento do mercado interno do que realmente para a exportação. Boa parte dos canaviais era voltada para a produção de rapadura e aguardente, que atendiam à demanda regional. Onde predominava o clima semiárido, observava-se o desenvolvimento da agricultura (farinha, milho e feijão) e da pecuária. Ambas voltadas para o abastecimento da de Salvador e o Recôncavo baiano.

O dinamismo econômico do território propiciou a implantação da Estrada de Ferro de Nazaré - Jequié, que trouxe significativas transformações para o território, principalmente no que concerne à velocidade alcançada pela circulação de produtos e informações entre os distantes municípios, vilas e os grandes centros urbanos. Desse modo, o estilo de vida da região, até então predominantemente agrário, sofreu inúmeras mutações rumo à urbanização.

Pode-se constatar nas Figuras 1 e 2, que nesse período, diversos municípios do Vale do Jiquiriçá, já existiam como Vila ou Freguesia, de duas capitanias hereditárias distintas. Da Capitania de Todos os Santos, a partir das Vilas de: Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaribe, Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira e Vila de Santo Antônio da Jacobina, a origem e desmembramentos dos municípios: Laje, São Miguel das Matas, Elísio Medrado, Amargosa, Milagres, Brejões, Nova Itarana, Maracás, Lajedo do Tabocal, Planaltino e Lafaiete Coutinho. Da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, da Vila de São Jorge do Ilhéus,

posteriormente, da vila de Nossa Senhora de Cairú, tem sua origem e desmembramentos, Jiquiriçá, Mutuípe, Ubaíra, Santa Inês, Irajuba, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara e Itiruçu.

CAPITANIA: BAHIA DE TODOS OS SANTOS

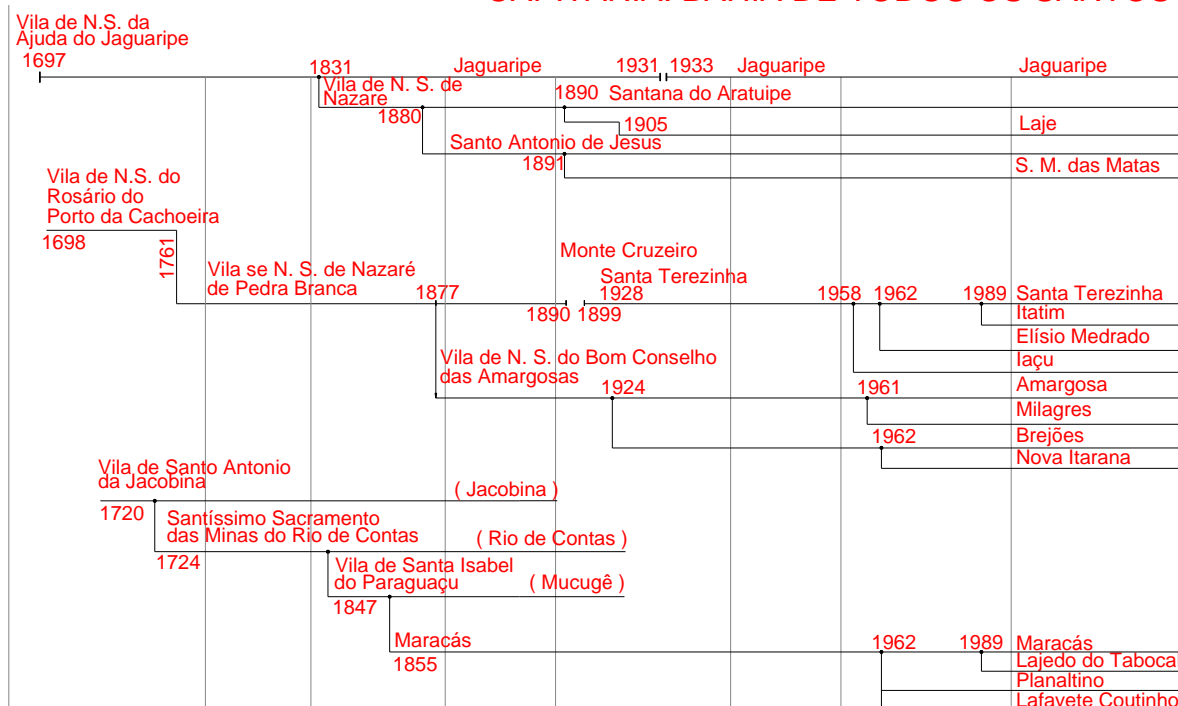


Figura 1. Evolução Territorial e Administrativa da Região do Vale do Jiquiriçá, a partir da Capitania da Bahia de Todos os Santos, com a origem e desmembramentos dos municípios: Laje, São Miguel das Matas, Elísio Medrado, Amargosa, Milagres, Brejões, Nova Itarana, Maracás, Lajedo do Tabocal, Planaltino e Lafaiete Coutinho. (Adaptado Evolução Territorial e Administrativa da Bahia SEI, 2001).

CAPITANIA: DE SÃO JORGE DOS ILHÉUS

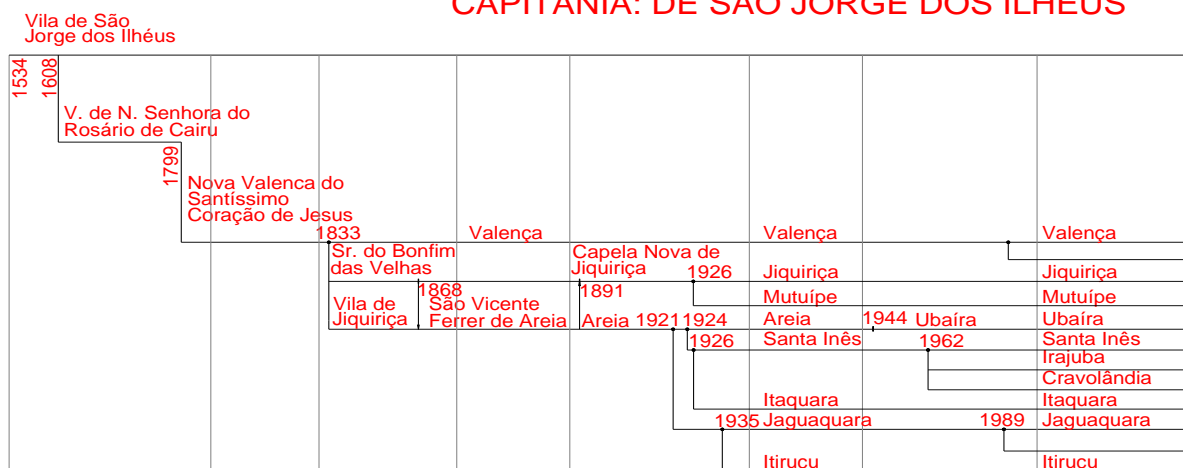


Figura 2. Evolução Territorial e Administrativa da Região do Vale do Jiquiriçá, a partir da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, com a origem e desmembramentos dos municípios de: Jequiriçá, Mutuípe, Ubaíra, Santa Inês, Irajuba, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara e Itiruçu. (Adaptado Evolução Territorial e Administrativa da Bahia SEI, 2001).

Já no início do século XX ocorreram algumas mudanças que influenciaram diretamente na dinâmica econômica e social do território. Os setores governamentais já não investiam mais em linhas de ferro. A estrada de rodagem e o processo de urbanização passou a ser o foco das

políticas governamentais. Segundo Santos (1963), o período de pujança econômica decorrente do modelo implantado no século XIX perdurou até a final década de 30 do século passado, quando se observa uma queda na produção de café, associado ao fato do Instituto Brasileiro do Café - IBC começar a exigir que o café para exportação fosse despulpado. A região produtora da cafeicultura sofreu com isso grandes prejuízos, pois não dispunha de tecnologia para a realização dessa atividade.

A população vivenciou múltiplos condicionamentos, os quais propiciaram uma mudança significativa na cultura, nos costumes e na tradição da região. As pessoas que viviam em meio a engenhos e roças, devido às consecutivas crises de produção agrícolas, foram se adaptando a uma conjuntura propícia a formação das cidades. “As cidades passaram a ser vistas como um espaço atrativo frente aos novos acontecimentos históricos, capazes de remediar os inúmeros problemas vivenciados pelos vaqueiros, empilhadores de sacas de café, negros e os diversos segmentos da população”².

Com o fim da segunda guerra mundial trouxe severas mudanças na economia mundial, refletindo no comércio internacional e por consequência nas exportações da região. Verificou-se nesse momento o avanço na reconfiguração das estruturas do capitalismo mundial, forjando um novo paradigma econômico, impulsionando o processo de globalização da economia. Tais mudanças influenciariam não somente a dimensão econômica, mas, sobretudo, a dimensão social. Nesse período o Brasil abraçou um novo programa de reordenação da economia nacional, tendo como base a estruturação de financiamentos, ampliação da matriz energética e exploração e refino do petróleo. No final da década de 1950, Juscelino Kubitschek empossado previa 50 anos em 5, era o momento da construção de grandes rodovias, fortalecimento dos grandes grupos de transformação transnacionais, a indústria passa a ser prioridade, consolidando-se aí a globalização no seu viés mais perverso, condenando as regiões periféricas a um estado de fragmentação e consequente decadência.

Na década de 50, século passado, dois movimentos são determinantes na configuração do território do Jiquiriçá, o processo de migração e formação de colônias de italianos em Jaguaquara, Itiruçu e Maracás e nos municípios mais úmidos a implantação de lavouras de cacau. Os italianos serão responsáveis pelo desenvolvimento do plantio dos hortifrutigranjeiros que foi o grande responsável pela solidificação dos movimentos internos de ocupação, da região mais alta da bacia hidrográfica do Jiquiriçá, cujos produtos além de atender ao consumo interno e externo, do território, atraíam uma grande quantidade de mão-de-obra, movimentando significativamente a economia dos municípios citados. Nos

² Trecho extraído do diagnóstico do território e caracterização de projetos intermunicipais de desenvolvimento

municípios mais úmidos do bioma Mata Atlântica assume o comando da economia a cultura do cacau, mesmo sendo considerada área marginal pela CEPLAC, a ocupa um papel relevante para esses municípios.

Durante as décadas seguintes, os homens públicos do Vale do Jiquiriçá da época não dimensionaram uma saída para a região, vivia-se nos municípios o auge da manutenção do poder familiar, onde na maioria dos municípios, duas famílias se alternam no poder por várias gerações, com raras interrupções nesse processo de mando. A situação foi agravada pela ausência de uma política nacional e local para enfrentar os problemas que já se avolumavam: era exigido pelo IBC o despulpamento do café para exportar o produto, surge a doença denominada ferrugem do café e a exigência da erradicação, perde o ramal da estrada de ferro de Nazaré a Jequié, aliado a outros fatores contribuiram para acentuada desarticulação econômico-produtiva.

As alternativas encontradas pelas oligarquias locais encasteladas no poder sinalizavam para atividades econômicas mais concentradoras ainda, áreas onde era cultivada a cultura do café, erradicadas através indenizadas pagas pelo governo federal, passam ser exploradas com a pecuária de corte e leiteira em alguns municípios. As pastagens com as braquiárias tomam lugar da agricultura e das florestas, para tanto não faltou crédito oficial via Bancos oficiais.

Nesse período são fechados os grandes armazéns de café e fumo, por todo território, desempregando grande número de pessoas, que não tem onde serem absorvidas na região. O êxodo ocorre tanto na zona rural com o fim das lavouras de café e fumo erradicadas, como também os empregados dos armazéns de beneficiamento da cidade. Sem o emprego, a saída é São Paulo e os grandes centros urbanos do sul do Brasil, que vivia o boom da expansão industrial causado pelo reordenamento da economia nacional.

Portanto, a grande maioria dos municípios do Vale do Jiquiriçá passou-se de uma economia baseada em culturas de exportação para um modelo mais excludente, concentrador e degradador que é a pecuária. A região entra em decadência e perde a hegemonia econômica para os centros mais próximos, Santo Antônio de Jesus, Jequié e Feira de Santana, cuja localização junto às estradas recém-construídas, apresentavam maiores vantagens logísticas e passam a ser um polo de serviços, deixando as cidades do Vale do Jiquiriçá com um papel secundário no estado da Bahia, a exemplo de Jaguaquara, Amargosa, Maracas e Ubaíra.

Atualmente a atividade econômica Vale do Jiquiriçá baseia-se na pecuária, principalmente com criação de bovino. A agricultura está voltada para o cultivo do cacau e uma variada fruticultura, que dão suporte às belíssimas paisagens, morros, vales, cachoeiras e rios, os quais têm atraído diversas famílias ao turismo ecológico.

Nesse contexto, com municípios dispersos e sem uma forte identidade territorial, surge o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento rural sustentável em âmbito do Vale do Jiquiriçá, política instituída no ano de 2003, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, com a participação da sociedade civil organizada e entidades do Poder Público (Municipal, Estadual e Federal), no ano de 2004, sendo a CEPLAC, mediadora do processo de organização, mobilização e articulação.

As primeiras atividades realizadas contaram com a participação de diversos atores que atuam no território: Banco do Brasil e Nordeste, EBDA, UESC; representações municipais do poder público e sociedade civil de: Mutuípe, Ubaíra, Amargosa, Jiquiriçá, Jaguaquara, Maracás e Laje. Vale salientar que a participação do Poder Legislativo (Mutuípe e Ubaíra), bem como a presença significativa dos movimentos sociais: STRs de Mutuípe, Laje, São Miguel das Matas, Amargosa, Ubaíra, Santa Inês, Jiquiriçá, Cravolândia, Polo Sindical da Região de Amargosa e Associações dos municípios: Mutuípe, Amargosa, São Miguel das Matas, APARA, CDL, e o CONSAD do Jiquiriçá (Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, criado em 2003) arranjo territorial proposto pelo Ministério de Desenvolvimento social com objetivo de promover a articulação entre os municípios de baixo IDH em torno de propostas de indução do desenvolvimento local e da segurança alimentar e nutricional. Esses foram os atores significantes para o processo de consolidação da Instância Territorial do Vale do Jiquiriçá.

Posterior as atividades realizadas no território, foi criado o Fórum para tomada de decisões e deliberações das questões territoriais, composto por, 12 (doze) instituições governamentais e 19 não governamentais. De acordo com os critérios estabelecidos para a consolidação e condução da instância territorial, o Território do Vale do Jiquiriçá ficou, como tantos outros, aguardando a instituição legal (entidade animadora) para a homologação do processo.

Mesmo com toda a dinâmica de formação do Fórum e ações conjuntas com outras políticas, a partir de 2007 o mesmo passa a sofrer um declínio com a pouca presença dos membros nas reuniões. Somente em outubro de 2009, com apoio e Convênio firmado com a SEPLAN³ e INGÁ⁴, ocorreu a contratação de um articulador, e a disponibilidade de recursos para a execução de oficinas objetivando a organização territorial, bem como a elaboração do Plano de Desenvolvimentos Rural Sustentável. Assim, as atividades foram retomadas, iniciando o processo de legitimação do Território, com a reformulação do Colegiado, elaboração/aprovação do Regimento Interno e criação dos Núcleos: Diretivo e Técnico.

³ SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia

⁴ INGÁ – Instituto de Gestão das Águas

O processo histórico recente de constituição do Vale do Jiquiriçá esteve voltado a uma abordagem territorial tendo como instrumento a gestão e controle social, a efetiva articulação integração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável com redução da pobreza.

A partir de 2014, o Território do Vale do Jiquiriçá contou com o apoio do Projeto Núcleo de Extensão e Pesquisa em Desenvolvimento Territorial: Fortalecimento da Política de Desenvolvimento Territorial do Recôncavo da Bahia, Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá e do Portal do Sertão – BA, coordenado pela Pró-reitoria de extensão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, foi construído com os sujeitos sociais que representam os Núcleos Diretivos dos Colegiados dos referidos territórios com a equipe acadêmica formada por docentes da UFRB e do IF Baiano, em plenárias territoriais ocorridas nos dias 16, 17 e 18 de julho de 2014, em Santa Inês, Cruz das Almas e Feira de Santana, respectivamente dos Territórios do Vale do Jiquiriçá, do Recôncavo e do Portal do Sertão. Nestes espaços foram discutidos o edital e suas atividades, a partir das realidades de cada Colegiado Territorial e a relação com Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB e outras entidades.

Na fase de construção desta proposta, foram integradas ações realizadas na ambiência acadêmica, e a partir da compreensão do pressuposto territorial, com uma contratualização na relação da UFRB com os Núcleos Diretivos dos Colegiados Territoriais, referendado pela plenária dos Colegiados territoriais (instância política de deliberação sobre o processo de desenvolvimento sustentável do território e espaço de participação social com a representação do poder político e sociedade civil).

Convém ressaltar, que o Núcleo de Extensão e Pesquisa em Desenvolvimento Territorial – NEDET trabalhou o projeto em dois segmentos: o primeiro quantificando e qualificando as diversas atividades formativas no Vale do Jiquiriçá, nos últimos dois anos, realizando e apoiando: 72 reuniões com 1725 participantes; 4 conferências territoriais (Juventude Rural, ATER, Mulher, SAN), com 240 participantes; dois Seminários de Mulheres com 200 participantes; duas Feiras da Agricultura Familiar, com 200 participantes que disponibilizaram seus produtos; vinte oficinas com 1031 participantes.

O segundo segmento foram os estudos propositivos realizados, através do levantamento dados secundários do território. Esses estudos foram sistematizados a partir de dimensões estratégicas para o planejamento territorial, lastreando nas propostas de políticas públicas e de programas governamentais existentes, considerando a territorialidade como elemento aglutinador para a dinamização da economia territorial. Esses estudos qualificaram as

demanda e estratégia de intervenção dos projetos territoriais que serão assumidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS.

O Colegiado territorial do Vale do Jiquiriçá atualmente é representado por 82 organizações da sociedade homologadas, que representam toda a diversidade social do território, e de órgãos e instituições públicas municipais, estadual e federal.

1.2 . CARACTERIZAÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO

1.2.1. DIMENSÃO AMBIENTAL

1.2.1.1 Aspectos ambientais, físicos e geoclimáticos ⁵

O Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, está localizado majoritariamente no Centro Sul Baiano, entre as coordenadas aproximadas de 12°45’ a 13°53’ de latitude sul e 39°7’ a 40°46’ de longitude oeste, ocupando uma área de 10.287,07 km², o que corresponde a aproximadamente 1,8% do território estadual.

Sua composição se dá por um conjunto de 20 municípios sendo eles: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra. (Figura 3).



⁵ Texto extraído do relatório do programa Dinâmicas Territoriais Rurais, coordenado por Rimisp – Centro Latino Americano de Desenvolvimento Rural, ESRC do Reino Unido, GeografAR, com pesquisadores e estudantes da UFBA, UFRB e UNEB.

Figura 3. Mapa do Território do Vale do Jiquiriçá (CGMA/SDT/MDA, março de 2015).
Fonte: SDT (2015).

O Vale do Jiquiriçá, localizado no Estado da Bahia, fica a aproximadamente 150km ao sudoeste da cidade de Salvador, capital da Bahia, interligando-se entre si e com os principais centros regionais através de uma infraestrutura viária de cinco rodovias federais e dezesseis estaduais. Apesar de sua pouca extensão, seu espaço é bastante heterogêneo, abrigando diversificações internas, exemplificadas pelas diferenças geoclimáticas e, conseqüentemente, socioeconômicas, existentes nos seus subespaços.

A bacia hidrográfica do Rio Jiquiriçá (Figura 4) constitui-se como o grande elo entre os municípios do território, tanto em termos culturais quanto de desenvolvimento sócio produtivo. Trata-se da maior sub-bacia do Recôncavo Sul, uma vez que ocupa uma área de 6.900 km². A Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Jiquiriçá é composta por 25 municípios, sendo que quatro não pertencem ao território de identidade Vale do Jiquiriçá, quais sejam: Aratuípe, Iacú, Itatim, Santa Terezinha e Valença. A nascente do Rio Jiquiriçá está situada no município de Maracás, seu estuário localiza-se ao sul da Baía de Todos os Santos e ao norte da foz do Rio Una. Através dos seus quase 275 km de extensão, o Rio Jiquiriçá recebe inúmeros afluentes e exerce um importante papel para a região que o circunda, principalmente no plano simbólico, haja vista que o rio sempre foi um forte elemento de referência para as populações da região.



Figura 4. Mapa com os municípios da Bacia Hidrográfica do Jiquiriçá e o limite do território de identidade. (Fonte: Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ), 2006).

A bacia hidrográfica do Jiquiriçá ocupa quatro regiões fitogeográficas distintas, apresentando variações climáticas extremas para um espaço físico-territorial tão curto (Quadro 1). As formações vegetais pioneiras do litoral, com o clima ameno de suas baixadas, passando pelas áreas intermediárias de floresta ombrófila e floresta estacional, outrora com bastantes fechadas e hoje totalmente descaracterizadas pela ação antrópica, se contrapõem à caatinga do Alto Jiquiriçá, onde os rigores do Semiárido mostram um sertão castigado pelas estiagens, em altitudes que atingem até 1.000 metros. Por outro lado, a altitude compensa de certa forma a falta de chuvas - o clima é mais benigno nas regiões altas.

Desta forma, pode-se observar, através da Figura 5, a existência de distintos subespaços geoclimáticos, onde há variabilidade de relevos, microclimas, vegetação e disponibilidade hídrica. Como consequência, esta heterogeneidade espacial tende a se refletir na diversidade socioeconômica de cada subespaço, bem como no grau de inserção nos mercados. A região de clima semiárido é encontrada nas porções Norte e Noroeste da sub-bacia (Alto Jiquiriçá), exceto nas áreas de planalto, e apresenta distribuição pluviométrica irregular com a maioria dos cursos de água intermitente e de caráter torrencial. A faixa de transição, entre os climas subúmidos e semiárido (Médio Jiquiriçá), é caracterizada por duas estações bem definidas: uma chuvosa e outra seca. A região de clima tropical quente e úmido nas áreas mais próximas ao mar, sem estação seca, também está presente na bacia, sendo caracterizada pela predominância de espécies arbórea, arbustiva.



Figura 5. Regiões Fitoecológicas da Bacia do Rio Jiquiriçá, com as linhas rosa e vermelho representando as transições entre as vegetações. Fonte: Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá (CIVJ) (2006).

Tais diferenças fitoclimáticas e de relevo existentes na sub-bacia tendem a se refletir na organização de sua vida social e econômica e na história da colonização do Vale, resultando numa pluralidade cultural. Neste sentido, observa-se que os três subespaços do Território Vale do Jiquiriçá (Alto Jiquiriçá, Médio Jiquiriçá e Baixo Jiquiriçá), ressalte-se que não tem no Território a região de estuário da bacia hidrográfica.

Os subespaços do Território Vale do Jiquiriçá, (Alto Jiquiriçá, Médio Jiquiriçá e Baixo Jiquiriçá) apresentam características socioeconômicas bem definidas, principalmente no que tange ao estágio de desenvolvimento de suas atividades produtivas. Desta maneira, quanto mais propícias forem as condições edafoclimáticas (Quadro 1) ao desenvolvimento agrícola, maior será o grau de inserção na economia como um todo, maiores serão os efeitos multiplicadores da atividade agropecuária e melhores serão os indicadores socioeconômicos.

Quadro 1. Subespaços ambientais do território de identidade Vale do Jiquiriçá

Subespaços ambientais gerais	Tipologias Climáticas	Vegetação	Municípios
Mata Atlântica Baixo Jiquiriçá	Úmido a Subúmido Subúmido a Seco	Floresta Ombrófila Floresta Estacional/Ombrófila	Amargosa, Laje, Mutuipe, Jiquiriçá, Ubaíra Amargosa, Brejões, Elísio Medrado, São Miguel das Matas, Jiquiriçá, Ubaíra
Transição Médio Jiquiriçá	Subúmido a Seco e Úmido a Subúmido Subúmido a Seco e Semiárido	Floresta Estacional /Ombrófila Floresta Estacional Contato Caatinga-Floresta Estacional	Sta. Inez, Jaguaquara Sta. Inez, Cravolândia, Itaquara Irajuba, Nova Itarana
Semiárido Alto Jiquiriçá	Subúmido a Seco e Semiárido Semiárido	Contato Caatinga-Floresta Estacional Caatinga Arbórea Densa	Itiruçu, Planaltino, Lajedo de Tabocal Lafayete Coutinho, Maracás Milagres, Maracás,

1.2.1.1. Passivo Ambiental

Nos subespaços ambientais do Vale do Jiquiriçá, as riquezas naturais, ao longo do tempo vem sofrendo alterações pela intervenção desordenada e degradadora do homem. Na vegetação, onde havia predominância de florestas ombrófilas densas, estacional semidecidual, estacional decidual, foram praticamente destruídas, no primeiro momento para extração de madeira de lei como Sucupira, Louro Sapucaia, Pau D' arco, Pequi, Vinhático, Jacarandá, Ipê, entre tantas outras. Após algumas décadas, de exploração intensivas pelas serrarias, houve o uso

intensivo com a prática de secagem de cacau e de café, uso e construção de casas de farinhas, uso de fogão de lenha nas cozinhas, retirada de madeiras para o uso em cercas e nos fornos das panificadoras e alambiques, etc.

Outro aspecto que favorece a degradação do meio ambiente é o crescimento da agropecuária na região pelo desmatamento das encostas e áreas de preservação permanente, das matas ciliares, com o uso de queimadas, bem como nos assentamentos urbanos. Nas áreas de caatinga o processo se repete inclusive com uso de máquinas pesadas no desmatamento e preparo do solo.

Dentre o passivo ambiental, a agricultura convencional tem os impactos causados pela mecanizada intensiva dos solos, técnicas inadequadas de irrigação e utilização intensiva de fertilizantes e agrotóxicos que provocam a erosão e o empobrecimento do solo, além do assoreamento dos cursos d'água, com alterações na qualidade da água. Esse modelo de exploração agrícola vem comprometendo o outrora rico potencial hídrico do território. Esse processo de exploração degradadora, praticamente extinguiu a grande diversidade de espécies da fauna e da flora que contribuía para que esta região seja uma das mais ricas e aprazíveis em termos de recursos naturais da Bahia.

Recentemente, outras explorações degradadoras foram implantadas no território, a exemplo da mineração, em Maracas com a exploração do Vanádio e em Jaguaquara com a bauxita.

Atualmente o abastecimento de água que atende à demanda urbana é pelos serviços da EMBASA e seu custo e eficiência está cada vez mais comprometidos, pela poluição dos sistemas hidrográficos que recebem in-natura os esgotos urbanos e rurais, lixo, agrotóxicos e partículas de solo devido ao manejo agrícola inadequado.

Convém ressaltar, dentre os passivos ambientais, a disposição inadequada dos resíduos sólidos, em quase todos os municípios da bacia. O lixo na quase totalidade dos municípios é depositado sobre o solo, próximos a mananciais, margens dos rios, ocasionando alterações significativas na qualidade da água e obstrução das ações de escoamento dos cursos d'água. Nas áreas rurais, o lixo também é depositado nas margens dos rios e riachos, agravando com os resíduos dos produtos oriundos de algumas agroindústrias e casas de farinhas, das pocilgas, os quais levam a grandes conflitos comunitários, causando poluição e sérios riscos na saúde da população.

Poucos municípios têm projetos para o sistema de esgotamento sanitário, o único recurso é a fossa séptica, solução adotada em parte da região, embora o seu mau uso e a falta de manutenção têm poluído os cursos d'água, elevando o número de pessoas portadores de esquistossomose. Mesmo com alguns municípios, aptos para fazerem o licenciamento, a gestão ambiental da região não existe de forma sistemáticas, resumindo-se apenas a algumas

poucas ações fiscalizatórias punitivas, não existe fórum de discussão sobre a problemática da agricultura familiar no contexto da preservação ambiental da Mata Atlântica, os Conselhos Municipais de Meio Ambiente não estão formalizados em todos os municípios e quando existentes não são operacionais, com raras exceções, entretanto mesmo esses sofrem de processo de descontinuidade, não sendo um instrumento permanente de discussão das questões ambientais.

Embora o poder público venha tentando há anos a construção e operacionalização do sistema de meio ambiente, não existe no território uma política mais consistente de educação ambiental, coleta seletiva, sistema de tratamento de esgoto e reciclagem como solução definitiva do problema.

1.2.2. DIMENSÃO SOCIOCULTURAL E EDUCACIONAL

1.2.2.1. Aspectos demográficos

Considerando o Censo do IBGE (2010), a população do território do Vale do Jiquiriçá seria de 301.682 habitantes, sendo 127.049 indivíduos estão localizados na área rural e 174.633 na área urbana, portanto 57,9% residem na zona urbana e 42,1% na zona rural. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estimativa da população em 2016, para o Vale do Jiquiriçá é de uma população de 326.180 habitantes, universo que representa 2,13% da população baiana (15.276.566 pessoas).

Considerando a população estimada de 2016, o território do Vale Jiquiriçá, apresenta uma densidade demográfica de 31,51 hab./km², superior, se comparada ao Estado da Bahia, que é de 24,62 hab./ km². A população encontra-se distribuída de forma irregular e dispersa pelos 20 municípios, de pequeno e médio porte que compõem a região, cujas extensões variam entre 160 e 2.443 km².

Conforme a estimativa de 2016, apenas seis municípios de todo o Vale do Jiquiriçá superam o patamar dos 20.000 habitantes, que são: Amargosa, Jaguaquara, Laje, Maracás, Mutuípe e Ubaíra. Esses municípios somam 184.987 habitantes, portanto, 57,06% da população do território. Oito dos vinte municípios tem menos de 10.000 habitantes, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Lafaiete Coutinho, Lajedo Tabocal, Nova Itarana e Planaltino (Quadro 2).

Observando o Quadro 2, a análise da evolução do crescimento populacional, na década passada, comparando o censo de 2010 em relação ao de 2000, registrou-se um incremento de apenas 0,70% na população dos municípios do Vale do Jiquiriçá, número bem inferior ao crescimento populacional do total do estado, que foi de 7,24%. Ressalte-se que o crescimento

da população baiana entre 2000 e 2010 é também bem inferior à taxa média do crescimento anual da população do Nordeste, 11,19%, e do Brasil, 12,34%.

Conforme Quadro 2, as oito cidades que tiveram o crescimento negativo da população nessa década, Brejões, Itaquara, Itiruçu, Lafaiete Coutinho, Maracás, Milagres, Santa Inês e Ubaíra perderam 12.678 habitantes, as perdas mais expressivas foram em Maracás e Milagres com uma perda de - 22,31 e -14,59%, influenciando no baixo crescimento de apenas 0,70% do território e confirmando a extensão da crise regional, explicitado no histórico do território. Essa perda de população é prejudicial aos municípios, pois interfere diretamente na distribuição de repasse de recursos pelo Governos estadual e federal. Com crescimento positivo da população destacam-se os municípios de Amargosa, Irajuba, Laje, Planaltino com uma taxa de 10,06%; 10,42%; 10,06%; 13,26% e 10,79% respectivamente.

Quadro 2. População dos municípios do Vale do Jiquiriçá, Censo do IBGE de 2000; 2010 e a estimativa de 2016. Com o crescimento populacional 2010/2000 e 2016/2010.

Municípios do Vale do Jiquiriçá	População			Crescimento populacional	
	2000	2010	2016	2010/2000	2016/2010
Amargosa	31.108	34.351	38.041	10,42%	10,74%
Brejões	15.344	14.282	15.166	-6,92%	6,19%
Cravolândia	5.001	5.041	5.568	0,80%	10,45%
Elísio Medrado	7.860	7.947	8.448	1,11%	6,30%
Irajuba	6.362	7.002	7.497	10,06%	7,07%
Itaquara	7.861	7.678	8.557	-2,33%	11,45%
Itiruçu	13.585	12.693	13.280	-6,57%	4,62%
Jaguaquara	46.621	51.011	55.751	9,42%	9,29%
Jiquiriçá	13.638	14.118	15.061	3,52%	6,68%
Lafaiete Coutinho	4.102	3.901	3.996	-4,90%	2,44%
Laje	19.601	22.201	24.112	13,26%	8,61%
Lajedo Tabocal	8.100	8.305	8.862	2,53%	6,71%
Maracás	31.683	24.613	23.373	-22,31%	-5,04%
Milagres	12.067	10.306	11.621	-14,59%	12,76%
Mutuipe	20.462	21.449	22.917	4,82%	6,84%
Nova Itarana	6.592	7.435	8.372	12,79%	12,60%
Planaltino	7.963	8.822	9.529	10,79%	8,01%
Santa Inês	11.027	10.363	11.169	-6,02%	7,78%
São Miguel das Matas	10.020	10.414	12.051	3,93%	15,72%
Ubaíra	20.595	19.750	20.793	-4,10%	5,28%
Total Vale do Jiquiriçá	299.592	301.682	326.180	0,70%	8,12%

Fonte: IBGE Censos 2000, 2010 e estimativa 2016.

Observando o Quadro 3, e na mesma análise da evolução do crescimento populacional, se considerarmos o a estimativa do IBGE, ano de 2016, com o censo de 2010, houve um incremento de 8,12%, número ainda inferior ao crescimento populacional do total do estado, que foi de 8,25%. Nesse período, segundo o IBGE, somente o município de Maracás teve crescimento negativo, com a perda de -5,04 da população (-1.240 habitantes), os demais municípios tiveram crescimento destacando-se Amargosa, Cravolândia, Itaquara, Milagres, Nova Itarana e São Miguel das Matas com 10,74%; 10,45%; 11,45%; 12,76%; 12,60% e 15,72% respectivamente. Ressalte-se que onze dos vinte municípios do Vale do Jiquiriçá (Brejões, Elísio Medrado, Irajuba, Itiruçu, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Lajedo Tabocal, Mutuipe, Planaltino, Santa Inês e Ubaíra) tiveram crescimento positivo, mais abaixo de crescimento do estado que foi 8,25%.

O território do Vale do Jiquiriçá, continua apresentando, importantes mudanças nas características de seu crescimento demográfico, iniciadas em décadas anteriores. Continua a redução no ritmo de crescimento da população total e, nesta dinâmica, verifica-se o forte despovoamento do campo, embora no conjunto dos municípios em um ritmo um pouco menor do que na década anterior. Entre o censo de 2010 e 2000, (-10.108 pessoas) deixaram a zona rural, em 13 municípios. Destaca-se o êxodo em Brejões, Elísio Medrado, Itiruçu, Maracás e Ubaíra (Quadro - 03). Por outro lado, o crescimento da população urbana foi de 12.198 pessoas, confirmando o ciclo de êxodo e saída de pessoas no território, se dirigindo para outras regiões da Bahia e do Brasil.

Quadro 3. População Total, Urbana e Rural dos municípios do Vale do Jiquiriçá, Censo do IBGE de 2000 e 2010.

Municípios Vale Jiquiriçá	População Censo de 2000			População Censo de 2010			Dif. Pop. Rural 2010/2000
	Total (hab.)	Urbana (hab.)	Rural (hab.)	Total (hab.)	Urbana (hab.)	Rural (hab.)	
Amargosa	31.108	20.827	10.281	34.351	24.891	9.460	-821
Brejões	15.344	4.576	10.768	14.282	4.937	9.345	-1.423
Cravolândia	.5001	3.000	2.001	5.041	3.180	1.861	-140
Elísio Medrado	7.860	2.517	5.343	7.947	3.248	4.699	-644
Irajuba	6.362	2.717	3.645	7.002	3.273	3.729	84
Itaquara	7.861	4.159	3.702	7.678	4.608	3.070	-632
Itiruçu	13.585	9.876	3.709	12.693	9.526	3.167	-542
Jaguaquara	46.621	35.067	11.554	51.011	38.850	12.161	607
Jiquiriçá	13.638	4.587	9.051	14.118	5.581	8.537	-514
Lafaiete Coutinho	4.102	1.922	2.180	3.901	2.104	1.797	-383
Laje	19.601	5.135	14.466	22.201	6.080	16.121	1.655
Lajedo Tabocal	8.100	4.603	3.497	8.305	5.149	3.156	-341

Maracás	31.683	18.459	13.224	24.613	17.707	6.906	-6.318
Milagres	12.067	9.385	2.682	10.306	7.789	2.517	-165
Mutuípe	20.462	8.985	11.477	21.449	9.659	11.790	313
Nova Itarana	6.592	2.495	4.097	7.435	2.715	4.720	623
Planaltino	7.963	2.988	4.975	8.822	3.640	5.182	207
Santa Inês	11.027	10.368	659	10.363	9.514	849	190
São Miguel das Matas	10.020	2.771	7.249	10.414	3.360	7.054	-195
Ubaíra	20.595	7.998	12.597	19.750	8.822	10.928	-1.669
Total Vale Jiquiriçá	299.592	162.435	137.157	301.682	174.633	127.049	-10.108

Fonte: IBGE Censos 2000, 2010 e estimativa 2016.

Embora no contexto microrregional, a população urbana (57,88%) seja superior à rural, constatamos que em metade dos 20 municípios a população rural é superior à urbana (Irajuba, Nova Itarana, Elísio Medrado, Planaltino, São Miguel das Matas, Jiquiriçá, Brejões, Ubaíra, Mutuípe e Laje (Quadr – 03). E mesmo os municípios com alta taxa de urbanização têm uma concentração de quase totalidade das suas atividades econômicas e mão-de-obra correlacionadas direta/indiretamente com o setor agrícola/pecuária.

Esses números caracterizam o Vale do Jiquiriçá como uma região de expulsão demográfica, que vem sendo agravada no tempo, pelo modelo de desenvolvimento agrícola, implantado a partir do “plantation” no século passado, e posteriormente com a atividade agrícola lastreada nos princípios da revolução verde em todo o território. Esse modelo consolidou um dos mais altos índices de concentração do uso da terra, elevadas taxas de desempregos, falta de ofertas de emprego e às reduzidas vagas nas escolas e universidades, falta de infraestrutura de saúde, fatores que influenciam na migração da população para outras áreas do Estado mais dinâmicas como: Salvador, Feira de Santana, Barreiras, Vitória da Conquista e cidades de outros estados.

1.2.2.2 Vulnerabilidade social – IDHM, BPC e Bolsa Família

Apesar da evolução nos últimos anos do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, nos municípios do Vale do Jiquiriçá, ainda se situa abaixo da média da Bahia, de 0,660. Apenas seis dos 20 municípios do território tem IDH superior a 0,600, com destaque para Amargosa (0,625), Elísio Medrado (0,623) e Milagres (0,622). Os números mais baixos foram apurados em Nova Itarana (0,524), Itaquara e Jiquiriçá, ambos com 0,553 (Quadro 4).

Quadro 4. Vale do Jiquiriçá/BA: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – 2000 e 2010

Municípios	IDH 2000	Ranking IDH 2000	IDH 2010	Ranking IDH 2010	Ganho IDH	Perda /ganho Ranking
Amargosa	0,487	3.398	0,625	3.587	0,138	189
Brejões	0,437	4.150	0,597	4.215	0,16	65
Cravolândia	0,442	4.064	0,599	4.167	0,157	103

Elísio Medrado	0,472	3.609	0,623	3.631	0,151	22
Irajuba	0,378	5.074	0,576	4.718	0,198	-356
Itaquara	0,393	4.859	0,553	5.157	0,16	298
Itiruçu	0,464	3.714	0,600	4.144	0,136	430
Jaguaquara	0,439	4.121	0,580	4.638	0,141	517
Jiquiriçá	0,426	4.337	0,553	5.157	0,127	820
Lafayette Coutinho	0,395	4.824	0,599	4.167	0,204	-657
Laje	0,431	4.258	0,586	4.495	0,155	237
Lajedo do Tabocal	0,400	4.762	0,584	4.550	0,184	-212
Maracás	0,412	4.582	0,607	3.984	0,195	-598
Milagres	0,476	3.553	0,622	3.653	0,146	100
Mutuípe	0,458	3.812	0,601	4.123	0,143	311
Nova Itarana	0,351	5.316	0,524	5.439	0,173	123
Planaltino	0,363	5.226	0,572	4.802	0,209	-424
Santa Inês	0,512	3.079	0,574	4.764	0,062	1.685
São Miguel Matas	0,435	4.184	0,593	4.309	0,158	125
Ubaíra	0,421	4.429	0,582	4.590	0,161	161

Fonte: PNUD Brasil. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acesso em: maio 2017.

O Índice de Desenvolvimento Humano é um indicador de qualidade de vida de uma população. Compõem o IDH a expectativa de vida ao nascer, o nível de escolaridade e a renda per capita. O IDH entre zero e 0,499 é considerado baixo; entre 0,500 e 0,799 é considerado médio e, acima de 0,800, o nível de desenvolvimento é alto. O nível de desenvolvimento do Vale do Jiquiriçá, portanto, pode ser considerado médio.

Podemos constatar, que apesar de todos os municípios do território terem melhorado o IDH em 10 anos, a exemplo de Lafayette Coutinho (saiu em 2000 de IDH 0,395, para 0,599 em 2010) e Planaltino (saiu de 0,363 em 2000, para 0,572 em 2010), somente cinco municípios: Irajuba, Lafayette Coutinho, Lajedo do Tabocal, Maracás e Planaltino subiram no o ranking IDH do Brasil. Todos os demais, mesmo melhorando o IDH, caíram no ranking.

Em parte, esse desempenho se deve às políticas de transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família – PBF. No território, mais de 48 mil famílias recebem R\$ 86,2 milhões em benefícios/ano. O município de Jaguaquara, com mais de 6 mil famílias atendidas, foi quem recebeu maior repasse, acima R\$ 9,52 milhões/ano (Quadro 5).

Quadro 5. Famílias cadastradas no Programa Bolsa Família e valor nominal total do repasse, segundo municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, Bahia, 2013 a 2015.

Municípios	2013		2014		2015	
	Famílias	Valor (R\$)	Famílias	Valor (R\$)	Famílias	Valor (R\$)
Amargosa	5.155	9.552.848	5.563	11.224.367	5.326	11.482.719
Brejões	1.960	3.567.066	1.839	3.744.783	1.900	3.751.042
Cravolândia	948	1.601.670	1.001	1.779.076	934	1.851.213
Elísio Medrado	1.199	1.664.114	1.119	1.800.799	1.143	1.764.154
Irajuba	1.402	3.378.756	1.444	3.952.157	1.365	3.904.018

Itaquara	1.150	1.903.436	1.110	1.981.825	1.240	2.072.098
Itiruçu	2.106	3.463.556	2.219	3.959.892	2.077	4.061.040
Jaguaquara	7.025	10.257.560	6.344	9.996.256	6.222	9.553.982
Jiquiriçá	2.557	4.476.944	2.582	4.950.230	2.570	5.230.854
Lafayette Coutinho	737	1.428.812	765	1.538.031	730	1.469.041
Laje	3.727	6.379.168	3.775	7.174.946	3.778	7.248.398
Lajedo do Tabocal	1.591	2.680.674	1.590	3.196.570	1.559	3.396.420
Maracás	3.985	6.647.288	3.901	6.929.422	3.893	6.798.253
Milagres	1.811	3.596.940	1.599	3.025.552	1.672	2.915.879
Mutuípe	3.261	5.568.988	3.178	6.082.457	3.453	6.665.149
Nova Itarana	1.478	2.636.002	1.506	2.680.494	1.459	2.706.705
Planaltino	1.526	2.977.658	1.552	3.456.011	1.535	3.614.117
Santa Inês	1.985	4.542.878	2.119	5.046.606	2.056	5.134.238
São Miguel Matas	1.768	3.393.250	1.804	3.582.983	1.823	3.691.867
Ubaíra	3.230	6.544.474	3.396	7.401.578	3.481	7.779.540
Vale do Jiquiriçá	48.601	86.262.082	48.406	93.504.035	48.216	95.090.727

Fonte: Ipeadata/MDS.

O total de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, em 2015, foi 48.216 beneficiários, inserindo R\$95.090.727,00 na economia do Vale (Quadro 5). Em termos per capita, atinge o valor de R\$ 285,94, superior à renda média per capita dos domicílios rurais.

De certa forma, também, as prefeituras são dependentes do Programa Bolsa Família, pois a quantidade transferida é superior, em todos os municípios, à própria receita municipal. E, na maioria das vezes, os valores repassados chegam a ser mais elevados do que a prefeitura investe no setor da saúde, com exceção de Cravolândia, Elísio Medrado e Lafayette Coutinho (mesmo assim a diferença não atinge 2%).

Sobre essa participação Olalde et al (2010) apontam que na zona rural do Vale do Jiquiriçá os programas de assistência social “constituem importantes complementos aos baixos níveis de rendimento monetário da atividade agrícola, e também geram significativos impactos multiplicadores, através da demanda adicional induzida para bens e serviços no mercado local”.

Quadro 6. Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹, segundo os municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, Bahia, 2004 e 2015.

Municípios	2015				Valor total 1 + 2 (R\$1,00)
	1. Idosos		2. Deficientes		
	Beneficiários	Valor (R\$1,00)	Beneficiários	Valor (R\$1,00)	
Amargosa	534	5.010.259	1.007	9.454.108	14.464.367
Brejões	188	1.811.609	306	2.873.041	4.684.650
Cravolândia	74	686.347	88	817.940	1.504.287

Elísio Medrado	15	148.144	57	538.991	687.135
Irajuba	24	223.004	62	597.302	820.306
Itaquara	77	724.170	121	1.162.138	1.886.308
Itiruçu	224	1.995.217	248	2.311.980	4.307.198
Jaguaquara	1.530	14.404.070	1.601	14.950.789	29.354.859
Jiquiriçá	63	598.878	179	1.649.276	2.248.154
Lafayette Coutinho	42	394.787	31	286.044	680.831
Laje	101	917.231	355	3.367.906	4.285.137
Lajedo do Tabocal	47	430.247	81	742.610	1.172.857
Maracás	287	2.709.766	528	4.893.385	7.603.151
Milagres	179	1.631.157	238	2.255.253	3.886.410
Mutuípe	182	1.719.411	410	3.849.530	5.568.942
Nova Itarana	33	306.530	89	822.670	1.129.199
Planaltino	81	810.063	139	1.338.022	2.148.085
Santa Inês	291	2.728.051	227	2.165.415	4.893.466
São Miguel Matas	46	423.156	138	1.312.019	1.735.175
Ubaíra	150	1.378.206	324	3.062.225	4.440.431
Vale do Jiquiriçá	3.634	34.040.044	5.222	48.996.536	83.036.580

Fonte: Ipeadata/MDS.

Deve-se reconhecer a importância dos programas de transferência direta de renda, do governo federal nos últimos anos, uma grande quantidade de pessoas tem sido atendida pelos Programas Bolsa Família, e BPC (Quadro 6), garantindo renda para famílias pobres que não dispõem de receita suficiente para garantir sua sobrevivência e a permanência dos seus filhos na escola. Além disto, o programa tem como principal propósito promover a segurança alimentar e nutricional, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza.

Ressalte-se que esses programas viabilizam no território o setor de comércio e de serviços, como disse o Presidente Lula da Silva “Cada real na mão do pobre volta automaticamente para o comércio, para o consumo e move a economia. Esse dinheiro não vai para bancos, para derivativos, vai para o comércio”. Conforme Quadro 7, em 2015, colocado no Vale do Jiquiriçá, através dos programas de transferência de renda (BPB e Bolsa Família) R\$178.127.307,00.

Quadro 7. Volume de recursos do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Bolsa Família, nos municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, Bahia, 2015.

Municípios	1. BPC 215 Valor (R\$)	2. Bolsa família 2015 Valor (R\$)	BPC + Bolsa família 2015 Valor (R\$)
Amargosa	14.464.367	11.482.719	25.947.086
Brejões	4.684.650	3.751.042	8.435.692
Cravolândia	1.504.287	1.851.213	3.355.500
Elísio Medrado	687.135	1.764.154	2.451.289
Irajuba	820.306	3.904.018	4.724.324
Itaquara	1.886.308	2.072.098	3.958.406

Itiruçu	4.307.198	4.061.040	8.368.238
Jaguaquara	29.354.859	9.553.982	38.908.841
Jiquiriçá	2.248.154	5.230.854	7.479.008
Lafayette Coutinho	680.831	1.469.041	2.149.872
Laje	4.285.137	7.248.398	11.533.535
Lajedo do Tabocal	1.172.857	3.396.420	4.569.277
Maracás	7.603.151	6.798.253	14.401.404
Milagres	3.886.410	2.915.879	6.802.289
Mutuípe	5.568.942	6.665.149	12.234.091
Nova Itarana	1.129.199	2.706.705	3.835.904
Planaltino	2.148.085	3.614.117	5.762.202
Santa Inês	4.893.466	5.134.238	10.027.704
São Miguel das Matas	1.735.175	3.691.867	5.427.042
Ubaíra	4.440.431	7.779.540	12.219.971
Vale do Jiquiriçá	83.036.580	95.090.727	178.127.307

Fonte: Ipeadata/MDS

Segundo Rios (2015), essas características irão refletir diretamente na participação do PIB per capita a microrregião, que possui uma média inferior ao PIB per capita baiano, que em 2011 foi de R\$ 11.340 (equivalendo a 53% do brasileiro). Para o ano de 2011, somente dois municípios (São Miguel das Matas e Brejões) apresentaram o PIB per capita próximo da média baiana.

O PIB per capita é reflexo do lento dinamismo econômico vivenciado pelos municípios, principalmente nas últimas décadas, em virtude da queda da arrecadação agrícola e pela falta de incentivos no desenvolvimento de outras atividades produtivas. Além do que o setor agropecuário que há quatro décadas comandava a base da economia local perdeu significativa importância em decorrência das sérias crises que afetaram as lavouras comerciais. O reflexo do declínio das atividades agropecuárias e a significativa redução da população rural no período de 1991-2010 irão impulsionar a participação do PIB per capita relacionado ao serviço/comércio, que se destacará nas últimas décadas em virtude do aumento da população urbana e conseqüentemente das atividades que giram em torno das cidades.

O reflexo do baixo PIB per capita é facilmente perceptível quando comparamos a média dos rendimentos mensais por classe. O rendimento per capita por domicílio não atinge a média de um salário mínimo. Sendo que esses valores são bem inferiores nos domicílios rurais – não ultrapassando R\$ 334,00. Já nos domicílios urbanos, há uma leve melhora, porém, apenas 5 municípios (Amargosa, Mutuípe, Milagres, Itiruçu e Planaltino) obtiveram uma média per capita próxima de meio salário mínimo (Rios, 2015). Os maiores rendimentos auferidos no meio urbano devem-se aos impactos relacionados à folha de pagamento do funcionalismo

público municipal que, como dito anteriormente, é o principal empregador, seguido do serviço/comércio e da agropecuária (SEI, 2011).

Esse cenário revela o grau de fragilidade econômica em que se encontra boa parte da população, pois a renda média dos domicílios não atinge o teto do salário mínimo, fato que coloca grande parte dos domicílios na situação de vulnerabilidade social e de extrema dependência dos programas federais de transferência de renda. No ano de 2015, o Vale recebeu o total de R\$178.127.307,00, ao analisar a inserção do programa de transferência de renda (Bolsa Família e BPC) no Vale do Jiquiriçá, observa-se a importância desse programa para as famílias e, por conseguinte, para os municípios (Quadro 7). Os impactos do programa sobre o conjunto da economia municipal são bastante significativos, pois essa transferência gera um forte impulso na economia, nessa lógica observa-se que quanto menor o contingente populacional maior é a dependência financeira.

Foi essa política pública de transferência de renda, que ajudou a reverter o mapa da pobreza, elaborado pelo IBGE no ano de 2003. Mostrava um elevado e preocupante quadro de incidência da pobreza no Vale do Jiquiriçá.

1.2.2.3 Educação

Em termos da ação do pública, a esfera municipal é a maior responsável pela oferta de serviços de educação nos municípios do Vale do Jiquiriçá, em função do fato do ensino fundamental estar sob sua alçada. Na esfera estadual também se percebe uma relativa ausência de políticas de educação com maior irradiação no Território, muito concentradas nos polos urbanos maiores,

Segundo Rios (2015), uma das soluções apontadas pelos especialistas para a superação dessas fragilidades sociais é justamente o investimento na área da educação que seja capaz de promover melhorias na qualidade do ensino e, por sua vez, possibilitar a superação dos grandes contrastes sociais.

De acordo com o Censo Escolar dos municípios do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá, como pode-se observar no Quadro 8, em 2015, foram matriculados na educação infantil 11.681 estudantes, 45.214 estudantes no ensino fundamental, 10.263 no ensino médio e 9.832 na educação de jovens e adultos, totalizando 76.990 matrículas na rede estadual e municipal, urbana e rural. Sendo que nas escolas do campo, o número de alunos matriculados foram 4.195 na educação infantil, 14.030 no ensino fundamental e 66 no ensino médio e 2.047 na educação de jovens e adultos.

Quadro 8. Dados da matrícula da Educação Básica do Território do Vale do Jiquiriçá (2015).

Dependência Administrativa	Matrícula da Educação Básica											
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Ensino Médio		EJA	
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral		
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	210	4.897	927	9.076	592	984	2.945
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	57	32	281	248	44	233
Municipal Urbana	1.554	1.756	3.977	200	11.252	2.586	9.391	1.921	0	0	3.767	89
Municipal Rural	666	184	3.228	117	5.845	3.795	2.703	1.598	66	0	1.770	0
Estadual e Municipal	2.220	1.940	7.204	317	17.097	6.591	17.048	4.478	9.423	840	6.565	3.267

Fonte: MEC/INEP, 2015.

1.2. Educação do Campo

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo precisam ser implementadas nos municípios que compõem o Território do Vale do Jiquiriçá, em termos de conhecimento, proposta política, metodológica, em todas as instâncias que executam, considerando que de fato se efetive as ações que são estabelecidas.

No Quadro 9, conforme dados do INEP, verifica-se que muitos municípios do TI do Vale do Jiquiriçá veem adotando a política de fechamento das escolas do campo.

Quadro 9. Escolas do campo do Território Rural do Vale do Jiquiriçá fechadas entre 2007 a 2014.

Município	% de escolas ativas sobre as registradas	Total de Escolas do campo ativas em e 2007	Total de Escolas do campo fechadas entre 2007 e 2014	% de Escolas do campo fechadas entre 2007 e 2014
Total Brasil	55,0%	122.970	55.290	45,0%
Amargosa	70,0%	40	12	30,0%
Brejões	20,0%	30	24	80,0%
Cravolândia	75,0%	16	4	25,0%
Elísio Medrado	51,6%	31	15	48,4%
Irajuba	88,9%	18	2	11,1%
Itaquara	25,9%	27	20	74,1%
Itiruçu	33,3%	15	10	66,7%
Jaguaquara	68,4%	57	18	31,6%
Jiquiriçá	52,8%	36	17	47,2%
Lafaiete Coutinho	28,6%	7	5	71,4%

Laje	50,0%	54	27	50,0%
Lajedo do Tabocal	61,5%	13	5	38,5%
Maracas	68,2%	44	14	31,8%
Milagres	36,4%	11	7	63,6%
Mutuípe	57,1%	56	24	42,9%
Nova Itarana	63,6%	11	4	36,4%
Planaltino	40,0%	25	15	60,0%
Santa Inês	71,4%	7	2	28,6%
São Miguel das Matas	73,7%	19	5	26,3%
Ubaíra	61,3%	62	24	38,7%
Total do Vale		579	254	

Fonte: Elaborada por SANTOS, 2017.

De 2007 a 2014, os municípios de Brejões, Itaquara, Itiruçu, Lafaiete Coutinho, Laje, Planaltino veem adotando intensamente a política de fechamento das escolas do campo e fazendo a nucleação e/ou o deslocamentos dos estudantes para as escolas da cidade. Estes municípios apresentaram fechamento quase sua totalidade das escolas do campo: Brejões 80%, Itaquara 74, 1%, Itiruçu 66,7%, Lafaiete Coutinho 71,4% e Laje 50%. Em 2007, o Território do Vale do Jiquiriçá possuía 579 escolas, já em 2014 tinha apenas 325 escolas ativas. Foram desativadas 254 escolas, no período de 7 anos.

Constata-se o fechamento de escolas do campo nos municípios do TI do Vale do Jiquiriçá por meio do processo de nuclear ou criar escolas-polo. A decisão é tomada com a justificativa de racionalizar os meios e os recursos correspondentes ao custo/aluno. Com isso, fecham-se as escolas do campo, sendo que os alunos são transferidos para a escola-polo ou escola-núcleo que oferta o ensino fundamental. Essas escolas são construídas ou ampliadas nas sedes dos municípios ou nas comunidades mais próximas para onde se deslocam os alunos, através de transporte escolar.

Diante da realidade da Educação no Campo no território, existem algumas demandas, tais como: reduzir o fechamento das escolas do campo; reduzir os indicadores de analfabetismo no campo; implantar de creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental II e ensino médio no campo; ampliar número de vagas nos programas de formação de professores (licenciaturas, especializações e mestrado); realizar cursos de formação continuada para os professores que atuar na multissérie; reformular o currículo e projeto político pedagógico das escolas do campo que não contemplam a realidade do aluno; melhorar a infraestrutura das unidades escolares; elaborar recursos didáticos contextualizados. Além disso, faz-se necessário incluir nas demandas da Educação do Campo o acesso a terra, ao trabalho, à qualificação profissional no nível técnico e tecnológico nas áreas relacionadas ao campo, que propicie o acesso ao

saber e ao conhecimento que transforma a realidade e que garantam a permanência dos camponeses no campo.

1.2. Transporte Escolar

O Programa Nacional de Transporte do Escolar (Pnate) e o Programa Caminho da Escola são programas implementados pelo governo federal para o transporte escolar. Eles são voltados ao atendimento dos alunos residentes no campo, que repassa recursos por aluno transportado (Pnate), e através da aquisição de veículos padronizados (Caminho da Escola), essa aquisição pode ser através da doação, mediante convênios, do governo federal com estados e municípios. Apesar da existência desses dois programas e do aumento da aquisição de veículos novos, ainda existem muitos transportes escolares inadequados que circulam nos municípios do território do Vale do Jiquiriçá. Para superar a situação atual, é preciso garantir mais financiamentos do Programa Caminho da Escola para aquisição de mais veículos, além disso, faz-se necessário intensificar a fiscalização e manutenção das estradas vicinais.

1.3. Alimentação Escolar

A alimentação escolar no Território do Vale do Jiquiriçá vem melhorando na qualidade e quantidade, mas alguns municípios ainda não atendem as necessidades nutricionais dos alunos e não cumprem a lei nº 11.947/2009 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e determina que as prefeituras e escolas estaduais a destinarem, no mínimo, 30% dos recursos para aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar. Faz-se necessário que ocorra a adequação do cardápio aos hábitos alimentares regionais, além disso, é preciso acompanhar o fornecimento da alimentação escolar, estabelecendo parceria com a secretaria de agricultura para dar suporte aos agricultores familiares na produção agrícola para que seja diversificada e atenda a demanda do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

1.4. Educação Especial

A educação especial no TI Vale do Jiquiriçá ainda não é ofertada conforme preconiza a legislação. Apesar dos estudantes estarem matriculados em turma regular de ensino, ainda existe diversos fatores que não garantem a inclusão dos mesmos, tais como: inexistência de uma proposta pedagógica específica para a educação especial; há ausência de equipamentos e recursos didáticos específicos; falta de equipe multidisciplinar (médico, psicopedagogo, psicólogo, educador físico, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional); e em muitas escolas não há acessibilidade.

Sendo assim, para melhorar essa situação é necessário à qualificação profissional; melhorar a estrutura das escolas com ambiente adequado para inclusão (acessibilidade, salas multifuncionais, etc.); implantação de centros de apoio às pessoas especiais nos municípios; implantação centro de referência para o Território; e propostas pedagógicas que contemplem a

educação inclusiva; produção e aquisição de recursos didáticos e equipamentos específicos, atendimento específico do aluno de acordo a necessidade, realização de projetos que possibilite o reconhecimento e valorização das diferenças. Enfim, deve-se possibilitar por meio de políticas públicas que os estudantes com necessidades especiais, que ainda vivem à margem da sociedade e das políticas de acesso a direitos, sejam incluídos de fato no ambiente escolar.

1.5. Escolas de Tempo Integral

No Território do Vale do Jiquiriçá há a necessidade de ampliação do número de escolas de tempo integral, pois existem muitos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Muitas escolas ofertavam atividades escolares por meio do Programa Mais Educação, que foi substituído em 2017 pelo Programa Novo Mais Educação. O Programa tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes. Vale destacar que o programa visa também reparar a distorção série/idade e diminuindo a repetência e evasão dos estudantes. O Programa é executado em algumas escolas municipais e estaduais, mas ainda não atende a todas as escolas que estão inseridas nos critérios estabelecidos pelo MEC.

Além disso, é possível fazer parcerias com vista a implantação de escolas de tempo integral, desenvolvendo atividades com esportes, cultura e lazer, garantindo a articulação com programas sociais existentes e também com universidade, agências financiadoras, etc. Na qual o estudante tenha acesso à experimentação científica, cultura, artes, esporte, lazer, tecnologias de comunicação, direitos humanos, preservação do meio ambiente, saúde, entre outros componentes, que devem estar articulados às mais diversas áreas do conhecimento, vivências e práticas socioculturais.

1.6. Educação de Jovens e Adultos e Ensino Profissionalizante

A Educação de Jovens e Adultos do TI do Vale do Jiquiriçá evoluiu significativamente nos últimos anos, considerando-se que o número de alunos matriculados vem aumentando. Porém muitos alunos da EJA evadem, pois existem fatores metodológicos do processo de ensino/aprendizagem que contribuem para a desistência desses alunos, além dos fatores socioeconômicos que afetam os estudantes.

São ofertados a EJA nesses municípios do TI do Vale do Jiquiriçá por meio do Programa Todos pela Alfabetização (TOPA), programa de alfabetização financiado pelo governo do Estado, do Programa Brasil Alfabetizado que é financiado pelo governo federal, sendo que as séries iniciais e finais do ensino fundamental são ofertadas pelo governo municipal, e em alguns casos as séries finais também são ofertadas nas escolas estaduais. Para os jovens e adultos, os programas de educação básica e de alfabetização são, em geral, mais atraentes se

estiverem associados ao mundo do trabalho. Todavia, ainda são necessárias políticas públicas específicas que atendam essa modalidade de ensino, propiciando uma educação de qualidade para jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso de frequentar a escola no período regular. Apesar de a EJA ser uma modalidade específica e com características próprias, são raros os cursos de formação de professores. Também, são escassos os recursos didáticos destinados para necessidades pedagógicas dos educadores que atuam nas salas de aula da EJA.

Devido à demanda existente, faz-se necessário a implantação de cursos profissionalizantes que atendam a realidade deste território, considerando o público alvo e a necessidade do território. Tendo em vista ampliação e oferta dos cursos técnicos e profissionalizantes do Centro Territorial de Educação Profissionalizante (CETEP, Vale do Jiquiriçá) e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano, Santa Inês), especialmente os cursos relacionados às Ciências Agrárias e os cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec/Campo).

1.7.Distorção idade/série

No Território do Vale do Jiquiriçá existem altas as taxas de distorção idade/série, pois muitos estudantes não estão matriculados nas séries compatíveis com sua idade. As principais causas da distorção idade/série são a reprovação, evasão e o abandono escolar. Sendo que, uma das principais consequências da distorção idade/série é o baixo desempenho dos alunos em atraso escolar.

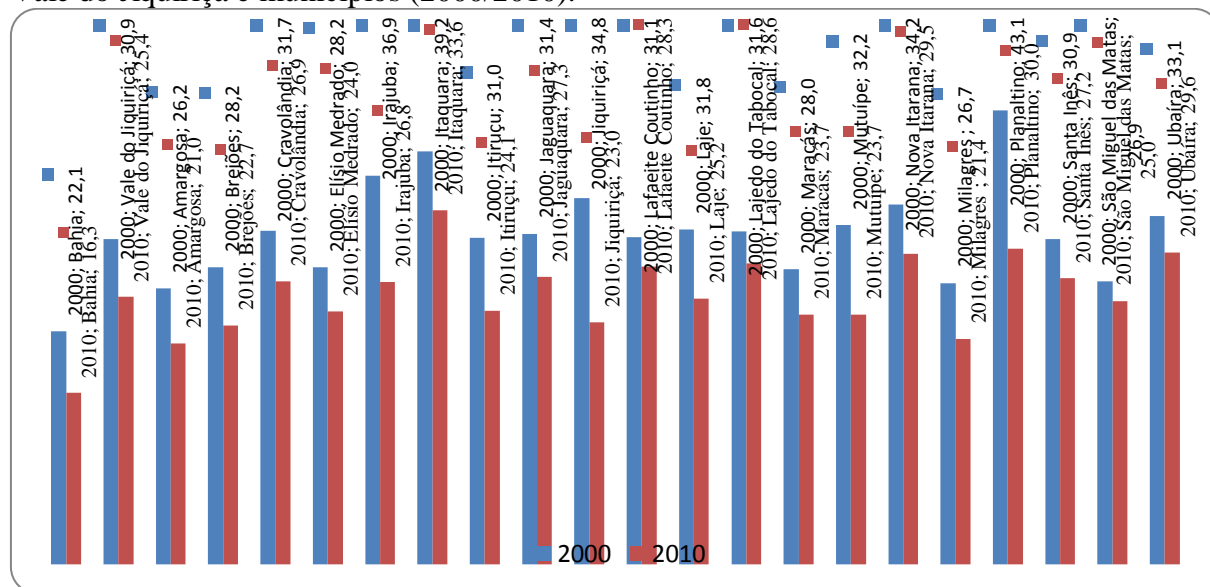
Diante desta realidade, faz-se necessário acesso aos programas de correção do fluxo escolar (Se Liga, Acelera Brasil, EJA e PROEJA, Programa Novo Mais Educação), com o objetivo de corrigir a distorção idade/série dos alunos e garantir aprendizagem com qualidade.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (indicador que verifica os resultados de dois conceitos para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações, para as séries finais do ensino fundamental) - MEC/INEP, no que se refere ao desempenho da rede pública, os municípios do território veem aumentando gradativamente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), mas não atingiram a média 6,0 que é considerada a média de nível bom. Verifica-se que 18 municípios atingiram a meta estabelecida para 2015, apenas 2 municípios não alcançaram a meta prevista para o 5º ano do ensino fundamental. Os municípios que não atingiram a meta estabelecida para 2015 foram: Laje e Santa Inês. Mesmo atingindo a meta prevista para 2015, apenas 6 municípios tiveram a média superior 4,5.

Observa-se no gráfico 01, que a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade do Território do Vale do Jiquiriçá, em 2010, foi de 25,4%, permanecendo acima da

registrada para o estado. Deve-se destacar que nenhum município exibiu percentual inferior a 20,0%. Itaquara (33,6%), Planaltino (30,0%) e Ubaíra (29,6%) apresentaram as maiores taxas de analfabetismo. Merece destaque a redução do índice em Planaltino, que caiu de 43,1%, em 2000, para 29,6%, em 2010.

Gráfico 01. Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais – Bahia, Território do Vale do Jiquiriçá e municípios (2000/2010).



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000/2010.

Dos 16 municípios que ofertam o ensino fundamental II (9º ano) da rede municipal, apenas Cravolândia alcançou a meta, com a média 3,8. Os municípios que não atingiram a meta prevista foram: Amargosa, Brejões, Elísio Medrado, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Planaltino, São Miguel das Matas e Ubaíra. Os demais municípios não apresentaram dados: Irajuba, Lafaiete Coutinho, Nova Itarana e Santa Inês.

Dos 11 municípios que ofertam o ensino fundamental II (9º ano) da rede estadual, Elísio Medrado, Itaquara e Santa Inês atingiram a meta prevista para 2015. Os municípios que não atingiram a meta foram: Amargosa, Irajuba, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Mutuípe e Nova Itarana. Sendo que 9 municípios não apresentaram dados.

Diante das metas previstas que não foram alcançadas por muitos municípios e dos baixos índices apresentadas nos dados MEC/IDEB (2015), além das altas taxas de analfabetismo existentes no Território do Vale do Jiquiriçá, faz-se necessário uma política ampla de escolarização da educação infantil ao ensino superior que eleve a qualidade da educação desses municípios.

Quando analisamos a os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos municípios do Vale do Jiquiriçá nos últimos 10 anos (Quadro 10) nota-se que, dos 20 municípios, apenas 06 municípios atingiram notas iguais ou superiores à média do estado da

Bahia (2015), para a 4ª série / 5º ano, que foi de 4,7 (Cravolândia, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Maracás, Mutuípe e Planaltino). Sendo apenas Lafaiete Coutinho único com nota no IDEB superior ao estado da Bahia, com a nota 4.9. O pior IDEB foi o registrado pelo município de Santa Inês, que obteve a nota de 3.8, índice abaixo da meta projetada pelo MEC, que era de 4.0. Quando observamos o resultado da meta de 2015 para o IDEB dos municípios do Vale do Jiquiriçá, somente não alcançou a metas os municípios de Jiquiriçá, Laje e Santa Inês.

Quando analisamos o Quadro 10, os índices do IDEB para às 8ª série / 9º ano nos municípios do Vale do Jiquiriçá, observa-se que apenas 07 municípios atingiram notas iguais ou superiores à média do estado da Bahia (2015), que foi de 3.4 (Cravolândia, Elísio Medrado, Lafaiete Coutinho, Laje, Maracás, Planaltino e Santa Inês). O pior IDEB foi o registrado pelo município de Milagres com a nota de 2.48, índice abaixo da meta projetada pelo MEC, que era de 4.2. Quando observamos o resultado da meta de 2015 do IDEB, para às 8ª série / 9º ano, dos municípios do Vale do Jiquiriçá, somente alcançou o resultado previsto os municípios de Cravolândia, Maracás e Santa Inês. Os demais não alcançaram os índices propostos

Esses resultados são preocupantes, pois atinge a quase negativamente a quase totalidade dos municípios. Mesmo sendo bastante questionado, o Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um parâmetro que deve nortear as ações das Secretarias de Educação dos municípios.

Quadro 10. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica -IDEB, anos de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015, da 4ª série / 5º ano e da 8ª série / 9º ano, dos municípios do Vale do Jiquiriçá

Município	Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	Meta 2015
Amargosa	4ª série / 5º ano	2.7	3.5	3.7	4.8	4.1	4.4	4.1
	8ª série / 9º ano	1.8	2.3	2.3	2.8	2.5	3.3	3.9
Brejões	4ª série / 5º ano	2.8	3.0	3.4	4.2	3.4	4.4	4.1
	8ª série / 9º ano	3.2	2.8	3.0	2.9	3.6	3.2	4.5
Cravolândia	4ª série / 5º ano	2.4	2.7	3.3	4.5	4.9	4.7	3.7
	8ª série / 9º ano	2.2	2.2	3.2	2.8	3.5	3.8	3.4
Elísio Medrado	4ª série / 5º ano	2.5	2.6	4.1	4.8	4.2	4.1	3.9
	8ª série / 9º ano	2.7	2.7	3.1	3.3	3.5	3.9	4.0
Irajuba	4ª série / 5º ano	1.6	2.1	3.1	3.4	3.6	4.5	3.6
	8ª série / 9º ano	2.2	1.9	2.3	2.9	2.8	*	3.5
Itaquara	4ª série / 5º ano	1.9	3.1	3.0	3.8	3.2	4.0	3.2
	8ª série / 9º ano	2.0	3.2	2.7	3.3	2.9	3.3	3.4
Itiruçu	4ª série / 5º ano	2.4	2.5	3.2	4.2	3.5	4.1	3.9
	8ª série / 9º ano	2.1	2.2	2.5	2.8	3.2	3.3	3.5

Jaguaquara	4ª série / 5º ano	2.5	3.2	3.2	4.1	3.9	4.2	4.1
	8ª série / 9º ano	2.2	2.5	2.6	3.0	3.4	3.1	3.6
Jiquiriçá	4ª série / 5º ano	2.4	2.7	3.1	3.8	4.3	4.1	4.2
	8ª série / 9º ano	2.1	2.9	3.4	3.4	3.7	3.2	4.1
Lafaiete Coutinho	4ª série / 5º ano	2.5	2.8	4.4	3.9	4.0	4.9	4.4
	8ª série / 9º ano	2.4	3.4	3.8	3.9	3.0	3.6	4.6
Laje	4ª série / 5º ano	3.1	3.4	3.5	4.1	4.3	4.3	4.5
	8ª série / 9º ano	3.4	3.0	2.6	2.8	2.9	3.6	4.6
Lajedo do Tabocal	4ª série / 5º ano	3.4	3.1	3.5	4.3	3.5	4.7	4.7
	8ª série / 9º ano	2.7	3.0	3.3	2.8	3.4	3.4	3.9
Maracás	4ª série / 5º ano	2.5	3.2	3.6	4.3	4.5	4.7	3.8
	8ª série / 9º ano	2.5	3.2	3.6	4.3	4.5	4.7	4.1
Milagres	4ª série / 5º ano	2.4	2.6	3.4	3.6	4.0	4.1	4.1
	8ª série / 9º ano	3.0	3.0	2.9	2.9	2.4	2.4	4.2
Mutuipe	4ª série / 5º ano	3.0	3.6	3.7	3.8	4.1	4.7	4.3
	8ª série / 9º ano	2.6	2.6	2.9	2.8	3.2	3.1	4.0
Nova Itarana	4ª série / 5º ano	1.7	2.6	3.2	3.4	3.3	4.1	3.6
	8ª série / 9º ano	2.6	2.7	2.5	2.9	2.6	2.8	3.7
Planaltino	4ª série / 5º ano	2.6	3.4	3.4	4.3	4.0	4.7	4.0
	8ª série / 9º ano	2.3	3.1	2.9	4.2	3.3	3.5	3.8
Santa Inês	4ª série / 5º ano	2.2	2.3	2.6	3.6	3.1	3.8	4.0
	8ª série / 9º ano	2.5	2.2	2.4	2.9	3.0	4.2	3.8
São Miguel Matas	4ª série / 5º ano	2.2	3.1	3.7	4.3	4.0	4.3	3.6
	8ª série / 9º ano	2.5	3.2	3.1	3.2	3.4	3.2	3.9
Ubaíra	4ª série / 5º ano	2.5	2.8	3.8	4.4	3.7	4.4	3.9
	8ª série / 9º ano	2.2	1.9	2.9	2.7	3.3	3.2	4.1
Estado da Bahia	4ª série / 5º ano	2.7	3.4	3.8	4.2	4.3	4.7	3.8
	8ª série / 9º ano	2.8	3.0	3.1	3.3	3.4	3.7	3.8

Algumas ações vêm sendo implementadas no Território a fim de efetivar a melhora nos índices educacionais. Uma delas foi a criação do Fórum dos Secretários de Educação dos Municípios do Vale do Jiquiriçá (EDUCAVALE), que tem como objetivo debater a questão da educação, assim como desenvolver ações articuladas e colaborativas entre as prefeituras em prol da mitigação das dificuldades educacionais enfrentadas pelas municipalidades.

Segundo Rios (2015), as Secretarias de Educação de Amargosa e Brejões, o EDUCAVALE tem como princípio a institucionalização das ações colaborativas e horizontais, promovendo entre os seus participantes a troca de experiências na implementação de políticas educacionais para todos os municípios, tais como: a) organização dos sistemas municipais de ensino; b) monitoramento do Plano de Ações Articuladas (PAR); c) organização e formação para conselheiros municipais; d) elaboração e implementação de Planos de Carreira; e) discussões sobre Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial (EJA), Educação do Campo, Gestão participativa). O EDUCAVALE tem buscado o fortalecimento de políticas articuladas

voltadas para a educação, com a realização de trocas das experiências que cada prefeitura vem desenvolvendo e para a prática/ação de uma política educacional articulada.

No território são notórias altas taxas de distorção Idade\serie é necessário que os alunos sejam matriculados nas series compatíveis com sua idade para isso é necessário o acesso a programas de correção do fluxo escolar (SE LIGA, ACELERA, EJA e PROEJA).

Um ponto de fortalecimento da rede de ensino do Vale do Jiquiriçá é a implantação de instituições federais de ensino. Atualmente o Vale do Jiquiriçá dispõe de uma Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Centro de Formação de Professores, que concentra cursos voltados para a formação docente (Pedagogia, Matemática, Física, Química, Letras, Filosofia, Educação do Campo, Educação Física, localizado no município de Amargosa e o Instituto Federal Baiano localizado no município de Santa Inês. O IFBAIANO oferta cursos do ensino médio integrados à área da agropecuária e três cursos superiores, sendo dois deles de licenciatura (Geografia e Biologia) além do bacharelado em Zootecnia.

Ambas as instituições atendem à demanda da sociedade em relação ao ensino superior, inclusive focando a formação de professores.

Quadro 11. Oferta de ensino pela Secretária de Educação do Estado da Bahia, escolas estaduais, existentes nos municípios do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, Bahia, 2015.

MUNICIPIO	UNIDADE ESCOLAR	OFERTA DE ENSINO
Amargosa	Centro Territorial de Educação Profissional do Vale do Jiquiriçá	Ensino Médio Técnico Profissionalizante
	Colégio Estadual Pedro Calmon	Ensino Médio
	Colégio Estadual Santa Bernadete	Ensino Fundamental e Tempo Formativo III (EJA)
	Escolas Reunidas Almeida Sampaio	Ensino Fundamental (Tempo Integral)
Brejões	Colégio Estadual Ana Lucia Castelo Branco	Ensino Médio
	Colégio Estadual Edivaldo Boaventura	Ensino Médio
Elísio Medrado	Colégio Democrático Professor Rômulo Galvão	Ensino Médio
Jiquiriçá	Escola Reunidas Castro Alves	Ensino Fundamental
	Colégio Estadual José Malta Maia	Ensino Médio
Laje	Colégio Estadual Juvenília Peixoto Sampaio	Ensino Médio
	Escola Estadual Marilda Sampaio de	Ensino Fundamental

	Almeida	
	Colégio Estadual Ruy Almeida	Ensino Médio
Mutuípe	Colégio Estadual Professor José Aloísio Dias	Ensino Médio
	Escola Estadual Ruy Barbosa	Ensino Fundamental
Nova Itarana	Colégio Estadual Luiz Viana Filho	Ensino Médio
São Miguel das Matas	Colégio Estadual Aldemiro Vilas Boas	Ensino Médio
Ubaíra	Colégio Estadual Balbino Muniz Barreto	Ensino Médio
Cravolândia	Colégio Estadual de Cravolândia	Ensino Médio
Irajuba	Colégio Estadual Professor Isaias Aleixo	Ensino Fundamental e Médio
Itaquara	Colégio Estadual João Pessoa	Ensino Médio
Itiruçu	Colégio Dr Antônio Sergio Carneiro	Ensino Fundamental e Médio
	Colégio Estadual Maria Cândida de Castilho Fontoura	Ensino Médio
Jaguaquara	Escola Estadual Rural Taylor Egídio	Ensino Fundamental
	Colégio Luzia Silva	Ensino Fundamental
	Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	Ensino Fundamental e Médio
	Centro Estadual de Educação Profissional em Alimentos e Recursos Naturais Pio XII	Ensino Médio Técnico Profissionalizante
	Colégio Estadual Virgílio Pereira de Almeida	Ensino Fundamental e Tempo Formativo III (EJA)
Lafayette Coutinho	Colégio Estadual Eraldo Tinoco	Ensino Médio
Lajedo Tabocal	Colégio Estadual Fernando Presidio	Ensino Médio Regular
Maracás	Colégio Estadual Edilson Freire	Ensino Médio
	Colégio Estadual Edivaldo Boaventura	Ensino Médio Regular
Planaltino	Colégio Estadual Manuel José de Andrade	Ensino Médio
Santa Inês	Colégio Estadual Antônio Carlos Magalhães	Ensino Médio

1.2.2.4 Saúde⁶

No que se diz respeito à saúde é perceptível uma baixa resolução problemas no território, fatores como o aumento no número de acidentes de trânsito, especialmente envolvendo motocicletas que acarreta grande número de ocupação de leitos hospitalares, altos índices de Intoxicação por uso abusivo de agrotóxicos, aumento de doenças ocupacionais, aumento no número de usuários de drogas com a falta de um serviço de referência falta de cobertura total pelo programa PSF, fragilidade dos conselhos municipais de saúde aliados a Insuficiência de recurso no financiamento, torna a saúde merecedora de atenção especial das políticas municipais, estaduais e federais.

1.2.2.5 Cultura⁷

⁶ Texto extraído Plano de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT. do Vale do Jiquiriçá (PRELIMINAR), 2010.

O Vale do Jiquiriçá possui um grande potencial cultural, desde 2007 o tema é discutido, foi analisado na primeira Conferência Territorial de Cultura realizada em Mutuípe, evento promovido pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, contando com a participação dos diversos agentes culturais da área urbana e rural. A partir das discussões e apresentações da cultura territorial, predominou a necessidade de revitalização da cultura popular, estímulo as diversas expressões artísticas e o reconhecimento dos patrimônios materiais e imateriais existentes na dinâmica territorial.

Na segunda Conferência Territorial em Maracás ampliou as discussões da primeira Conferência e reconheceu que a política cultural no Vale do Jiquiriçá precisa avançar consideravelmente, compreendendo o que realmente é cultura e os elementos que a compõe. Infelizmente, a cultura ainda é vista, por uma parcela considerável dos governantes municipais, somente do ponto de vista da promoção dos festejos juninos, calendários de eventos e festas do final de ano, sendo pouco ou quase nada os investimentos nas outras áreas da cultura. A ausência de equipamentos culturais (centros de cultura, teatro, cinema, museu, arquivo público e outros) foi outro fator identificado que inviabiliza o desenvolvimento cultural. Associado a falta de equipamentos a inexistência de Secretarias exclusivas de cultura, conselhos municipais, planos e fundos contrapõe o desenvolvimento de uma gestão eficaz no campo cultural.

Por outra vertente é importante salientar que o Território do Vale do Jiquiriçá possui um Fórum atuante de Dirigentes Municipais de Cultura; em 2009 todos os municípios desenvolveram as Conferências Municipais; E aos poucos a sociedade civil do Vale do Jiquiriçá vem se apropriando da política de editais da SECULT e do MINC e hoje projetos importantes estão presentes no contexto territorial incentivando, colaborando e proporcionando a classe artística e cultural o acesso as diversas formas de financiamento das propostas. Neste sentido, é possível mencionar alguns editais de destaque para o Território: Pontos de Cultura, Microprojetos Culturais, Cine Mais Cultura e Pontos de Leitura.

Diante do contexto, que apresenta as duas faces da cultura no Vale do Jiquiriçá é necessário reconhecer, valorizar, proteger e organizar a cultura local tendo enfoque no desenvolvimento dos campos simbólico, cidadão e econômico. Isso depende de um movimento conjunto em que o poder público e a sociedade civil participem ativamente da proposta discutindo a cultura local nos seus múltiplos aspectos, valorizando a diversidade das expressões e fortalecendo a cultura como centro dinâmico do desenvolvimento sustentável.

⁷ Base do texto do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT. do Vale do Jiquiriçá (PRELIMINAR), 2010

1.2.2.6 Esporte e Lazer ⁸

No campo esportivo a existência de estádios e ginásios de esportes estão concentrados nos municípios de maiores portes do Território. Contudo, as quadras esportivas estão presentes em quase todas as localidades. Esta presença, porém, não se faz presente ainda na área rural que possui uma carência excessiva de atividades esportivas e espaços que contemplem a prática.

O futebol de campo e de quadra é o esporte mais desenvolvido. Ressalta-se a prática de esportes radicais, começam a despontar no Território em virtude dos aspectos geográficos e naturais da região.

Em relação aos espaços de lazer no Território é possível destacar a forte incidência para o turismo rural. As cachoeiras são os pontos turísticos mais frequentados, contudo sem uma orientação para preservação ambiental e sustentabilidade das comunidades.

1.2.2.7 Assistência Social. ⁹

É uma área nova e precária, apesar de haver um crescimento acelerado há também uma fragilidade no SUAS. As más condições de trabalho dos profissionais aliados à fragilidade financeira, a ausência de serviços de alta complexidade e de equipamentos de segurança especializados, a Falta de capacitação para os/as conselheiros/as de direitos e de políticas, a fragilização da gestão municipal no campo da assistência, a falta de cobertura da Política de Assistência Social na zona rural e de priorização da implantação dos serviços na sede dos municípios, a fragilidade no acesso aos programas de SAN (segurança alimentar e nutricional), e a falta de clareza na definição das responsabilidades (das políticas de saúde, assistência e segurança pública) em relação às questões que envolvem os/as usuários/as de substâncias psicoativas dificultam a implementação do sistema.

Para se chegar a uma situação ideal é necessária à criação de diretorias regionais como a DIREC e a DIRES para a PAS (Programa de Assistência Social), Capacitação dos trabalhadores, ampliação de recursos e serviços, cumprimento das NOB's, ampliação do projeto Praças do PAC para os municípios de pequeno porte, definição das atribuições de cada política, estrutura fixa de Promotoria, Juizado, defensoria e delegacia nos municípios, implantação de serviços territorial para atender os municípios da região, ações educativas para prevenção do uso de drogas, reinserção sócio familiar e comunitário de usuários de entorpecentes, tratamento clínico público, combate ao tráfico, CRAS exclusivamente

⁸

⁹ Base do texto do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT. do Vale do Jiquiriçá (PRELIMINAR), 2010

itinerante, implantação de serviços na zona rural, respeitando a diversidade cultural de cada comunidade.

1.2.2.8 Segurança Pública¹⁰

No seguimento de Segurança Pública é observado no Vale do Jiquiriçá, um déficit no efetivo policial que não consegue atender com eficiência as demandas, não existe uma atenção específica para a segurança da mulher, além da disseminação das drogas entre os jovens com a expansão/domínio do tráfico em todo o território. Na zona rural o problema de insegurança se expande com muita rapidez e o combate é dificultado pelo baixo efetivo policial e dificuldade no acesso as áreas. Os acidentes de transito também é um grande problema enfrentado pelo território principalmente os envolvendo motocicletas que impacta diretamente na área de saúde pois é um grande responsável pela ocupação dos leitos hospitalares.

É necessária para o território a criação de companhias independentes, implantação de uma delegacia da mulher, implantação de um centro de tratamento de dependentes químicos, projetos educativos de prevenção das drogas, criação de uma unidade de repressão ao tráfico atrelado a um serviço de inteligência, expansão da prática do policiamento comunitário para a área rural dos municípios, blitz educativas de forma intensiva nas BA's BR's e estradas vicinais e Criação de Conselhos Municipais de Segurança Pública.

1.2.3. DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

Conforme diversos estudos realizados no Vale do Jiquiriçá (Rios, 2015; Olalde et al 2010 e 2007); mostram que em virtude do processo de urbanização evidenciado nas últimas décadas, o produto interno do Vale do Jiquiriçá vem se concentrando basicamente no setor terciário, todavia a atividade agropecuária é muito importante na economia do território, visto que considerável parte da população reside na zona rural (42,1%). O fato do território possuir uma população urbana superior à rural na realidade não significa que o mesmo detém nas cidades fontes relevantes de geração de renda, pois verifica-se nos municípios a proliferação de pequenos comércios, muitos deles informais e com baixa geração de emprego. No contexto geral, a administração pública municipal é a grande empregadora e a responsável pela atração de uma série de trabalhadores para as cidades, com isso movimentando uma incipiente economia urbana, seja pela geração direta ou/e indireta de renda.

O setor primário representa a segunda fonte de produção de riqueza, mas, emprega cerca de 70% da população economicamente ativa (IBGE, 2010), demonstrando a forte inserção do rural no território (Rios, 2015; Olalde et al 2010 e 2007). Todavia, esse segmento é

¹⁰ Base do texto do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT. do Vale do Jiquiriçá (PRELIMINAR), 2010

caracterizado pela baixa produtividade e conseqüentemente assinalado pela incipiente lucratividade e grave problemas fundiários.

1.3.1.1 Estrutura fundiária ¹¹

A origem da ocupação territorial do Brasil provocou a concentração de grandes extensões de terras em mãos de poucos proprietários, situação que se ampliou no decorrer dos anos, através da Lei das Terras, do Estatuto das Terras e de outros códigos e leis. Ao analisar a trajetória histórica e social que forjou as bases para o estabelecimento da estrutura e da organização do espaço rural no Brasil, constata-se que o acesso à terra foi orientado pela apropriação privada das terras livres (capitanias hereditárias e sesmarias), processo que teve continuidade ao longo dos anos, garantindo e fortalecendo a concentração da estrutura fundiária como monopólio de classe. (MARTINS, 1983; GERMANI, 2006; LIMA, 2013).

O território do Vale pode ser caracterizado pela forte presença da agricultura familiar, mas apesar dos pequenos agricultores terem melhor acesso à terra do que em muitas outras regiões, o mesmo não possui uma estrutura muito distinta de outras regiões da Bahia ou do Nordeste do Brasil. Mesmo com um discurso recorrente de autoridades municipais, afirmando que no Vale do Jiquiriçá existe uma “reforma agrária natural”, os dados do INCRA e IBGE, mostram que enquanto os estabelecimentos da agricultura patronal concentram a maior parte das terras, os da agricultura familiar são mais numerosos e em muitos casos produzem mais do que os da agricultura patronal.

No território do Vale do Jiquiriçá, existiam 22.024 estabelecimentos em 1995-1996. Destes, 87% eram de agricultores familiares e 13% correspondiam a estabelecimentos da agricultura patronal. A maior parte dos agricultores familiares estão concentrados nos municípios de Ubaira, Mutuipe, Laje, Jiquiriçá, São Miguel das Matas, Elísio Medrado, na região da mata e da produção de cacau, sendo também significativos em Jaguaquara e Maracás. No resto dos municípios do Vale a grande parte das terras está ocupada pela agricultura patronal, a menor relação com agricultura familiar sendo encontrado em Santa Inês, 0,60.

Apesar do elevado número de estabelecimentos da agricultura familiar no território 22.024, estes ocupam somente 326.166,81 hectares, 30% de toda a área. Enquanto que a agricultura patronal com 3.253, estabelecimentos ocupam 762.792,85 hectares (ver Quadro 12). Ressalte-se que a agricultura familiar com apenas 30% da área plantada, contribuiu com 51% do valor bruto da produção agropecuária no Vale do Jiquiriçá (IBGE, 2006).

¹¹ Texto extraído do relatório do programa Dinâmicas Territoriais Rurais, coordenado por Rimisp – Centro Latino Americano de Desenvolvimento Rural, ESRC do Reino Unido, GeografAR, com pesquisadores e estudantes da UFBA, UFRB e UNEB

A concentração fundiária ainda é agravada em virtude dos limites territoriais municipais, que se caracterizam por serem municípios de pequena extensão com forte presença de latifúndios. Fato que reduz a oferta de terra e potencializa a espoliação da mesma.

Quadro 12. Número de Estabelecimentos e respectivas áreas em hectare da agricultura familiar e patronal, nos municípios do território do Vale do Jiquiriçá, conforme Censo agropecuário de 1995/96

Município	Área Km ²	Agricultura Familiar	Agricultura Patronal	Razão Familiar / Patronal	Agricultura Familiar Área (ha)	Agricultura Patronal Área (ha)	Índice GINI da Terra*
Amargosa	437,6	1.416	206	6,87	15.553,98	25.435,45	0,813
Brejões	483,1	832	186	4,47	7.569,00	35.710,21	0,888
Cravolândia	160,2	173	63	2,75	4.401,28	24.269,25	0,812
Elísio Medrado	200,3	1.019	99	10,29	8.228,20	9.983,77	0,778
Irajuba	384,8	678	69	9,83	8.946,65	22.502,50	0,875
Itaquara	298	452	58	7,79	7.041,64	11.044,84	0,796
Itiruçu	304,1	441	158	2,79	6.877,59	21.062,18	0,772
Jaguaquara	964	2.198	456	4,82	28.404,16	61.416,54	0,801
Jiquiriçá	237,2	1.761	198	8,89	10.675,61	10.413,23	0,734
Lafayette Coutinho	353,9	317	59	5,37	10.809,70	17.584,00	0,733
Laje	425,3	1.884	192	9,81	18.275,25	19.152,54	0,762
Lajedo do Tabocal	499,4	364	123	2,96	10.400,30	20.367,37	0,693
Maracás	2.444,3	1.932	384	5,03	68.276,45	151.331,40	0,797
Milagres	309	436	35	12,46	48.27,68	15.752,39	0,937
Mutuípe	274,4	2.455	289	8,49	14.203,22	9.136,377	0,674
Nova Itarana	458	292	56	5,21	13.477,59	29.903,66	0,786
Planaltino	941,7	632	132	4,79	23.995,45	93.689,87	0,835
Santa Inês	357,6	32	53	0,60	26.84,267	18.769,02	0,620
S. Miguel Matas	208,1	1.428	134	10,66	11.874,81	93.78,807	0,751
Ubaíra	765,3	3.282	303	10,83	28.946,47	44.135,95	0,818
Vale do Jiquiriçá	10.506,3	22.024	3.253	6,77	326.166,81	762.792,85	0,78

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário. * **Geografar, 2008.** Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995/96.

Essas dimensões de ocupação da terra podem ser explicadas e constata-se a elevada concentração da posse da terra, quando correlacionamos o índice de Gini¹², no Vale do Jiquiriçá, que varia entre 0,685 e 0,908, o que demonstra um contexto de forte a extrema concentração fundiária, vide Quadro 12.

O município de Ubaíra apresentou índice de 0,818 (apesar da forte presença de agricultores familiares), enquanto Amargosa teve 0,813 e Brejões 0,808. Estes valores estão classificados como de concentração forte a muito forte, segundo classificação de Lourival Câmara, frequentemente utilizada no Brasil. O maior nível de concentração fundiária pode ser

¹² Índice de Gini, indicador de concentração que varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de um, mais concentrada será a posse da terra e, quanto mais próximo de zero, mais desconcentrada, ou menos desigual a distribuição da posse da terra.

encontrado no município de Milagres, com 0,937, correspondendo a uma situação de terras com restrições para agricultura, que se encontram concentradas em grandes propriedades de pecuária extensiva.

Dado a paradoxal – embora não contraditória – situação da presença marcada de agricultores familiares com pequenas áreas de terra, combinada com uma alta concentração da terra pela agricultura patronal, cremos que essas características poderão de certa medida explicar a natureza das dinâmicas específicas do território do Vale de Jiquiriçá, e a sua diferenciação espacial. Assim seria necessário fazer uma análise discriminada das áreas ocupadas pelos pequenos e grandes produtores, sua participação relativa na produção, e a recente evolução da estrutura fundiária, levando em conta as características diferenciadas dos diferentes municípios e sub-territórios do Vale.

1.3.1.2. Características da estrutura fundiária¹³

Historicamente, na maior parte dos municípios do Vale, observa-se uma queda significativa no índice de Gini para a terra entre 1920 e 1940, por exemplo de 0.5 a 0.3 aproximadamente em Mutuipe, de 0.8 a 0.4 em Jiquiriçá, 0.7 a 0.6 em Amargosa e Brejões, e no caso de Ubaíra de absoluta (1.0) a pouco mais de 0.5. Supõe-se que esse período correspondeu ao processo de colonização do Vale por famílias que passaram a ocupar as terras devolutas – áreas oriundas das sesmarias não efetivamente ocupadas, mas muitas vezes na posse de donos privados – e a abertura da ocupação por pequenos e médios agricultores, processo que permitiu a expansão da agricultura familiar no Vale.

Posteriormente os índices de Gini municipais subiram substancialmente entre 1960 e 1970, e é notável um processo de gradual concentração da propriedade da terra desde então até 1996 com poucas variações e exceções, contribuindo aos níveis fortes a muito fortes da concentração que se verificam hoje. Considera-se de antemão que esse processo podia ter sido condicionado pela expansão das fazendas de pecuária e a aquisição das propriedades menores pelos grandes proprietários, em função do abandono de café e a consolidação de fazendas de cacau pelos segmentos mais dinâmicos).

Paralelamente, é notável que nos mesmos períodos houve um processo claro de minifundização, com a proliferação de pequenas propriedades, que aumentaram em número, enquanto diminuíram em área. Esse é um processo que se deu através da divisão hereditária contínua das propriedades resultando em grande participação hoje de propriedades pequenas e por vezes muito pequenas, processo citado por muitos informantes do Vale, sobretudo na zona

¹³ Base do texto extraído do relatório do programa Dinâmicas Territoriais Rurais, coordenado por Rimisp – Centro Latino Americano de Desenvolvimento Rural, ESRC do Reino Unido, GeografAR, com pesquisadores e estudantes da UFBA, UFRB e UNEB

de mata, e que se verifica em campo. Em alguns casos parece que esse processo foi, e continua sendo acompanhado por um ligeiro aumento de número na representação de médias propriedades (de 20 a 50 ha) devido à consolidação por familiares ou a compra por vizinhos de pequenas propriedades que deixaram de ser viáveis para agricultura, processo também citado pelos informantes em campo.

1.2.2.3. Áreas ocupadas¹⁴

Hoje o setor familiar ocupa somente 30% de toda a área de produção, enquanto que os 70% restantes estão nas mãos da agricultura patronal. No entanto, há vários municípios onde os agricultores familiares ocupam entre 40% e 60%.

É na região da Mata que além de ser mais representativa em termos numéricos, a agricultura familiar ocupa maiores áreas: aproximadamente 60% da área total em Mutuipe; 50% em Jiquiriçá, 48% em Laje 48%, em Elísio Medrado 44.5%, Ubaíra 40% e Amargosa 37%. Em contraste os municípios em que os grandes proprietários detêm maiores áreas em termos absolutos são Maracás (a pesar das proporções relativamente de número de agricultores familiares e da área que eles ocupam), São Miguel das Matas, e em termos relativos, Brejões, Cravolândia, Irajuba, Itiruçu, Planaltino e Santa Inês a maioria se situam no Alto Jiquiriçá, ou na porção Semiárida. Tais municípios seguem a mesma característica dos demais localizados na região Semiárida, de alta concentração fundiária. Ressalta-se que na região predominam pequenos e médios estabelecimentos agrícolas (Quadro 13). Analisando as informações sobre imóveis rurais no território, constata-se que 98% destes, são de pequeníssimas, pequenas e médias propriedades, os quais possuem aproximadamente 64% da área. Diante do tamanho das propriedades, infere-se que estas estejam associadas ao modo de produção familiar, que se configura como elemento dinamizador das economias locais. Contudo, a grande maioria desses estão abaixo de um módulo fiscal e que, portanto, pela própria definição do INCRA, não permitiriam a reprodução social da agricultura familiar.

Quadro 13. Participação na área e nº de imóveis rurais no Vale do Jiquiriçá

Imóveis Rurais	Área (%)	Nº imóveis (%)
Menos de 1 Módulo Fiscal (MF)*	13,13	72,66
Pequena Propriedade (1 a 4 MF)	22,22	19,25
Média Propriedade (4 a 15MF)	28,35	6,36
Grande Propriedade (mais de 15 MF)	36,29	1,74
Total Vale do Jiquiriçá	100,00	100,00

¹⁴ Texto extraído do relatório do programa Dinâmicas Territoriais Rurais, coordenado por Rimisp – Centro Latino Americano de Desenvolvimento Rural, ESRC do Reino Unido, GeografAR, com pesquisadores e estudantes da UFBA, UFRB e UNEB.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995/96.

Segundo os dados do Censo Agropecuário 2006, as propriedades abaixo de um módulo fiscal representam 9.200 imóveis, correspondendo a quase 104 mil hectares. Os municípios com maior número de imóveis nesta categoria são Mutuípe, Amargosa, Laje, Jaguaquara, Jiquiriçá, Elísio Medrado, São Miguel das Matas e Ubaíra, no baixo e médio Jiquiriçá, que possuem 7.480 destes imóveis. Se trata realmente de pequenas propriedades que na maioria das vezes não permitem a sobrevivência de uma família, tornando necessária a prestação de serviços fora da unidade agrícola, quando possível, assim como contar com as transferências de renda através de programas governamentais.

Por outro lado, existem no território 220 imóveis de mais de 15 módulos fiscais, sendo que 141 destes imóveis estão nos municípios de Maracás, Irajuba, Planaltino, Nova Itarana e Lafayette Coutinho, localizados na região do semiárido. Esses grandes imóveis ocupam uma área de mais de 200 mil hectares. Embora representem apenas 1,74% dos imóveis, ocupam mais de um terço da área, indicando a forte concentração fundiária que existe na região. Vale ressaltar que não estão computados os imóveis que foram desmembrados na década de 60 (quando da implantação do Estatuto da Terra), imóveis que foram desmembrados em seis ou mais escrituras.

No Vale do Jiquiriçá existe alguns Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária e PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário), sobretudo nas duas últimas décadas com a presença do Movimento dos Sem Terra (MST), e movimento Sindical. Os assentamentos existentes até o momento são: Fazenda em Brejões; Palestina em Cravolândia; Ipauaté e Pedrão em Irajuba; Fazendas Reunidas FS em Itaquara; Assembleia, Santa Domenica e Wilson Furtado em Jaguaquara; Pedra Grande, Reunidas e, Lajedo do Tabocal; Klaetá em Maracás; Fazenda Lagoa da Onça, São Diogo e Santa Luzia em Planaltino; Itatiaia, Rancho Alegre e São Paulo e Natur de Assis em Santa Inês.

Os assentamentos no território necessitam superar desafios históricos para consolidação e processos produtivos, geração de renda e inclusão social, através de políticas públicas direcionadas para melhoria da infra-estrutura econômica, social e educacional, disponibilizando investimentos desburocratizados e acessíveis, principalmente para jovens nos assentamentos.

1.3.3.4 Emprego na agricultura

Segundo IBGE (2006), na produção agropecuária do Vale eram empregadas 14.582 pessoas, que se supõem trabalhadores assalariados, pois não possuíam vínculo familiar com o proprietário rural. Contrariamente ao esperado, não há uma forte concentração de

trabalhadores assalariados nos municípios cafeeiros, com exceção de Lajedo de Tabocal que sendo um pequeno município emprega mais de mil trabalhadores. Nos municípios produtores de café a exemplo de Brejões, Itiruçu e Maracás, quando da época de colheita, grandes quantidades de homens e mulheres que moram em municípios vizinhos são deslocadas para realizar a colheita.

Observa-se que Jaguaquara e Itiruçu empregavam algo mais de 3.000 pessoas, provavelmente majoritariamente na produção hortícola, enquanto Mutuípe, Jiquiriçá, Ubaíra e Laje empregam 3.771 trabalhadores, majoritariamente na lavoura do cacau.

Os dados relativos a pessoal ocupado indicam que a maior parte dos trabalhadores tem vínculo de parentesco com o proprietário do imóvel, caracterizando a mão-de-obra familiar. Não se observam mudanças significativas entre os dois censos (1995 e 2006), ocorrendo até um aumento do pessoal ocupado na agricultura familiar, que ocupa mais de 65 mil pessoas no Vale do Jiquiriçá. Vale lembrar que a população total do Vale, de acordo à contagem populacional realizada conjuntamente com o Censo Agropecuário de 2006, era em torno de 300 mil pessoas, o que já é um indicativo da importância das ocupações agropecuárias e especificamente da agricultura familiar no Vale do Jiquiriçá.

Conclui-se que o mercado de trabalho agrícola não é muito dinâmico no Vale do Jiquiriçá, que a agricultura é basicamente familiar, associada também ao elevado número de pequenas propriedades, havendo, contudo, geração complementar de emprego e renda na produção cacaeira, na horticultura e em menor medida no café. Neste último caso, foi relatado que alguns trabalhadores rurais preferem não ter vínculo empregatício formal com as empresas por causa dos programas de transferência de renda. Esta é uma queixa frequente entre os grandes produtores, historicamente acostumados a contratar mão-de-obra por um valor irrisório, mas está indicando dificuldade para o desenvolvimento da agropecuária em moldes empresariais na região.

1.3.3.5 Produção

O Território do Vale do Jiquiriçá possui uma agricultura diversificada, com vocação para cultivos de culturas perenes como também para as de ciclo curto; entretanto a baixa fertilidade natural e sua topografia acidentada favorece uma predominância pelas culturas perenes (forma da ocupação inicial do território , cultivo de café, cana-de-açúcar cacau..), apesar dos esforços da sociedade civil no intuito de revitalizar a cultura de produtos alimentares, junto aos agricultores familiares com bases agroecológica, voltada para a segurança alimentar e comercialização do excedente.

Mesmo com todas as condições potencialmente favoráveis, os indicadores do produto municipal de desenvolvimento econômico e social apresentam números que se contrapõem a tal situação.

Constata-se em todo território pequenos cultivos Temporários: feijões (caupi, fava, mangalô, andu), hortaliças, batata-doce, plantas medicinais, mandioca, abóbora, amendoim, maracujá, inhambu, inhame, jiló, quiabo, melancia, maracujá, amendoim, pimentas, milho (malagueta, doce, de cheiro), abacaxi.

Nos cultivos permanentes, dominam a fruticultura: caju, manga, coco, dendê, piaçava, cravo-da-índia, pimenta-do-reino, mamão, canela, cacau, cupuaçu, guaraná, jaca, abacate, cajá, cajarana, siriguela, lambo, citros, sapoti, açáí, pupunha, banana (prata, da terra, pão), acerola, pitanga, carambola, atas (graviola, ata de lima), fruta pão, sisal, jenipapo, urucum, e na região de maior altitude, cultivos de frutas temperadas, a exemplo do caqui, marmelo, entre outras.

Em alguns municípios a floricultura ocupa área de certo destaque, a produção de flores não é fato recente, ocorrendo a mais de três décadas, porém nos anos 90, através do Programa de Desenvolvimento da Floricultura, essa passou a ser uma atividade explorada pelos agricultores familiares, destacadamente nos municípios de Maracás, Itiruçu, Jaguaquara, Lajedo do Tabocal e Ubaíra.

Observa-se no Quadro 14, que a participação da agricultura familiar na produção agropecuária do território mostra-se bastante significativa, 51,41% do valor bruto da produção total, mesmo com o domínio de apenas 30% da área. Nos Municípios de Elísio Medrado, Laje, Mutuipe, São Miguel das Matas e Ubaíra a agricultura familiar contribuiu mais do dobro do valor da produção patronal. Fora da região da mata, é em Itaquara e Lafayette Coutinho onde os agricultores familiares contribuem mais, sendo que também contribuem mais de duas vezes o valor do sistema patronal (e ocupam mais de um terço das áreas) apesar do número relativamente pequenos dos estabelecimentos familiares (452 e 317 respectivamente). Em Jaguaquara, município vocacionado a produção comercial de hortifrutigranjeiras, a agricultura familiar gerou maior valor de produção, a quase R\$7,72 milhões.

O município de Maracás apresenta uma dinâmica curiosa, revelando indicadores negativos de falta de crescimento econômico e de redução da pobreza e da desigualdade nos anos 1990s, porém ainda um valor de R\$3,89 milhões é originado da produção familiar, um pouco maior do valor da agricultura patronal, apesar das áreas enormes ocupados por um número relativamente pequeno de grandes fazendas. No entanto, segundo os informantes locais, grande número de agricultores familiares e trabalhadores rurais tem migrado para as zonas urbanas em função do colapso da economia familiar, principalmente do cultivo da mamona.

Como já foi ressaltado, as grandes fazendas dedicam-se majoritariamente à pecuária, até porque muitas vezes estão localizadas em regiões com restrições edafoclimáticas para a realização de cultivos, como é o caso da região semiárida. A pecuária continua a ser fator de concentração das terras, hoje em dia em menor escala que outrora.

Quadro 14. Valor da Produção da Agricultura Familiar e Patronal, municípios do território do Vale do Jiquiriçá, em R\$. Conforme censo de 1995/96

Município	Agricultura Familiar	Agricultura Patronal	Razão Familiar/Patronal
Amargosa	2.020.258	2.207.275	0,92
Brejões	966.324	8.213.474	0,12
Cravolândia	641.795	883.357	0,73
Elísio Medrado	1.315.810	581.527	2,26
Irajuba	787.744	542.994	1,45
Iramaia	675.551	852.110	0,79
Itiruçu	623.901	2.753.606	0,23
Jaguaquara	7.718.270	5.659.173	1,36
Jiquiriçá	2.323.868	1.485.511	1,56
Lafayette Coutinho	993.081	398.054	2,49
Laje	2.779.237	1.317.874	2,11
Lajedo do Tabocal	579.931	2.052.391	0,28
Maracás	3.886.344	3.724.515	1,04
Zona Milagres	902.859	336.996	2,68
Mutuípe	3.369.344	1.623.773	2,08
Nova Itarana	241.626	191.197	1,26
Planaltino	758.286	974.424	0,78
Santa Inês	24.642	540.574	0,05
São Miguel das Matas	2.406.533	898.960	2,68
Ubaíra	7.326.618	3.545.275	2,07
Vale do Jiquiriçá	41.342.022	38.783.060	0,92

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995/96.

Em quase todo o Vale, quando declina alguma cultura por condições de mercado, há tendência a substituí-la pela pecuária extensiva. Essas terras são frequentemente adquiridas por fazendeiros de gado que procuram um refúgio do seu dinheiro em um bem de especulação. Apesar da baixa rentabilidade da pecuária, não são muitos fazendeiros que querem passar suas terras para a reforma agrária, assim que alguma rentabilidade deve se obter.

Como só são passíveis de desapropriação para Reforma Agrária imóveis de mais de 15 módulos fiscais, que sejam improdutivos de acordo aos índices de produtividade definidos para cada região pelo INCRA, existem na região relativamente poucas fazendas que possam cair nessa categoria. Na zona da mata, existe um mercado ativo das terras, pelo que a terra é

demasiado cara para ser adquirida através dos programas de crédito fundiário, que estabelecem um teto relativamente modesto por família para o financiamento de terras.

Apesar da baixa produtividade, as terras mantêm seu valor especulativo. A concentração de terras nas mãos dos pecuaristas é sinal das dificuldades de acesso a ativos dos agricultores familiares e sem trabalhadores sem-terra, principalmente à terra, e poderá ser visto como sinal da violência real e simbólica, fator chave na reprodução das desigualdades.

O verdadeiro dinamismo da economia agrícola da região, que pode ser constatado a partir dos dados apresentados nas seções anteriores, é dado em grande parte pela pequena e média propriedade, que corresponde à quarta parte dos estabelecimentos, mas ocupa metade da área do Vale (Quadro 14).

Pode-se afirmar que a manutenção da agricultura familiar no Vale do Jiquiriçá, torna-se mais difícil à medida que se intensifica a exploração dos recursos naturais não renováveis, tem como modelo a agricultura convencional ou moderna, sabidamente insustentável, por degradar as bases desses recursos naturais, gerar desequilíbrios irreparáveis sobre os ecossistemas, por provocar a multiplicação de pragas e a esterilização dos solos, bem como a poluição das águas, o assoreamento de rios, a contaminação dos alimentos e o envenenamento dos trabalhadores rurais. Assim, a busca por rumos alternativos para o desenvolvimento sustentável e para a agricultura, torna-se uma necessidade socioambiental fundamental para a manutenção da vida desses agricultores (COSTABEBER, 2009).

Outro aspecto que se pode observar é a inexistência de industrialização e da verticalização da produção dos diversos produtos do território, o qual pode ser considerado um fator que inibe o desenvolvimento territorial. Agravado pelo descaso no processo de instalação de infraestrutura produtivas, através dos órgãos de fomento do estado. Das 151 agroindústrias instaladas nos últimos 10 anos, em 19 municípios do Território, somente 25 estão com funcionamento normal.

1.2.3.6. Infraestrutura Produtiva da Agricultura Familiar do Território do Vale do Jiquiriçá.

O Levantamento da Infraestrutura Produtiva da Agricultura Familiar no Território do Vale do Jiquiriçá foi realizado entre os anos de 2015 e 2016, pelo assessor territorial de inclusão produtiva-ATIP, Eng. Agrônomo Adriano Fernandes Vinhas, visitando 151 agroindústrias em mais de 100 comunidades, localizadas em 19 municípios do Território.

A partir desse trabalho foram obtidas uma série de informações sobre os sucessos e insucessos das agroindústrias e unidades de beneficiamento comunitários, que poderão servir de subsídio aos gestores, no planejamento e no desenvolvimento das políticas voltadas para a agricultura

familiar, permitindo que se aproveitem melhor as experiências exitosas e também que se corrija o rumo de ações que se mostraram pouco sustentáveis.

Para realização deste trabalho, foram visitadas e levantadas 151 agroindústrias, em mais de 100 comunidades, nos municípios de Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Itiruçu, Itaquara, Irajuba, Jaguaquara, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuipe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaira, totalizando 19 municípios deste Território (Figura 6).

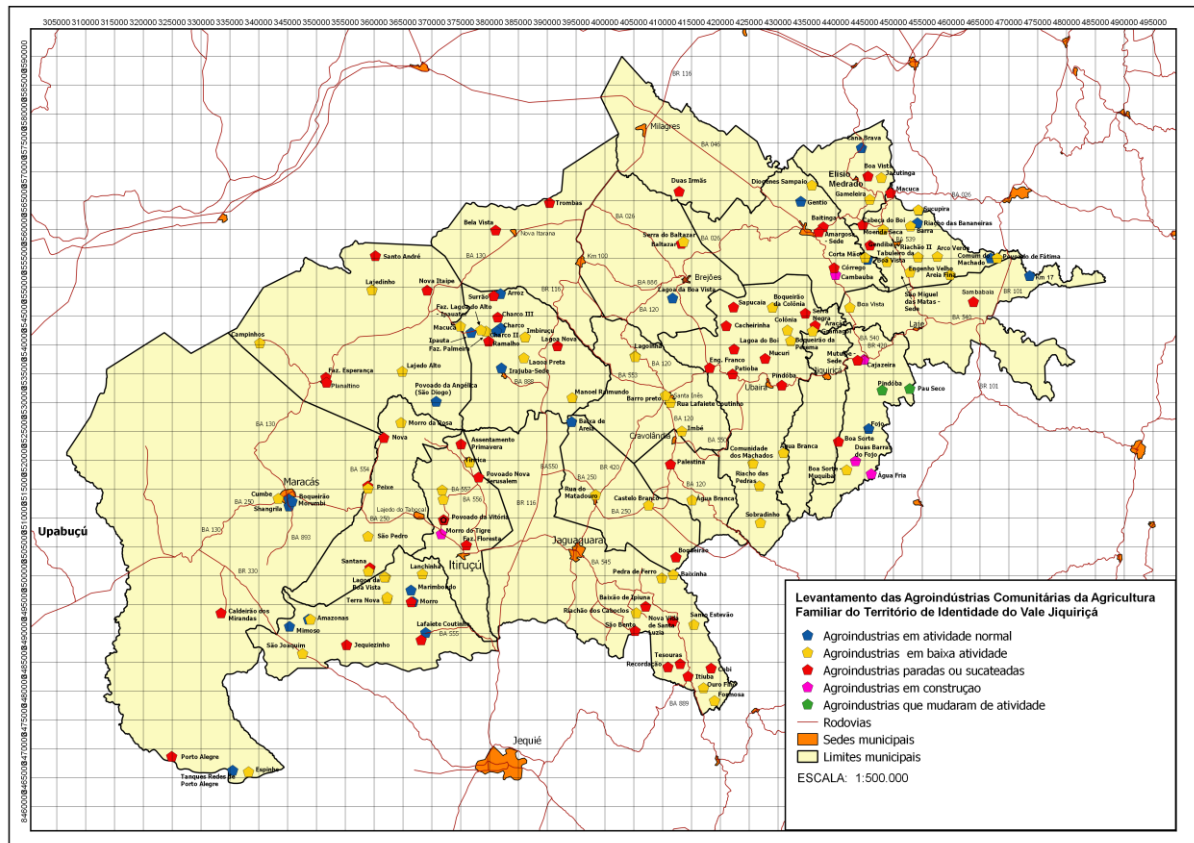


Figura 6. Mapa de localização e condição de funcionamento das agroindústrias comunitárias do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá

Nas visitas foram entrevistadas as pessoas responsáveis pelos empreendimentos ou um beneficiário dos mesmos, com aplicação de questionário para avaliação dos projetos. Foram feitos registros fotográficos e o georreferenciamento dos empreendimentos. Posteriormente foram realizados os geoprocessamentos e a confecção de mapas com a localização desses empreendimentos em cada município

Neste trabalho, foi feito o levantamento detalhado de 151 empreendimentos que foram construídos entre os anos de 1980 e 2017 e que compõem parte significativa das infraestruturas produtivas da agricultura familiar do Vale do Jiquiriçá.

Conforme Gráfico 02, foram visitados 151 empreendimentos, em sua maioria formado por agroindústrias. Destas, 25 estão em atividade normal, 62 estão em baixa atividade, 57 estão paradas ou sucateadas, cinco estão em construção e 2 mudaram de atividade.

Para o caso deste levantamento, consideramos como baixa atividade aqueles empreendimentos que estão funcionando com menos de 40 % de sua capacidade instalada, segundo a visão do entrevistado, ou que funcionam eventualmente ao longo do mês ou do ano.

Os empreendimentos parados ou sucateados e que já não funcionam mais, somam 57 unidades, representando mais de 1/3 do total (Gráfico 02). No caso destes empreendimentos, de acordo com informações obtidas nas entrevistas, muitos tiveram seus equipamentos furtados, alguns foram abandonados pelos próprios beneficiários e em alguns casos foram ocupados e transformados em residência. Além destes casos, algumas agroindústrias foram instaladas em comunidades que não produzem matéria-prima para o empreendimento. Por exemplo, encontramos casas de farinha onde a comunidade não planta mandioca, e beneficiadora de café em região onde tradicionalmente a comunidade planta banana e cacau.

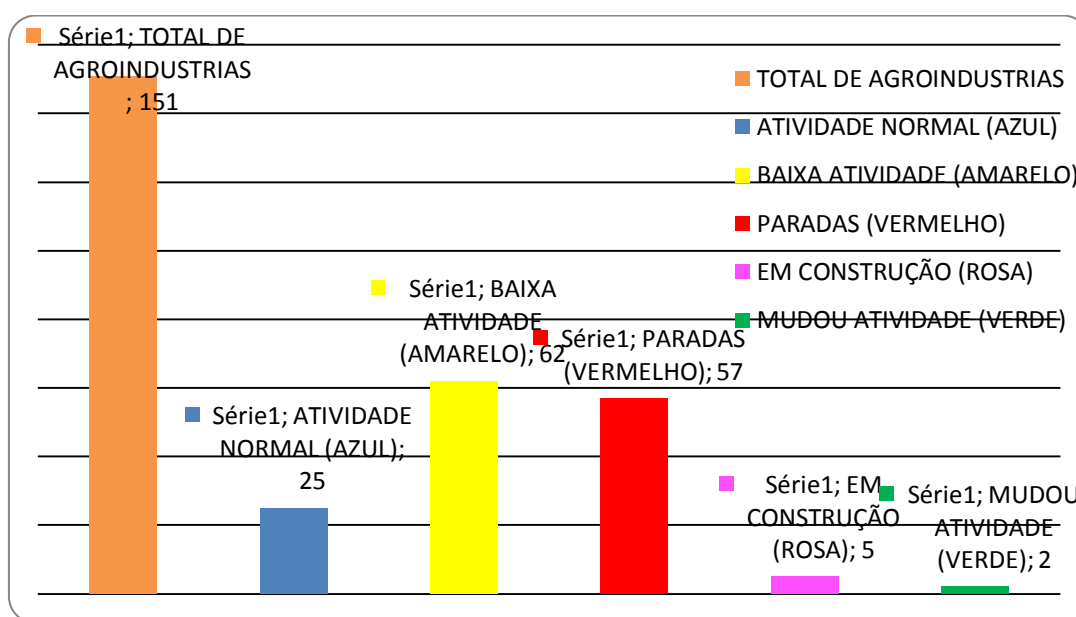


Gráfico 02: Situação das agroindústrias da agricultura familiar no Vale do Jiquiriçá.

Também foi constatado nos relatos durante as entrevistas e nas visitas às comunidades um declínio muito grande da atividade cafeeira em todo o Território, e em menor grau da mandiocultura. Fato que resultou no fechamento ou abandono de muitas agroindústrias.

Estes empreendimentos compõem uma parte importante da infraestrutura produtiva da agricultura familiar do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá, sendo constituída em maior número por casas de farinha (108 unidades), beneficiadoras de café (treze unidades) e

beneficiadoras de mel (seis unidades). Em menor número encontramos cozinhas comunitárias (unidades de apoio a comercialização de alimentos e derivados da mandioca) e unidades de resfriamento ou de beneficiamento de leite, com cinco unidades cada. Além destas, também foram visitadas três fábricas de doce, três unidades beneficiadoras de frutas (ainda em construção), duas beneficiadoras de flores, duas pisciculturas em tanques redes, uma empacotadeira de farinha, uma oficina de costura, uma beneficiadora de cacau e uma câmara fria para piscicultura.

A maioria está relacionada em documentos da CAR ou do PROINF, entretanto ao longo do trabalho também foram encontradas agroindústrias construídas com recursos do PRONAF ou com recursos municipais.

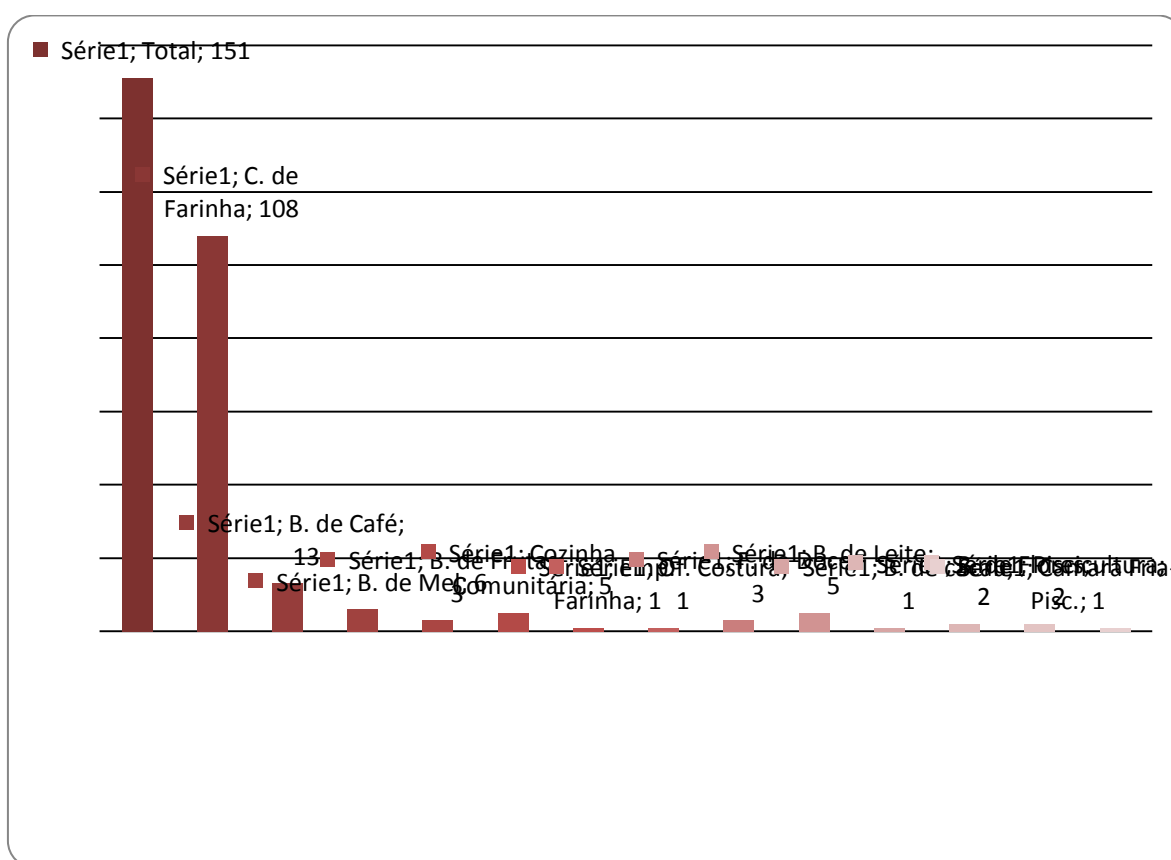


Gráfico 03: Total de empreendimentos e distribuição por atividade.

De forma geral foi constatado que quase todos os tipos de agroindústrias analisadas enfrentam sérias dificuldades. Das 108 casas de farinha, apenas 17 estão funcionando normalmente e 37 estão paradas ou sucateadas. São graves também os casos das unidades beneficiadoras de café e de mel. Das treze beneficiadoras de café, sete estão paradas ou sucateadas e das seis unidades de beneficiamento de mel, três estão paradas ou sucateadas. A pior situação em termos proporcionais é o das fábricas de doce, que possuem três unidades, sendo que 100% delas estão paradas ou sucateadas, e a melhor situação são as cozinhas comunitárias (unidades de apoio à comercialização de alimentos e derivados de mandioca), isto porque das cinco

unidades duas estão funcionando bem, uma está em baixa atividade e duas ainda estão em fase de construção (Gráfico 04).

Neste levantamento, chamou a atenção de forma positiva o caso de duas casas de farinha que foram desativadas e foram transformadas pela comunidade local em cozinhas comunitárias, se constituindo num bom exemplo de reaproveitamento de um equipamento da comunidade que antes estava sem uso.

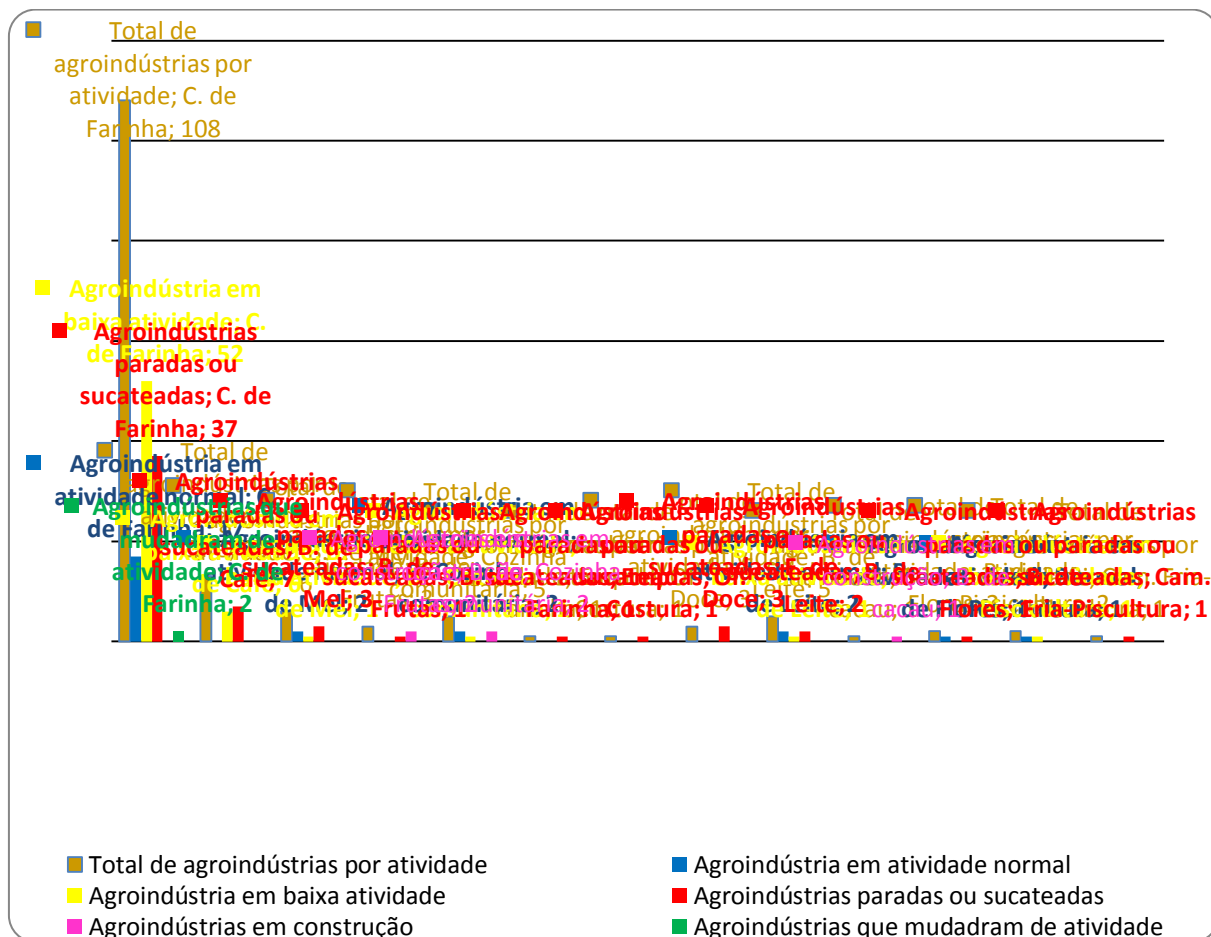


Gráfico 04: Condição de funcionamento das agroindústrias do Território do Vale do Jiquiriçá

Apesar de não ser o foco do trabalho, nas visitas, foi observado uma fragilidade muito grande na organização social das comunidades, sendo que em muitas comunidades os empreendimentos não estão sobre o controle de uma associação. Apesar dos investimentos terem chegado através das associações comunitárias ou rurais, na maioria das comunidades visitadas, estas não funcionam ou só existem no papel. Entretanto, foi percebido que nas comunidades mais organizadas e mais coesas o grau de sucesso dos empreendimentos é muito maior.

1.3.3.7. Organização da Produção, mercados e comercialização

Um dos grandes entraves a ser enfrentado pela agricultura familiar no Vale do Jiquiriçá é a organização da produção e a comercialização. Mesmo com muito esforço das entidades ligadas a esse segmento, o estágio atual ainda é desorganizado, o que permite aos atravessadores e indústrias construir estratégias logísticas bem aparelhadas, que tornam os agricultores reféns. Os produtos na sua maioria são comprados por oligopólios sejam de atravessadores ou de indústrias, onde a colheita e o transporte são negociados com a indústria que absorve a maior parte do produto. O processo da venda é realizado na quase totalidade individualmente e não se pode negociar o preço.

As associações e cooperativas (COOAMA em Amargosa; COOPEIPE em Mutuípe; COOFAB em Brejões; e as cooperativas de Jiquiriçá; Jaguaquara e Maracás) já instaladas, até o momento têm servido apenas para intermediar recursos públicos e não se estruturaram para intermediar a organização da produção junto às cooperativas já existentes, acompanhando o processo, levando e trazendo informações e conhecimentos. Com a execução de programas do Governo Federal de apoio à comercialização (PAA e PNAE), inicia-se o debate da necessidade de fortalecer os instrumentos de agregação de valor e comercialização coletivos para que a agricultura familiar possa fazer frente as estruturas montadas de exploração do agricultor familiar através de práticas de controle de preços e desvalorização da produção local.

A produção da agricultura familiar da região está orientada predominantemente aos mercados locais. Há existência de feiras locais em todas as cidades, com feiras maiores de abrangência regional, em Amargosa, Mutuípe, Jaguaquara e no Distrito de Serrana em Brejões (antigo Km-100, estrada BR-116). Porém, há uma dependência geral dos agricultores familiares relação aos intermediários, denominados na região de atravessadores. O baixo nível de associativismo e cooperativismo também impede que os produtores trabalhem em conjunto para fazer chegar os produtos aos mercados.

A produção do Vale está integrada em diversos mercados, alguns regionais, como a farinha de mandioca e a banana, outros com um nível de abrangência maior como a produção hortifrutícola e castanha de caju. O café e o cacau são destinados ao mercado estadual, nacional e até para o mercado internacional. No geral, os agricultores não têm maiores dificuldades para escoar a produção, devido à presença de compradores e boas comunicações. Contudo, os mercados são predominantemente tradicionais, não premiam a qualidade, no caso da cadeia do cacau, valor do produto é dominado pelas empresas processadoras e exportadoras que controlam os preços, e uma pequena rede de compradores locais que controlam o escoamento do produto.

Nas visitas aos municípios, e nas oficinas para construção do plano, diversos relatos apontaram experiências oficiais de promover cooperativas, mas as mesmas teriam fracassado, atribuído a um espírito individualista de grande parte dos agricultores. Por outro lado, observamos casos de assentamentos de reforma agrária e de crédito fundiário com maior esforço na comercialização, por vezes com seus próprios meios de transporte, ou com boas relações estabelecidas com atravessadores, por exemplo, produtores de hortícolas em Ubaíra e de flores em Maracás.

Por conta das dificuldades dos meios de comercialização tradicionais, e também da baixa produtividade e tamanho reduzido das propriedades, os retornos financeiros são limitados, dificultando a consolidação de uma agricultura familiar dinâmica. É preciso estudar as possibilidades de diferenciação de produto, agregação de valor, melhoria da qualidade e organização dos produtores para aperfeiçoar o processo de comercialização. Estes pontos são alguns dos principais gargalos que se procura abordar através das iniciativas de articulação territorial.

1.3.3.8. Assistência Técnica e Capacitação

O efetivo de técnicos atuando em campo na assessoria técnica aos agricultores familiares, assentados e quilombolas, no território Vale do Jiquiriçá é muito incipientes e descontínua, não condizendo com as normas e diretrizes constante no PNATER e na Lei de ATER.

Os técnicos se dividem principalmente em duas categorias: ação de movimentos sociais e das ONGs que trabalham diretamente com a Agricultura Familiar no território Vale do Jiquiriçá, tais como: FASE, STRs, FETRAF, entre outros. E através dos serviços públicos: federal com a CEPLAC (nos municípios que produzem cacau); estadual, que desde a extinção da EBDA, a BAHATER - Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural, ficou responsável pela gestão e execução dos serviços de assistência técnica e extensão rural, e a articulação de políticas públicas para agricultura familiar, mas não implantou o sistema, tendo criado o Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar - SETAF na cidade de Ubaíra, que deve articular políticas públicas para a agricultura familiar e promover a inclusão produtiva dos agricultores familiares baianos e são compostos por equipes técnicas da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahater) e demais órgãos que integram a SDR. Porém, somente em maio de 2017, concluiu as chamadas para implantação nas prefeituras do Serviço Municipal de Apoio a Agricultura Familiar SEMAF, que de forma articulada se propõem a fazer o trabalho de assistência técnica com a agricultura familiar.

É notório, que no Vale do Jiquiriçá, existe um déficit de técnicos não só em termos quantitativos como também devidamente qualificados para atender a demanda da agricultura familiar, notadamente com relação à elaboração de PRONAF's adequados a sua realidade produtiva, e que possam estabelecer processos de formação, com base nos princípios agroecológicos das comunidades locais no sentido de estimular o processo de experimentações que contribua para o desenvolvimento a partir da organização e manejo dos agroecossistemas em bases mais sustentáveis. Como também qualificar os agricultores a acreditarem em sua vocação como portadores e geradores legítimos de conhecimentos de extrema valia para o desenvolvimento tecnológico.

Com esta perspectiva é necessário então melhorar substancialmente a qualidade do ensino e que a assistência técnica e os investimentos se articulem e se completem, valorizando as iniciativas e organizações locais na construção e gestão do PTDRS.

1.3.3.8. Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é um instrumento de ordenamento territorial de macro planejamento a partir da relação entre as dimensões da sustentabilidade: ecológica, social, cultural, econômico-tecnológica, política e jurídico-institucional, tendo como finalidade a promoção da equidade social, da valorização cultural, do desenvolvimento econômico e da conservação das riquezas naturais e bens comuns. Conforme Proposta Preliminar do Zoneamento Ecológico-Econômico da Bahia, esse instrumento de planejamento, organização e gestão do território brasileiro, atende o Decreto nº 4.297/2002, busca harmonizar as relações econômicas, sociais e ambientais que nele se estruturam, “estabelecendo medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável”.

O estado da Bahia optou por definir e delimitar as 36 Zonas EcológicoEconômicas, a partir da integração dos dados temáticos abordados nas Unidades Territoriais Básicas (UTBs), as quais contemplam a convergência e interação de todos os temas que retratam a paisagem do sistema natural dentro de cada UTB como: geologia, relevo, solo, clima e vegetação, em um contexto mais amplo que compõe os vários domínios morfoestruturais e morfoclimáticos. Esta base de delimitação foi relacionada com os modos predominantes de apropriação produtiva do território, expressos no diagnóstico dos arranjos produtivos rurais e definida nas Unidades de Paisagem, que compõe cada uma das UTBs. Dessa leitura integrada foi definida a delimitação ecológica e econômica. As potencialidades, limitações e recomendações temáticas, no que se refere aos setores minerais, industriais, turísticos, institucionais, energéticos, logísticos,

sociais, culturais, dentre outros, são superpostas a cada uma das zonas, subsidiando a proposição das diretrizes, com vistas ao desenvolvimento sustentável do Estado.

Observando a Figura 7 constatamos que o Vale do Jiquiriçá engloba as seguintes 7 das 36 zonas existentes na Bahia:

ZONA 12: Depressão e Patamares do Rio de Contas - abrange unicamente do Vale do Jiquiriçá, o município de Maracás, numa área de 625,5 km² e corresponde a 2,68% da Zona;

ZONA 20: Planalto de Jequié - estão inseridos do Vale Jiquiriçá: Amargosa; Brejões; Cravolândia; Elísio Medrado; Irajuba; Itaquara; Itiruçu; Jaguaquara; Jiquiriçá; Lafayette Coutinho; Laje; Lajedo do Tabocal; Maracás; Milagres; Mutuípe; Nova Itarana; Planaltino; Santa Inês; São Miguel das Matas e Ubaíra, área de 5.881,4 km² e corresponde a 38,53% da Zona;

ZONA 21: Planalto de Maracás, abrange os municípios de Amargosa; Brejões; Irajuba; Itiruçu; Jaguaquara; Lafayette Coutinho; Lajedo do Tabocal; Maracás; Nova Itarana; Planaltino; Santa Inês; Ubaíra, numa área de **2.929,8 km²** e **corresponde a 95,84%** da Zona.

ZONA 24: Depressão Sertaneja do Jacuípe e Paraguaçu – abrange do Vale do Jiquiriçá: Amargosa; Elísio Medrado; Milagres, área de 98,4 km² e corresponde a 0,58% da Zona.

ZONA 25: Tabuleiros Interioranos do Recôncavo - municípios de: Amargosa; Elísio Medrado; Laje; Mutuípe; São Miguel das Matas, área de 669,8 km² e corresponde a 15,3% da Zona;

ZONA: 27 Planaltos e Serras Pré-Litorâneas – abrange do vale do Jiquiriçá, o município de Jaguaquara, com uma área de 39,9 km² e corresponde a 0,23% da Zona.

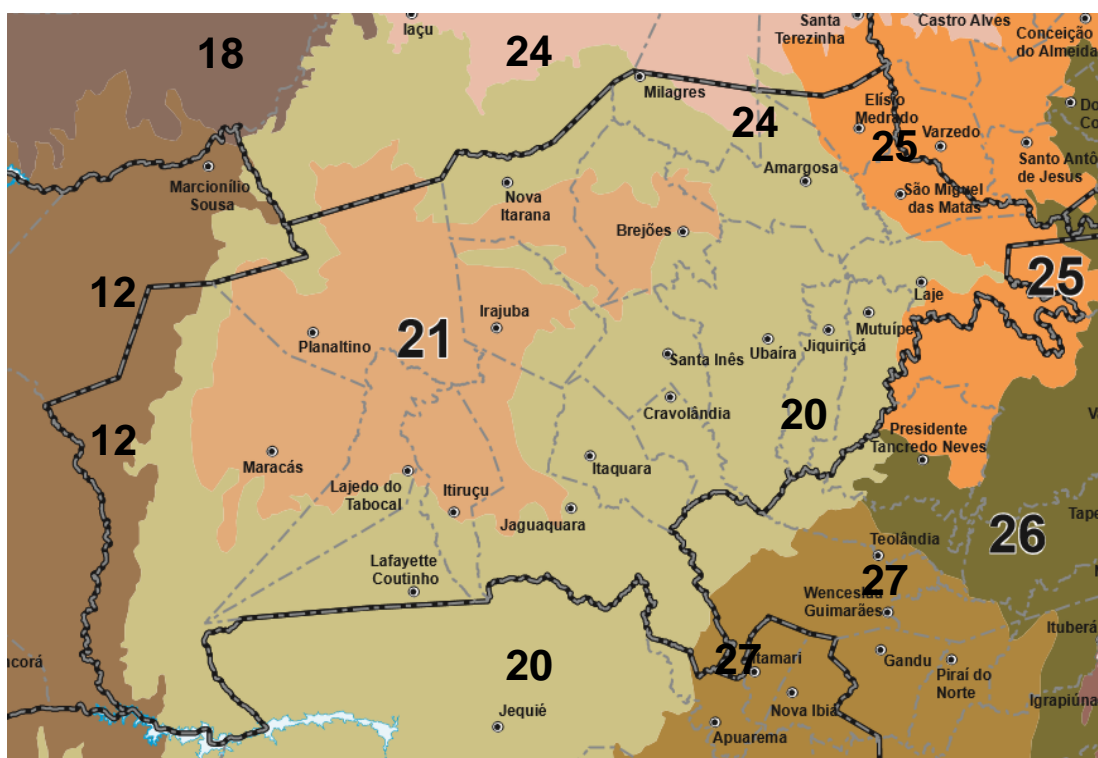


Figura 7 - Zoneamento ecológico - econômico. Zona x Unidade de paisagem

Mesmo inserido em 7 zonas, importante ressaltar que 85,6% da área do território está inserida nas Zonas: 20: Planalto de Jequié e 21: Planalto de Maracás.

No Zoneamento ecológico econômico, para a Zona 20: Planalto de Jequié, levanta-se como:

POTENCIALIDADES:

Potencialidades na área de Energia e Petróleo e Gás, principalmente pelo Potencial geração de energia solar. É alto o potencial eólico em algumas porções da zona. De acordo com dados da SEMA (2014), 24,06 % do seu território está inserido na poligonal com ventos superiores a 7 m/s a uma altura de 150m.

Potencialidades na área de Turismo – a zona está localizada na Zona Turística do Caminhos do Jiquiriçá e Caminhos do Sudoeste, com potencial para o turismo de lazer, esporte, cultural e ecológico;

Potencialidade Mineral: Gemas/Rochas Ornamentais, Vanádio, calcários e dolomitos, Bauxita, Alumina

LIMITAÇÕES:

11,4% da zona possui Elevada vulnerabilidade da biodiversidade;

100% da zona com Alta vulnerabilidade à erosão;

Mais de 85% da zona com vulnerabilidade hídrica, sendo alta (51,4%) ou muito alta (34,7%)

Pressão da silvicultura amplia a possibilidade de conflitos sociais e ambientais.

DIRETRIZES GERAIS:

1. Conservar áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente os remanescentes de floresta estacional e caatinga distribuídos por toda a zona.
2. Fortalecer as atividades industriais, promovendo a infraestrutura adequada e assegurando o respeito a parâmetros de sustentabilidade ambiental.
3. Implantar programas e práticas para a convivência com a seca, particularmente com técnicas adequadas de manejo agropecuário, e a diversificação produtiva.
4. Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a mineração, o turismo e agropecuária - horticultura, fruticultura e bovinocultura) e a expansão das áreas urbanas, à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, as áreas protegidas, as terras de povos e comunidades tradicionais e à inclusão social.
5. Promover ações de inclusão socioprodutiva e combate à pobreza com prioridade para a população em situação de alta vulnerabilidade social.

DIRETRIZES ESPECÍFICAS

1. Promover o manejo sustentável dos solos e das águas, considerando sua alta vulnerabilidade à erosão.
2. Priorizar e fomentar o desenvolvimento de atividades primárias em áreas desmatadas ou convertidas para usos agropecuários, com práticas de manejo adequadas, especialmente do solo, e a implantação de consórcios agroflorestais, reflorestamentos ou cultivos permanentes de um modo geral.
3. Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.
4. Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.
5. Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.
6. Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.
7. Implementar políticas e projetos de fomento ao ecoturismo, o extrativismo sustentável e o pagamento por serviços ambientais visando a conservação e valorização da sociobiodiversidade associada aos povos e comunidades tradicionais.
8. Fomentar o desenvolvimento de atividades pesqueiras, aquícolas, agroflorestais e o extrativismo vegetal (óleos, gomas, látex, frutos, raízes, etc.) em suas diversas modalidades, especialmente, nas áreas de várzeas e terras firmes marginais aos principais rios da bacia hidrográfica do rio de Contas e do Vale do Jiquiriçá.
9. Fortalecer o manejo e gestão integrada (por mosaico) das áreas protegidas existentes, das quais se destacam: APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, APA Serra do Ouro, Estação Ecológica Wenceslau Guimarães, Parque Nacional de Boa Nova e Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova.
10. Aprimorar o sistema de gerenciamento e controle dos recursos hídricos, especialmente nas áreas de recarga dos rios de Contas e Jiquiriçá, devido à deficiência hídrica com precipitações médias anuais variando entre 500 e 800 mm, considerando os usos múltiplos e garantindo sua função social e ambiental.
11. Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e serviços ambientais associados a biodiversidade dessa Zona.
12. Aproveitar o potencial energético (solar) respeitando as questões ambientais e as comunidades tradicionais.

13. Fortalecer e adensar, em bases sustentáveis, as cadeias produtivas do café, da horticultura e da fruticultura, agregando valor à produção local.
14. Realizar estudos e pesquisas sobre tecnologias mais apropriadas para a modernização da agricultura familiar, respeitando as questões ambientais.
15. Implantar infraestrutura de comercialização das cadeias produtivas.
16. Apoiar a cadeia produtiva da mineração (em especial do vanádio) respeitando as questões ambientais e as comunidades tradicionais.

Para a Zona 21: Planalto de Maracás temos como:

POTENCIALIDADES

Potencialidades na área de Turismo - Esta localizada na Zona Turística do Caminhos do Jiquiriçá, com potencial para o turismo de lazer, ecológico e cultural

Potencialidade em energia: Alto potencial eólico em algumas porções da zona. De acordo com dados da SEMA (2014), 42,03 % do seu território está inserido na poligonal com ventos superiores a 7 m/s a uma altura de 150m;

LIMITAÇÕES:

Apenas 0,2% da zona possui Elevada vulnerabilidade da biodiversidade;

Toda (100%) zona com Baixa a Moderada vulnerabilidade à erosão;

Toda a zona com vulnerabilidade hídrica Alta (80%) ou Muito Alta (20,1%)

A pressão da mineração e da silvicultura amplia a possibilidade de conflitos sociais e ambientais

DIRETRIZES GERAIS

1. Fortalecer a cadeia produtiva e a agregação de valor à cafeicultura, horticultura, fruticultura e outras culturas adaptáveis às condições edafoclimáticas, nas áreas de elevada altitude no médio e alto Jiquiriçá.
2. Compatibilizar as atividades produtivas (com destaque para a mineração, o turismo e agropecuária) e a expansão das áreas urbanas, à preservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, as áreas protegidas, as terras de povos e comunidades tradicionais e à inclusão social.
3. Fortalecer programas e práticas para a convivência com a seca, particularmente com técnicas adequadas de manejo agropecuário, e a diversificação produtiva.

DIRETRIZES ESPECÍFICAS

1. Criar e implantar áreas protegidas públicas e/ou particulares articuladas às existentes, abrangendo especialmente os remanescentes de vegetação nativa situados nas áreas de nascentes e cabeceiras do rio Jiquiriçá e seus afluentes.

2. Preservar o patrimônio espeleológico e de áreas importantes para a biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais, especialmente os remanescentes de floresta estacional, com destaque para os recursos naturais provedores de interação etnobiológica de valor reconhecido aos povos e comunidades tradicionais.
3. Elaborar e implementar programas para a realização de inventários da fauna e flora, visando minimizar as lacunas de informação sobre a biodiversidade do Estado.
4. Implantar corredores ecológicos para estabelecimento de conectividade entre remanescentes florestais, a partir de Reservas Legais, APPs, RPPNs e outras áreas protegidas.
5. Identificar áreas prioritárias para recuperação e/ou restauração florestal, priorizando ações nas unidades de conservação, seu entorno e demais áreas protegidas.
6. Implementar programas e projetos que agreguem valor econômico a produtos e remunerem serviços ambientais associados a biodiversidade, priorizando os povos e comunidades tradicionais que os geram.
7. Promover o monitoramento do uso da água dos rios das Bacias do Jacuípe e Paraguaçu e Lago de Pedra do Cavalo, contemplando os usos múltiplos, garantindo sua função social e ambiental, e mitigando os efeitos causados pela deficiência de água oriunda das chuvas escassas e irregulares.
8. Promover a conservação e o manejo sustentável dos recursos hídricos e dos solos, considerando a presença de cultivos adaptados a altitudes elevadas (variando entre 800m e 1.000m).
9. Promover a sustentabilidade socioambiental da cadeia produtiva e a minimização dos impactos ambientais associados a mineração, com destaque para a exploração do vanádio.
10. Adequar, de forma sustentável, a infraestrutura energética às necessidades socioeconômicas, aproveitando o potencial energético (solar) e respeitando as questões ambientais e os povos e comunidades tradicionais.
11. Fortalecer e adensar, em bases sustentáveis, as cadeias produtivas do café, da horticultura e da fruticultura, agregando valor à produção local.
12. Implementar políticas para o desenvolvimento de tecnologias mais apropriadas para a modernização da agricultura familiar, respeitando as questões ambientais.
13. Priorizar a realização de obras de infraestrutura hídrica e acesso a tecnologias sociais de convivência com o semiárido.
14. Fomentar políticas de reconhecimento para os povos e comunidades tradicionais, que promovam o acesso à terra e à água, à assistência técnica, à extensão rural e ao crédito adequados ao seus modos de vida e produção.

15. Incentivar programas e práticas com base na adoção de técnicas adequadas de manejo agropecuário, na diversificação produtiva, em obras de infraestrutura hídrica e de promoção do acesso a tecnologias sociais.

16. Implementar políticas de promoção da igualdade de gênero baseadas no combate à gravidez na adolescência, na educação sexual, na formação educacional, na autonomia e empoderamento feminino e no combate à violência contra as mulheres.

1.2.3.9 Comércio e Serviços

A ampliação no número de empregos formais no Vale do Jiquiriçá também é um fator que contribuiu para a redução da pobreza no território. O número de postos formais de trabalho se ampliou de 11,5 mil para 20,4 mil entre os anos de 2001 e 2011. Parte do impacto, no entanto, se deve à Administração Pública, que ampliou o número de empregos de 7,1 mil para 12,1 mil no intervalo.

Setores como Comércio e Serviços, também geraram empregos e exercem influência semelhante no mercado de trabalho: no Comércio, os empregos passaram de 1,5 mil para 3,7 mil. Já nos Serviços, a variação foi de 9,9 mil para 21,2 mil empregos.

A quantidade de empregos formais, no entanto, é muito limitada quando se considera o volume de trabalhadores sem carteira assinada: 42,8 mil pessoas estão nessa condição, com remuneração bem abaixo da renda do setor formal: R\$ 342, contra R\$ 772 dos trabalhadores que estão no mercado formal, conforme dados do Censo 2010 do IBGE.

Dimensão Político-Institucional

A dimensão político-institucional trata-se do item fundamental para a concretização do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, pois revela o quadro institucional que deve dar respaldo à implementação das ações propostas por este instrumento de planejamento. Apresentamos um panorama geral das entidades participantes dos diversos municípios do Vale do Jiquiriçá, no quadro da composição do Colegiado Territorial, que atualmente é formado por 113 instituições, sendo 91 compostas por entidades da Sociedade Civil e 22 instituições governamentais.

Constata-se no mapeamento do ambiente institucional do Território é que há uma preponderância de instituições atuantes nas áreas rurais, sendo que as instituições das áreas urbanas pouco se fizeram presentes ou não ofereceram dados confiáveis sobre a dimensão organizativa de instituições que atuam nas cidades. Dessa maneira, observa-se o fato de que as instituições participantes no cenário institucional do Território, ou pelo menos nas instâncias de tomada de decisões e de levantamento de informações básicas para a formulação

execução de políticas territoriais (como o Colegiado de Desenvolvimento Territorial e seu Núcleo Diretivo), são basicamente as instituições de atuação mais ampla nos espaços rurais.

As principais instituições e espaços interinstitucionais de atuação no Território mostra o quadro abaixo do Território do Vale do Jiquiriçá na atualidade.

a) Movimentos Sociais do Campo:

MST;

Polo sindical de Amargosa

b) Fóruns Temáticos (Espaços interinstitucionais mais ampliados de discussão temática no Território, abrangendo diferentes instituições de atuação local e/ou regional, que se propõem a debater determinados temas de interesse comum, visando ao seu fortalecimento enquanto alvo de políticas e ações específicas na região):

- Fórum de Educação do Campo

c) Fóruns Gestores: (espaço social de discussão e deliberação sobre as ações territoriais)

- Colegiado de Desenvolvimento Territorial, seu Núcleo Diretivo e suas assembleias ordinárias e extraordinárias

d) Fóruns Institucionais: (espaço democrático, de discussão de propostas, definição de estratégias e construção de consensos entre governos):

- MERCOVALE - Associação dos Municípios do Vale do Jiquiriçá
- Consórcio do Vale do Jiquiriçá
- Fórum dos Secretários de Educação do Vale do Jiquiriçá - EDUCAVALE

e) Redes de Cooperativas:

- Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Vale do Jiquiriçá – COOAMA;
- Cooperativa Mista da Agricultura Familiar e Economia Solidaria do Município de Brejões – COOFAB;
- Cooperativa Agroindustrial de Jiquiriçá;

f) Organizações não governamentais – são 54 associações representadas no Colegiado Territorial;

g) Conselhos municipais

Existem no âmbito dos municípios diferentes Conselhos estruturados e ativos em diferentes áreas (Tutelar, Educação, Saúde, Desenvolvimento Rural Sustentável, Meio Ambiente), nos municípios do Vale do Jiquiriçá, congregando atores da sociedade civil e do poder público em torno da discussão e planejamento de políticas e ações voltadas para as mais diversas áreas, sendo que dois tem assento no Colegiado territorial.

1.2.4.1. Administrações municipais - arrecadação e transferências de recursos no Vale do Jiquiriçá/Bahia

Um Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável PTDRS deve ser um instrumento para servir como pressuposto ao planejamento e ao desenvolvimento desse espaço, revelando a situação atual dos municípios e propor medidas de crescimento social e econômico que não comprometam a sustentabilidade ambiental e as raízes culturais do espaço beneficiado pelo plano de metas.

Nesse contexto, um dos maiores desafios é planejar o território, considerando a importância das administrações municipais como protagonistas de diversas ações e atividades, visando aumentar a sua capacidade de arrecadação em meio ao cenário de baixo dinamismo econômico interno e, ao mesmo tempo, oferecer serviços essenciais à sociedade. De fato, a população necessita de um atendimento amplo e de qualidade, seja na área da saúde, educação ou infraestrutura. Todavia, a capacidade de obtenção de recursos não caminha na mesma velocidade dos gastos municipais, o que acaba gerando um descompasso entre receita e gastos, visto que com LRF as prefeituras não podem comprometer seu orçamento a ponto de atingirem um determinado grau de endividamento.

A situação econômico-financeira dos municípios do Vale Jiquiriçá constitui-se num ponto de fragilidade, que impede, em muitos dos casos, a oferta de certos serviços públicos. Assim, o grande desafio dos prefeitos é o de gerir o município a partir dos diminutos recursos financeiros, cabendo aos mesmos buscar vias alternativas para equacionar seus gastos e, ao mesmo tempo, promover uma boa gestão.

Com os dados dos expostos pelo Tribunal de Contas dos Municípios, no ano de 2016, entre os municípios do Vale, demonstra que apenas 11 prefeituras possuem uma arrecadação própria superior a um milhão e duzentos mil reais (R\$100.000,00/ mês), sendo que os demais se inserem na faixa de arrecadação entre R\$390 mil a R\$1.100 mil .

Fato que desnuda o grau de dependência dessas prefeituras com as verbas oriundas das transferências intergovernamentais para a consolidação e a manutenção das contas e o cumprimento das obrigações constitucionais.

Como o FPM está vinculado ao quantitativo populacional, é notório que os municípios com maior contingente demográfico receberão maiores parcelas do Fundo. Todavia, além do FPM, os municípios contam com a transferência estadual de ICMS, IPVA e ITD, impostos repassados pelo Estado ajudam a fortalecer um pouco mais as contas municipais.

No Quadro 15, mostra que os recursos provenientes de transferências representaram a mediana de 94,052% sobre o total dos recursos financeiros das prefeituras do Vale do Jiquiriçá. No caso de Itiruçu, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Planaltino e São Miguel das Matas, essa vinculação representou um percentual superior a 96%.

Quadro 15. Receitas Próprias e Transferências Constitucionais de recursos, para os municípios do Vale do Jiquiriçá, ano de 2016, conforme informação do Tribunal de Contas dos Municípios.

Municípios	1. Receita Própria do Município, em R\$1,00:	2. Transferência de Recursos, em R\$1,00:	3. Receita Total (1 + 2) R\$1,00:
Amargosa	5.094.361,38	60.536.207,27	65.630.568,65
Brejões	1.459.179,25	24.894.610,57	26.353.789,82
Cravolândia	3.976.927,00	14.841.785,02	18.818.712,02
Elísio Medrado	949.295,85	20.486.335,26	21.435.631,11
Irajuba	1.712.250,56	20.125.081,96	21.837.332,52
Itaquara	1.153.604,68	20.232.682,09	21.386.286,77
Itiruçu	1.004.234,05	27.768.350,97	28.772.585,02
Jaguaquara	6.988.964,16	84.587.060,49	91.576.024,65
Jiquiriçá	920.835,79	28.980.035,67	29.900.871,46
Lafayette Coutinho	391.195,70	17.919.389,29	18.310.584,99
Laje	1.745.374,85	49.799.962,53	51.545.337,38
Lajedo do Tabocal	528.093,33	20.778.278,83	21.306.372,16
Maracás	4.881.694,64	50.030.572,64	54.912.267,28
Milagres	1.364.095,40	27.110.247,71	28.474.343,11
Mutuipe	1.987.744,14	40.701.773,46	42.689.517,60
Nova Itarana	927.916,52	19.045.709,06	19.973.625,58
Planaltino	775.035,47	21.209.102,67	21.984.138,14
Santa Inês	1.852.092,62	22.538.003,00	24.390.095,62
São Miguel	835.170,69	25.151.829,02	25.986.999,71
Ubaíra	1.955.321,46	43.685.663,17	45.640.984,63
Vale Jiquiriçá	40.503.387,54	640.422.680,68	680.926.068,22

O incremento gerado pelas transferências de recursos sobre o total dos municípios do Vale acaba impulsionando e tornando viável a administração local. Porém, mesmo com esse acréscimo nas receitas públicas, os municípios são caracterizados pela baixa capacidade financeira, o que impossibilita uma ação mais efetiva das prefeituras na oferta de determinados serviços. No contexto microrregional, 06 municípios possuem uma receita total superior a R\$ 30 milhões. E destes, apenas Amargosa e Jaguaquara possuem uma receita total superior a 50 milhões (Rios, 2015).

CAPÍTULO II

2.1. Breve descrição sobre os Eixos de Desenvolvimento

Sabemos que a experiência de construção da política de planejamento tendo como base um território é muito recente no Brasil, especificamente no Vale do Jiquiriçá podemos referenciar como o início do processo de planejamento e gestão do desenvolvimento rural sustentável, em âmbito territorial, o ano de 2003. Após diversas reuniões com objetivo de discutir o Projeto Político Territorial, somente houve consolidação da proposta a partir do ano de 2004, quando o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, designou a CEPLAC, como entidade mediadora.

Nesses 14 anos podemos destacar avanços importantes, mas para garantir a implementação dessa política de planejamento é necessário elencar alguns pontos que emperram e dificultam a evolução e empoderamento da sociedade:

- Pouca articulação política no Território para construção de consensos, existe uma clara divisão da sociedade civil e poder público (principalmente o municipal), demonstrando a necessidade de um articulador político;
- Esvaziamento do Colegiado do território, podendo elencar alguns fatores a exemplo: desinteresse e falta de comprometimento por parte de alguns órgãos e entidades do Território e limitação financeira e de estrutura de recursos humanos de entidades da sociedade civil;
- Acesso a recurso a partir de emendas parlamentares, distanciado das discussões territoriais e o mais grave, quando o Projeto elaborado é aprovado, o parlamentar recebe o credito esvaziando o processo de empoderamento;
- Perfil do poder público (não coletivizar a gestão);
- Desorganização das Assembleias Territoriais;
- Falta de capacitação dos conselheiros e representantes do território;
- Pouca articulação com as políticas públicas de DRS disponíveis;
- Pouco encaminhamento e ações práticas em busca de recursos públicos de ação territorial;
- Aprovação de projetos (projetos pontuais, sem enfoque territorial) que não atua em todo o território;
- Pouco funcionamento das câmaras técnicas para discutir projetos e estratégias para acessar recursos das políticas públicas.

Nesse documento elaborou-se um conjunto de propostas de desenvolvimento para o Território do Vale do Jiquiriçá, agrupado em 04 eixos aglutinadores (dimensões ambientais, sociocultural e educacional, socioeconômico e político institucional) que correspondem e representam as dimensões do diagnóstico realizado nos municípios, orientado para o planejamento do desenvolvimento e intervenção no Território, considerando um horizonte aproximado de 10 anos, e com vistas à articulação com o orçamento participativo – PPA do estado da Bahia.

As proposições a seguir, pretendem orientar a elaboração de outros instrumentos de planejamento mais detalhados que terão abrangência territorial e se concretizarão nos recortes administrativos municipais e intermunicipais.

Em relação à dimensão ambiental, o diagnóstico do Território mostrou fragilidades e diversos “problemas ambientais”, por exemplo: as taxas de desmatamento, a diminuição dos índices de pluviosidade nos últimos anos na região, problemas com o descarte do lixo, falta de saneamento básico, início da exploração pela mineração o principal rio literalmente poluído. A partir da leitura desses elementos realizada pelos atores locais que se fizeram presentes nas oficinas municipais de qualificação do PTDRS, uma visão de futuro para a dimensão ambiental poderia ser sintetizada em um desejo da construção de um território ambientalmente mais sustentável, prezando pela recuperação/manutenção dos recursos naturais e pela melhoria da qualidade de vida.

Na dimensão sociocultural e educacional, os temas que aparecem com maior frequência nas oficinas realizadas demandam as áreas de educação, assistência social e saúde. Se considerarmos os índices sociais, educacionais e de saúde apresentados durante as oficinas e sistematizados no diagnóstico demonstram a fragilidade nos municípios em relação a essas áreas, remetendo a necessidade de maiores investimentos e ampliação desses serviços, com garantia de qualidade e acesso universal, foram temas recorrentes nos dados levantados.

Nas oficinas realizadas, constata-se a necessidade de retomar a vocação agrícola do Vale do Jiquiriçá, quando a região foi referência na produção de café, verduras, mandioca e frutas diversas. Os diversos atores do território expressam em seu discurso o desejo de que o desenvolvimento econômico ocorra de forma articulada com a dimensão ambiental. Todos os municípios são considerados rurais, portanto o futuro na área produtiva deve ser através do setor agrícola, associado ao incentivo a uma agricultura diversificada e sustentável, sendo ressaltada em alguns deles à questão da segurança alimentar e atenda aos princípios da agroecologia, sendo a agricultura familiar, o ator importante do desenvolvimento territorial.

Para superar os limites atual e aproveitar as potencialidades levantadas, deve ser prioridade garantir que as políticas públicas sejam direcionadas para incentivo à produção diversificada, e propicie a implantação, fortalecimento e consolidação de espaços de mercado e de estruturas de comercialização para os produtos da agricultura familiar, possibilitando as organizações coletivas (cooperativas) possam ocupar espaços de mercado, principalmente os programas governamentais (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA).

Fechando a proposta dos quatro eixos aglutinadores para o desenvolvimento sustentável do Vale do Jiquiriçã, a dimensão político institucional, item fundamental da concretização do plano, com a grande tarefa de articulação e o estabelecimento de diálogos entre as diferentes instâncias do poder público, entre setor público e privado, entre poder público e sociedade civil organizada, entre diferentes organizações e entidades ligadas à sociedade civil organizada, e entre os diferentes Conselhos Municipais.

Além da necessidade de construção do diálogo entre os municípios para fortalecimento da identidade do Vale do Jiquiriçá, estabelecer maior transparência e clareza na atuação do poder público, bem como das suas políticas públicas, e deve-se trabalhar para garantir uma maior participação da sociedade civil nas decisões e definição/execução de políticas públicas no território, com a presença dos diversos atores nos espaços de discussão, planejamento e acompanhamento das ações locais e territoriais.

Na forma de quadro foram listados os limites e potencialidades de cada eixo aglutinador, para posteriormente estabelecer a forma de enfrentar os problemas e propor no próximo capítulo, uma matriz com os objetivos, estratégias e metas para superar as questões levantadas.

2.1.1. Limite e potencialidades da dimensão ambiental

Quadro 16. Diagnóstico do desenvolvimento sustentável do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá da Bahia na Dimensão Ambiental.

LIMITES	POTENCIALIDADES
Meio ambiente	
<ul style="list-style-type: none"> • Fragilidade da Legislação quanto aos processos de preservação ambiental em diversos municípios do Vale; • Ineficiência dos sistemas municipais de coleta convencional dos resíduos sólidos, na zona urbana e rural causando poluição urbana; deposição do lixo a céu aberto e falta regularização dos aterros; • Inexistência de programas de educação ambiental, inclusive quanto ao uso adequado da água e a coleta seletiva de resíduos sólidos; • Falta de capacitação na área de gestão financeira de projetos ambientais; • Falta de saneamento básico, poluindo os rios do território, com maior gravidade o Rio Jiquiriçá, com despejos de esgotos e lixo; • Desmatamento com queimadas e outros métodos, causando desequilíbrio ambiental, inclusive a extinção de espécies animais e vegetais; • Existência de caça predatória e de captura de animais silvestres; • Exploração de minerais (pedreiras, areais, cascalheiras e outros sem licença ambiental); • Falta de água consumo humano e animal em alguns municípios; • Uso inadequado do solo, causando a erosão, degradação dos mananciais, e contaminação das águas por agrotóxicos e outros resíduos, e uso indiscriminado, inadequado de veneno/agrotóxicos • Baixa produtividade das atividades agrícolas causado principalmente pelo 	<ul style="list-style-type: none"> • Programas de Desenvolvimento Sustentável e de Convivência com o Semiárido ofertados pelo governo federal e estadual: projeto de acesso a água (água para todos / Cisterna /Aguadas de consumo e produção), Luz para todos, Bahia Produtiva, EFIR/CAR; • Plano nacional de resíduos sólidos; • Lei ambiental estadual; • Política Estadual de Agroecologia; • Existência do Comitê de bacia hidrográficas; • Existência de conselhos municipais de meio ambiente; • Existência de áreas de preservação ambiental em alguns municípios; • Potencial para o desenvolvimento Turismo Rural e Turismo Ecológico, através da diversidade de riquezas naturais; • Grande patrimônio genético dos biomas existentes; • Produção agrícola diversificada; • Movimento de transição agroecológica com experiências bem sucedidas em práticas agroecológicas em todo o vale do Jiquiriçá; • Viveiros de mudas nas instalações do Parque Natural Bosque da nascente do rio Jiquiriçá. • Registro das casas de sementes/ser movimento político editais e financiamentos; • Distribuição de mudas através de viveiros públicos e Instituto Biofabrica; • Reflorestamento, proteção e recuperação das nascentes; • Recomposição Florestal da caatinga por

<p>manejo inadequado do solo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grandes áreas de monocultivos, especialmente áreas com pastagens; • Perfuração de poços artesianos sem controle; • Baixo índice de realização do CAR/CEFIR • Degradação de pastagens por sobrepastoreio e queimadas; 	<p>meio do processo de Reaatingamento;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de saneamento básico em alguns municípios (zona urbana e rural);
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

2.1.2 Limite e potencialidades da dimensão sociocultural e educacional

Quadro 17. Diagnóstico do desenvolvimento sustentável do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá da Bahia na Dimensão sociocultural e Educacional.

LIMITES	POTENCIALIDADES
Organização Social	
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de comunicação e diálogo entre as entidades do território (associações, cooperativas, sindicatos); • Enfraquecimento de participação dos atores sociais nos espaços de construção e deliberação do território; • Associações irregulares, por ausência de constituição formal como pessoa jurídica e a falta de documentação básica, como registro em cartório, cadastro, ata regulariza de eleição e constituição de diretoria, prejudica a ação e desenvolvimento de projetos; • Falta de certificação das comunidades quilombolas e atuação dos órgãos competentes nessas comunidades; • Poucas cooperativas atuando no Vale do Jiquiriçá; • Baixa participação e organização da sociedade civil, devido a poucas ONGS; • Criação de novos Sindicatos dividem os agricultores familiares; • Falta de divulgação das ações por parte das entidades competentes. • Falta de qualificação dos atores para acesso aos editais; • Pouca alternância de poder entre membros das organizações – dificuldade em formar novos “líderes” • Poucos recursos e dificuldade de gerir e prestar contas. • Ausência dos sindicatos de comerciário na discussão territorial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Movimentos sociais; • União Central das Associações; • Existência de Sindicatos rurais e de outras categorias profissionais; • Reestruturação da sociedade civil; • Inserção da Sociedade Civil na Política Pública e Partidária; • Início de um intercâmbio entre as comunidades; • Existência de mutirões e Ajuntes; • Polo Sindical da Região de Amargosa • Cooperativas de agricultores familiares sendo criadas em vários municípios, a exemplo da COOAMA e COOPEIPE, COOFAB; • Existência de associações e Grupos de Mulheres; • Organização da Produção e Comercial.
Educacional	

<ul style="list-style-type: none"> • Fechamento de escolas do campo em descumprimento com as diretrizes da educação do campo; • Falta de verbas para educação no campo; • Falta de cursos e capacitação para levar o conhecimento e informações dos programas sociais e políticas públicas para o campo; • Capacitação/Formação de sem considerar a realidade local; • Falta de professores mais qualificados; • Falta de incentivo na formação profissional nos municípios do Vale do Jiquiriçá; • Inexistência de escolas famílias agrícolas no território; • Falta de ações para formação de acesso as Políticas Públicas para as Mulheres. • Falta de apropriação e discussão das políticas de educação pelo Colegiado (Câmara Temática Educação) • Êxodo dos jovens do campo para a cidade e dessas para outros territórios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Educação específica voltada para o Jovem do campo em alguns municípios; • Garantia de concepção político pedagógico da educação do campo em alguns municípios; • Garantir a concepção, protagonismo e identidade da educação do campo; • Projetos de Alfabetização de Jovens, Idosos e Adultos. • Cursos: Universidade para Todos • Projeto: Mais Educação; • Formação e Organização Social; • Cursos profissionalizante para juventude em alguns municípios; • Existência no Território da UFRB, IFBaiano e CETEP; • Diversos Cursos Técnico de Agricultura: Colégio Edilson Freire.....; • Capacitação de professores da própria comunidade para atuar nas escolas; • Possibilidade de criação de EFA; • Existência do Pró-Campo: discutir, aprofundar, aumentar investimento visando a garantir a continuidade dos cursos, inclusive na formação superior com os Cursos e Educação do Campo; • Oportunizar o acesso de estudantes e profissionais locais (critérios legítimos para seleção).
Cultural	
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de incentivo para a cultura visando os jovens e terceira idade; • Poucos Conselhos Municipais de Cultura e os que existem funcionam precariamente; • Falta de incentivo dos poderes públicos municipais de incremento e ampliação das manifestações da cultura locais; • Falta de apoio para que as políticas culturais cheguem no município. • Faltam espaços culturais; • Necessidade de resgate cultural dos povos negro; • Poucos financiamentos para as atividades culturais; • Falta valorização da cultura dos povos tradicionais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Resgate em alguns municípios da cultura local (terno de reis, bumba meu boi, samba de roda); • Existências de grupos culturais no territórios; • Existência de Espaços culturais em alguns municípios; • Promover centros itinerantes de comercialização de produtos artesanais, da agricultura familiar, agroecológico e cultura.
Saúde	
<ul style="list-style-type: none"> • Os serviços públicos de saúde, de média e 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência da Base Operacional de saúde

<p>alta complexidade não existe no território, e dificuldade dos municípios em acessar os equipamentos de saúde regionais situados em Santo Antônio de Jesus, Jequié, Feira de Santana e Salvador;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Extinção da 29ª Dires em Amargosa; • Falta de continuidade nos programas quando mudam os governos. Muito dinheiro e pouco resultado; • Aumento do número de usuários de drogas; • Adoecimento, fragilidade na saúde mental familiar, incapacidade ocupacional • gravidez na adolescência, mortalidade na adolescência pelo alcoolismo e outros. 	<p>em Amargosa;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Potencial para implantação de um Hospital Regional; • Potencial para implantação da policlínica do território;
Segurança	
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento substancial do fenômenos da violência urbana e rural; • Aumento do tráfico de drogas em todos os municípios; • Deficiência no contingente de policiais civil e militar em todo território; • Inexistência de estruturas físicas e equipe técnica adequada para as necessidades de atendimento das mulheres em situação de violência, bem como para mortes violentas, os peritos tem de se deslocar de Jequié e Santo Antônio de Jesus; • Crescimento da violência à mulher e extermínio da juventude negra 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência dos marcos legais a exemplo do Estatuto da Igualdade Racial, Lei Maria da Penha, Estatuto da Mulher e estatuto da Juventude;
Esporte e lazer	
<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de políticas públicas direcionada ao esporte na grande maioria dos municípios do Vale do Jiquiriçá; • Ausência de programas e de espaços que permitam a prática das mais diversas atividades esportivas na maioria dos municípios do Vale do Jiquiriçá. 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência do Curso de Educação física na UFRB em Amargosa; • Programas de esporte desenvolvidos por algumas Prefeituras

2.1.3. Limite e potencialidades da dimensão socioeconômica

Quadro 18. Diagnóstico do desenvolvimento sustentável do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá da Bahia na Dimensão socioeconômica.

LIMITES	POTENCIALIDADES
Comercialização, Beneficiamento, Geração de Emprego e Renda	
<ul style="list-style-type: none"> • A comercialização da produção é feita de forma individual na quase totalidade dos agricultores, a presença e ação dos atravessadores no processo de comercialização (tida como mal necessário) na quase totalidade das cadeias produtivas; • Dificuldades de escoamento dos produtos da agricultura familiar; • Inadequação das estruturas de processamento o que dificulta a certificação, inclusive as que são implantadas pelos projetos de desenvolvimento do estado; • Ausência de registro sanitário; • Dificuldade no acesso a vigilância sanitária – Legislação não atende as particularidades da Agricultura Familiar; • Falta de um centro de comercialização da agricultura familiar (acessar a política de comercialização do tipo Armazém da Agricultura Familiar); • Falta de apoio dos municípios as feiras livres (logística, estrutura física); • Diversos empreendimentos (casas de farinhas e unidades de beneficiamento de produtos - agroindústrias), desativadas ou sem funcionamento; • Falta de zoneamento de áreas de semiárido em alguns municípios, para acesso a políticas públicas específicas; • Número reduzido organizações de apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> • A diversidade climática existente no Território do Vale do Jiquiriçá, (decorrente da diferença de altitude entre 100 e 1000m), proporciona uma grande diversidade de produtos agrícolas, com produção de culturas de clima tropical e temperado; • Rede de comercialização das flores de em alguns municípios do Vale, a exemplo de Maracás, Itiruçu; • Ceasa com a compra e venda de Hortifrutigranjeiros em Jaguaquara; • Geração de emprego e renda através dos empreendimentos existentes (casas de farinhas, mel, etc); • Existência de Cooperativas de agricultores familiares que estão sendo constituídas no Vale do Jiquiriçá: a exemplo da COOAMA, COPEIPE, COOFAB; • Início do processo de comercialização dos produtos oriundos das cadeias produtivas através das cooperativas.
Diversificação da produção e atividades produtivas	
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de planejamento e organização da produção para acessar o mercado dos diversos produtos do território; • Falta de organização nas cadeias produtivas existentes no território do vale do Jiquiriçá: especialmente na fruticultura, mandioca, mel, café cacau, leite, caprino, pecuária de 	<ul style="list-style-type: none"> • A existência de diversas cadeia produtiva, a exemplo: mandioca; apicultura e meliponicultura (casa do mel); fruticultura (tropical: banana, umbu, maracujá, manga, melancia, e de frutas temperada: caqui, marmelo); bovinocultura leite; corte; caprinocultura; horticultura; floricultura;

<p>corte e piscicultura;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de conhecimento e manejo (novas tecnologias), para produzir melhor nas cadeias produtivas existentes no vale do Jiquiriçá; • Necessidade de unidades de beneficiamento da cadeia do leite; • Grandes áreas de terra ocupadas com a monocultura do eucalipto, cafeicultura e pastagens; • Cadeia Produtiva da Mandioca com problemas de baixa produtividade e qualidade do produto, e graves problemas nas unidades de beneficiamento (casas de farinha fora dos padrões de qualidade); • Cadeia do mel com unidades de beneficiamento (casas do mel que tiveram a instalação feita incorretamente e sem funcionamento); • Apicultores com pouca qualificação para produção, processamento, expresso na falta de cuidados higiênicos e sanitários; • Desconhecimento e desrespeito à legislação nas atividades produtivas e no processamento, com diversas unidades de beneficiamento sem utilização; • Muito uso de agrotóxico; • Tanques para criatórios de peixes sem uso; • Pouca organização em associação e cooperativas, transporte para escoar a produção, estrutura física, padronização dos produtos, etc; • Falta de prioridade dos poderes públicos municipais, estaduais na divulgação e fortalecimento do turismo no Vale do Jiquiriçá; 	<p>piscicultura;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de rede de sementes/bancos de sementes crioulas; • Distribuição de Sementes Plano Safra; • Plantio de Palmas; • Implantação de Agroindústria de beneficiamento de frutas; • Implantação de Agroindústria de empacotamento de farinha; • Programa de melhoramento genético (bovinocultura); • Programa de segurança alimentar para os animais (caprinos e ovinos); • Rede de comercialização das flores de Maracás; • Potencial para o turismo ecológico em todo o vale do Jiquiriçá; • • Existência de diversas entidades ligadas s cadeias produtivas e exemplo: (Ama Flor- Associação e da Assoleite).
<p>Assistência Técnica e Extensão Rural</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Fechamento da EBDA e a pouca atuação do SETAF e Bahiater, por total falta de recursos e de aparelhamento das entidades; • Falta Assistência Técnica para Organização Social (associações e cooperativas) e o selo da Agricultura Familiar; • Falta Assistência Técnica e acompanhamento do INCRA nos assentamentos; • Falta de ATER especializada e continuada para agricultura familiar; • Inexistência de laboratórios regional de 	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de ATER para atendimento continuado aos Agricultores Familiares; • Atuação da UFRB através do NEDET; • Atuação da FASE como entidade de assistência técnica e extensão rural; • Implantação do SETAF, BAHIATER • Existência da CEPLAC e da CAR, no Vale do Jiquiriçá;

<ul style="list-style-type: none"> análises de solo e água; • Falta de entidades para prestação de Assessoria e Assistência Técnica; • Pouca atuação da CEPLAC, CAR no território 	
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Estrutura Fundiária e Acesso a Terra	
<ul style="list-style-type: none"> • Conflito na regularização de terra; • Grandes áreas de terra sem regularização (15% Terras irregulares); • Problemas graves na distribuição da terra, com concentração nas média e grandes propriedades e os minifúndios predominam em todo o território; • Falta fiscalização e acompanhamento do INCRA; • Falta de investimento e aplicação de políticas públicas para Assentados da Reforma Agrária; • Os levantamentos realizados pelo CDA, ainda não saiu os títulos de terra; • Drogas nos assentamentos e no meio rural; • Necessidade de acompanhamento e reforma nos assentamentos existentes; • Falta de discussão sobre a questão agrária e a necessidade de terras no vale do Jiquiriçá; • Necessidade de realizar audiências públicas sobre as terras; • Necessidade de regularização e titularização das terras; 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso a terra como forma de garantir trabalho, emprego e renda; • Assentamentos regulares (Pedrão, Ipauaté); • Início de geração de emprego e renda através da aquisição da terra; • Garantia de crédito através da posse da terra; todos os 20 municípios do território são considerados como de economia rural; • Pequena organização dos assentamentos já existentes; • Existência de assentamento do Incra/MST • Ampliação de conhecimento através de cursos de formação e qualificação profissional para os assentados da reforma agrária;

Acesso as Políticas Públicas	
<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade para acessar a DAP, com o fim da EBDA; • Falta transparência, informações e dificuldade de acesso as Políticas Públicas como PAA PNAE e PNHR (Moradia); • Falta de ação do governo, na sensibilização dos agricultores sobre o CAR/SEFIR; • Falta acesso ao programa Garantia safra; • Falta acesso ao crédito pelo Pronaf Variável (apoio); • Dificuldade acesso programa água para todos/para produção/ASA; • Dificuldade e burocracia de acesso a 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia safra; • Acesso aos editais Bahia produtiva; • Projetos institucionais mais gestão; • Políticas Públicas (PAA, Pnae, Sementes, Mudas); • Políticas de apoio a mulheres; • Acesso ao crédito Financiamento pelo Banco do Nordeste e Banco do Brasil; • CRED BAHIA AMIGO, Agroamigo.

<p>crédito e renegociação de dívida pelo Banco do Brasil e Nordeste;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de interesse do Banco do Nordeste em liberar o acesso aos Pronaf Mulher e jovens; • Falta de Políticas voltadas para o Turismo; • Dificuldade das comunidades quilombolas acessarem ao crédito e demais políticas públicas, mesmo sendo certificada pela Fundação Palmares. 	
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Serviços Públicos	
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de compromisso dos agentes financeiros com os créditos; • Descasos com os benefícios públicos concedidos; • Atendimento ruim na Segurança Pública e na Saúde; • Extinção do MDA • Saída do Município do mapa de cidades Turísticas da Bahia • Falta criação dos Conselhos municipais de Mulheres; • Pactuação de exames de média e alta-complexidade; • Falta Saneamento Básico • Falta de cursos de aperfeiçoamento para ajudar na construção civil; • Corte de verbas do programa Minha casa minha vida; • Distribuição de renda; • Desemprego; • Falta de apoio da Secretaria de Agricultura do Estado; • Falta de apoio da Segurança pública; • Má distribuição do recurso público; • Fragmentação do Serviço Público • Poder Público local e territorial não realizam chamadas Públicas; • Falta Capacitação na área de gestão financeira. 	<ul style="list-style-type: none"> • Emissão das DAPs; • Parceria com o MPA; • Articulação do Semi-árido (ASA) e ISFA; • Instituição São Francisco de Assis; • Instituto Socioambiental Águas do Jiquiriçá- ISA • Credito do BNDES; • Secretária de Assistência Social atuante; • CRAS; • P.B.F (Bolsa família); • Formação/Participação dos Conselhos Municipais • Criação dos Conselhos de Saúde, Educação, Criança e Adolescente, etc. • Reativação da Câmara Técnica de Mulheres • Saúde; • CMDS • Conselhos Municipais • Equipamentos adquiridos pelo PAC 1 • Criação do Hospital Regional;

Infraestrutura	
<ul style="list-style-type: none"> • Diversos empreendimentos da agricultura familiar sem funcionalidade. Com isso, diversas casas do mel estão sem 	<ul style="list-style-type: none"> • Maquinas e equipamentos PAC 1 e 2; • Maquinários (casas de farinha, trator, kits de irrigação ofertados pelo Governo);

<p>funcionamento, algumas sem entidade que assuma o funcionamento, bem como casas de farinhas em mal estado para uso e com deterioramento dos equipamentos por falta de uso;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Casas de farinha que se transformaram em moradias; • Infraestrutura das Feiras Livre ruins em diversos municípios do Vale do Jiquiriçá; • Falta de Transporte no campo e entre as cidades; • Necessidade de ampliação para o programa popular de Habitação Rural e U • Necessidade de ampliação para o programa de Habitação Rural e Urbana; • Estradas entre municípios do Vale sem conservação que necessitam ser asfaltadas; • Estradas Rurais em péssima condição de uso, dificultando e onerando a produção agrícola; • Falta de maquinas para construir parcerias com os agricultores; • Existência de Posto do Cidadão em apenas um município do território, não tem o SAC em nenhum município; • Pagar o uso de maquinas e equipamentos cedidas pela CAR para associações com valores abusivos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de tratores que facilitam na preparação do solo para plantio e reforma das estradas; • Feira Livre (Ceasa) em Jaguaquara; • Maquinas (retroescavadeira e trator) cedidas pelo Governo Federal; • Diversas Casa do Mel existentes; • Diversas Casas de Farinha; • Implantação de Cisternas de 55mil litro de para produção; • Estradas estaduais asfaltadas.
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Turismo	
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de prioridade nos municípios e estado, através de investimentos, no território que já esteve na programação de turismo como Caminhos do Jiquiriçá; • • Ausência de ações que estimulem o turismo cultural e religioso. 	<ul style="list-style-type: none"> • Grande potencial para o turismo cultural, religioso e ecológico nas trilhas e nascentes: caminhos do Jiquiriçá; • Reativar as atividades com a utilização de equipamentos e estruturas já existentes no vale do Jiquiriçá, referentes ao turismo de da cultura, religiosidade e riquezas naturais; • Existência das manifestações culturas populares em todos os municípios do Vale.

2.1.2. Limite e potencialidades da dimensão Institucional

Quadro 19. Diagnóstico do desenvolvimento sustentável do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá da Bahia na Dimensão Político - Institucional.

LIMITES	POTENCIALIDADES
COTEVAJI	
<ul style="list-style-type: none">• Fragilidade das organizações sociais – ausência de pertencimento e participação efetiva nos Conselhos e Colegiados;• A falta de formação para os membros do colegiado territorial, que possibilite passar informações que ajude no fortalecimento do colegiado territorial e dos conselhos municipais nas suas diversas atividades;• Ineficiência dos Conselhos Municipais.	<ul style="list-style-type: none">• Reestruturação do colegiado territorial, ampliando o número de entidades participantes;• Câmaras Técnicas do Colegiado em funcionamento;• Realização das Conferências Municipais e Territoriais;

2.2. Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas

Esta matriz de planejamento foi construída pelos sujeitos que participam das oficinas diagnósticas territoriais que aconteceu em 2016 e sistematizadas pela Equipe do NEDET, sob a coordenação do Núcleo Diretivo do COTEVAJ, partir do resgate de documentos de atividades territoriais realizadas anteriormente e das contribuições provenientes das discussões ocorridas em oficinas plenárias com a participação de todos os atores envolvidos no processo de desenvolvimento territorial.

Com o PTDRS do Vale do Jiquiriçá, o Colegiado Territorial – COTEVAJ, passa a ser o instrumento para propor ações e atividades visando promover o desenvolvimento sustentável do território, e que possibilite garantir a melhoria da qualidade de vida da população do Vale do Jiquiriçá.

Essa matriz é formada por principais objetivos, com as respectivas estratégias e metas voltadas para o desenvolvimento sustentável e solidário, que agregam quatro eixos: desenvolvimento ambiental; desenvolvimento sociocultural e educacional; desenvolvimento socioeconômico com inclusão socioproductivo e o de desenvolvimento político-institucional.

Para facilitar o entendimento básico para Eixo de Desenvolvimento, no item, 2.1. Breve descrição sobre os Eixos de Desenvolvimento, apresentou-se as fragilidades, ameaças bem como as possibilidades existentes no território, sistematizados como os resultados dos limites e potencialidades de cada eixo.

Já no item 2.2. Matriz de Objetivos, Estratégias e Metas estão descritas as atividades norteadoras do desenvolvimento sustentável do território, segundo os objetivos ou importância dentro de cada dimensão.

Essa construção coletiva do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Vale do Jiquiriçá, proporcionou ao conjunto de atores participantes as diversas etapas, um exercício de construção de sua visão de futuro, demonstrando como poderão controlar as ações e não ficar a revelia de qualquer mudança de rumo, na política de desenvolvimento do espaço que estão inseridos. Possibilitou ainda ter clareza do lugar onde se pretende construir e o estado de desenvolvimento que se deseja alcançar.

Pode-se afirmar que o sonho coletivo dos atores sociais do Território para uma vida melhor, ultrapassa a visão de reconhecer os problemas e as dificuldades; mas sim, lutar

e garantir coletivamente que as oportunidades internas e externas que o Território terá para transformar em sucesso sua ação no presente.

1.1.1. EIXO – DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Desenvolvimento ambiental	
OBJETIVO: Construir condições ambientais que favoreçam a sustentabilidade do desenvolvimento territorial, possibilitando conservação do meio ambiente e a preservação e dos biomas remanescentes no território.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Realizar estudos ecológicos Identificando o estágio atual das Unidade de Conservação existentes no território e levantamento das áreas com possibilidades de criação de novas unidades de conservação	Formalizar parcerias dos órgãos administrativos públicos com as universidades da região, Colegiado Territorial (através da Câmara de Meio Ambiente e o Consórcio, visando a elaboração de projetos para atender a essa meta;
	Mobilizar o apoio de ONGs locais que realizem trabalhos de proteção da biodiversidade para auxiliar nessa ação;
	Com base nos estudos a serem realizados, implantar novas unidades e Conservação no Território;
	Identificar as Unidades de Conservação já existentes e implantar e/ou implementar os planos de manejo em todas as Unidades de conservação do Território.
Garantir a revitalização do Rio Jiquiriçá e seus afluentes;	Implantação do Centro de Produção de Mudas nativas para garantir a revitalização do rio Jiquiriçá e seus afluentes
	Distribuição e plantio de mudas para todos os municípios do Território;
	Promover cursos de capacitação voltados para a conservação e manejo dos recursos naturais nas comunidades rurais;
	Articular através do consorcio a elaboração do projeto de saneamento básico para todas as cidades do território do vale do Jiquiriçá;
	Implantação da política de compensação por serviços ambientais, buscando apoio dos órgãos ambientais do governo federal e estadual
Desenvolver programas que assegurem a conservação/preservação e reabilitação de APPs e reserva legal tendo em vista a conservação de recursos hídricos;	Estimular formação 20 de viveiros municipais de produção de mudas nativas, para recuperação de matas ciliares e áreas degradadas;
	Estimular o plantio de árvores nativas para formação de corredores ecológicos, nas áreas de produção agrícola e pecuária.
Implantar em todos os municípios os códigos municipais de meio ambiente, possibilitando o Licenciamento e a fiscalização ambiental.	Implantar os marcos legais para montar os licenciamentos ambientais nos municípios;
	Ampliar o quadro de servidores públicos aptos para licenciar
	Ampliar a fiscalização ambiental para combater desmatamento de florestas nativas e a caça e

	comercialização de animais silvestres e demais crimes ambientais.
	Ampliar a fiscalização sobre a comercialização e a aplicação de agrotóxicos
	Estimular a formação dos técnicos para o licenciamento ambiental;
	O Estado priorizar a realização do CEFIR como política pública nas áreas ao longo do Rio Jiquiriçá e seus afluentes, associada à política de educação ambiental.

2.2.2. EIXO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL E EDUCACIONAL

Organização Social	
OBJETIVO: Elaborar o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS	
ESTRATÉGIAS	METAS
Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial	Estabelecer um grupo de acompanhamento, com pelo menos 02 representantes (sociedade civil e poder público) de cada município do território.
Sistematização de versão para apresentação nas Câmaras e Colegiado	Apresentação da sistematização de dados para o Colegiado Territorial
	Lançamento do PTDRSS até abril de 2017

OBJETIVO: Fortalecer a base de composição dos diversos conselhos e do Colegiado Territorial em suas instâncias (Núcleo Diretivo e Câmaras Temáticas)	
ESTRATÉGIAS	METAS
Buscar a ampliação da base social na composição do colegiado territorial e manter as atividades na coordenação do colegiado e das Câmaras Temáticas (a partir das listas de presenças das atividades).	Realização de 12 reuniões ordinárias, por ano, do Núcleo Diretivo.
	Realização de 12 reuniões ordinárias, por ano, das Câmaras Temáticas.
	Realização de no mínimo 03 Plenárias Territoriais por ano.
	Mobilizar os diversos segmentos do território para garantir a participação e diversidade dos atores no Colegiado (LGBTT, Economia Não Formal, Segmentos Religiosos, entre outros).
	Homologação de todas as Câmaras Temáticas até novembro de 2017
	Criar e garantir forma de pagamento de diárias para representantes da sociedade civil em exercício de interesse público.
Fortalecimento da política territorial e a sua gestão, garantindo através do processo de formação o funcionamento dos Conselhos Municipais.	Propor a criação de um Fundo para manter as ações de acompanhamento e fiscalização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDS, para efetivação do Controle Social;

	Criar e implementar o Conselho Territorial de Direitos para Mulheres (com orçamentos);
	Capacitação dos membros do Núcleo Diretivo, do Núcleo Técnico e dos membros dos Grupos de Trabalho do Colegiado;
	Articular o Colegiado Territorial com o Consórcio de prefeitos para interagir as ações e demandas no território do Vale do Jiquiriçá;
	Fomentar as atividades dos núcleos Técnicos do colegiado;

Educação	
OBJETIVOS: Fortalecer a política educacional do território do Vale do Jiquiriçá	
ESTRATÉGIAS	METAS
Priorizar a melhoria da qualidade da Educação Básica	Ampliação em número de professores na rede municipal, estadual e federal
	Reduzir os índices de repetência, evasão, distorção série/idade no Território buscando a melhoria da qualidade da educação básica;
	Implantar processos avaliativos e monitoramento da qualidade do Ensino Básico em todo o território;
	Adequar a Infraestrutura física e de materiais para facilitar o processo ensino-aprendizagem;
Fortalecer a educação do campo, como forma de garantir a formação para os jovens e crianças rurais, evitando o êxodo e atendendo as demandas de desenvolvimento do campo.	Ampliação e implantação das políticas públicas educacionais (PROJOVEM, PETI, EJA, TOPA e PRONATEC) em todos os municípios
	Realizar a estruturação física das escolas do campo
	Apoiar a implantação de escolas famílias agrícolas – EFAs no território, garantindo a formação com cursos profissionalizantes, com o foco na agroecologia, economia solidária e sustentabilidade.
	Apropriação e discussão das políticas de educação pelo Colegiado na Câmara Temática de Educação;
Realizar processo de Capacitação / Formação de docentes e servidores da educação, considerando a realidade local;	Oferecer capacitação para o trabalho a servidores que atuam em serviços administrativos nas unidades escolares;
	Oferecer assessoria técnica governamental para auxiliar os municípios na construção dos planos de carreira dos profissionais de educação que atuam no território para a valorização nos aspectos financeiro e social;
	Oferecer cursos nas áreas de especialização de alfabetização e EJA para qualificação dos docentes, que atuam nos municípios do território;
	Oferecer cursos de capacitação para os profissionais da área de ensino em Ciências Exatas, Ciências da Natureza, Ciências sociais e

	Linguagem;
	Propor a construção de parcerias com a UFRB/CFP e com o IF de Santa Inês, para atender as demandas de capacitação e formação dos docentes dos municípios do Vale do Jiquiriçá;
Cultura	
OBJETIVO: Fortalecer e valorizar a cultura e identidade territorial	
ESTRATÉGIAS	METAS
Levantamento da história, memória e patrimônio cultural do Território;	Implantação do Sistema Municipal de Cultura em todos os municípios do Vale do Jiquiriçá;
	Atualizar o cadastro de grupos e entidades culturais do território;
	Construção e modernização dos pontos de cultura existentes;
	Implantação e fomento de indústrias criativas;
	Capacitar educadores e equipes técnicas dos órgãos administrativos da educação no território
	Criar um programa curricular que insira música, teatro, artes plásticas nas atividades educacionais, pelas secretarias de educação dos municípios, com coordenação do Fórum de Secretários de Educação;
	Promover festivais específicos em níveis escolares, municipais e territorial

Saúde	
OBJETIVO: Ampliar a capacidade instalada da Atenção Básica, em especial as Unidades de Saúde da Família no território, a fim de prevenir agravos e promover saúde através de USFs resolutivas, de modo que possamos diminuir os números de internações, tendo assim um diminuição nos custos.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Aumentar e melhorar a resolutividade na atenção básica de saúde	Implantar um centro de dependente químicos no território;
	Construção de um Hospital territorial com UTI e outros equipamentos;
	Construção de policlínicas nos Municípios do vale do Jiquiriçá com a Contratação de médicos especialistas;
	(Fortalecimento dos conselhos municipal de saúde);
	Criação e Fortalecimento dos CAPS no municípios do território
	Estruturação e Fortalecimentos dos Conselhos Municipais;
	Estruturação e divulgação de métodos de prevenção;
	Ampliar o financiamento através
Priorizar programas de combate a gravidez na adolescência e mortalidade na adolescência pelo alcoolismo e outros	

Segurança	
OBJETIVO: Melhoria das condições de segurança dos espaços públicos e das condições de vida, nos municípios do território do Vale do Jiquiriçá.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Ampliar e melhorar e a segurança pública no território do Vale do Jiquiriçá. Incremento de credibilidade no aparato policial	Políticas que visem à eliminação do uso das drogas principalmente entre os jovens;
	Política de combate ao tráfico;
	Implantação de companhias independentes no Território;
	Implantação e ampliação de complexos policiais;
	Implantação de pelo menos um Centro de reabilitação para os menores infratores;
	Criação de conselhos municipais de segurança pública;
	Intensificação da presença da polícia nas ruas;
	Aumento e qualificação do contingente efetivo em todo o território do Vale do Jiquiriçá;
	Criação da delegacia da mulher;
	Dotar as unidades de Polícia Militar com infraestrutura de tecnologia da informação;
	Requalificar as unidades da rede física do Sistema Estadual de Segurança Pública;
	Redução da sensação de impunidade;
	Revitalização urbana dos espaços públicos, com intervenções na iluminação pública;
Ações efetivas que visem à redução dos índices de acidentes de trânsito;	
Definir o esporte como instrumento de integração de cidadania nas escolas.	

Esporte e lazer	
OBJETIVO:	
ESTRATÉGIAS	METAS
Promover a melhoria da infraestrutura esportiva necessária ao desenvolvimento do desporto, paradesporto e lazer, dentro dos princípios de acessibilidade, sustentabilidade e ação social, atendendo as propostas do PPA do Governo do Estado da Bahia	Apoiar técnico e financeiramente projetos de infraestrutura física de esporte e lazer para os municípios do Vale do Jiquiriçá;
	Realizar projetos de infraestrutura física de esporte e lazer nos municípios do Vale do Jiquiriçá;
	Implementar núcleos de iniciação esportiva, lazer, arte e cidadania nos municípios do Vale do Jiquiriçá;

2.2.3. EIXO - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO COM INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

ATER /ATES no Vale do Jiquiriçá	
OBJETIVO: Construir/ implementar sistema de ATER\ATES para o Vale do Jiquiriçá que respeite e incorpore os conhecimentos acumulados pela Agricultura Familiar, utilizando metodologias participativas com experimentação e difusão de experiências, tendo como base os princípios da Agroecologia.	
ESTRATÉGIAS	METAS
Assegurar a melhoria da estrutura do SETAF e possibilitar a Criação dos SEMAFs, garantindo os postos municipais com ATER em todos os municípios do território do Vale do Jiquiriçá e que atendam as cadeias produtivas locais em toda sua diversidade.	Implantar e implementar os SEMAFs nos 20 municípios do território;
	Estruturar o SETAF com equipamentos, veículos e pessoal técnico;
	Reestruturar os órgãos visando emissão e renovação das DAPs, priorizando mulheres e jovens.
	Construir uma marca (selo) para o Vale do Jiquiriçá, a exemplo dos Frutos do Vale, Favos do Vale para facilitar acesso ao mercado;
	Construir o centro de comercialização dos produtos da Agricultura Familiar no território no entroncamento de Jaguaquara, Laje e KM 100;
Garantir apoio e acompanhamento técnico para desenvolvimento de todas as atividades produtivas existente no território	Disponibilizar acompanhamento técnico para os agricultores familiares portadores de DAP do Território;
	Promover ações continuadas de educação ambiental junto a população;
	Práticas agrícolas de manejo e conservação do solo e da água;
	Linha de crédito para as agricultores, mulheres e jovens rurais com DAP do Território;
	Revitalizar a ação de assistência técnica e extensão rural da CEPLAC;
Garantir a assistência técnica e extensão rural, estadual, municipal e privada, por meio de instituições como Prefeitura, Bahiater, e inclusão dos municípios nas chamadas de ATER / ATES	Capacitação de todos os Técnicos que trabalham na ATER/ ATES (técnica e metodológica em consonância com a realidade Territorial);
	Garantir a formação dos técnicos que atuarão no território em agroecologia
	Promover capacitação técnica para os agricultores familiares;
	Disponibilização de técnicos na relação 1 técnico por 60 agricultores familiares;

	Garantir a formação de todos os técnicos que atuarão no território em agroecologia.
Combater o uso indiscriminado de agrotóxico na Agricultura Familiar de todo o território do Vale do Jiquiriçá	Realizar capacitações em Práticas de Controle de poluição e resíduos de agrotóxicos;
	Propor a implantação de programas de Educação Ambiental na grade curricular nos municípios;
	Ampliar a divulgação e capacitação de sistema de produção agroecológica, dando mais incentivo a agricultura familiar, possibilitando a transição de sistemas convencional para o agroecológico com apoio a comercialização dos produtos.

Sistemas Produtivos do Vale do Jiquiriçá	
OBJETIVO: Reestruturar, organizar e desenvolver, de forma sustentável, as cadeias produtivas prioritárias do território do Vale do Jequiriçá, redimensionando a produção na perspectiva de garantir matéria prima para a transformação e/ ou beneficiamento, proporcionando a inclusão socioprodutiva, geração de renda e valorização das potencialidades territoriais	
ESTRATÉGIAS	METAS
Estruturação e revitalização de Sistemas Produtivos (produção, industrialização/ Processamento e Comercialização) da cafeicultura	Recuperação e revitalização lavoura cafeeira, dando ênfase a agricultura familiar, priorizando as lavouras de quintais agroflorestais, incluindo a produção e o beneficiamento;
	Revitalizar as estruturas de beneficiamento existentes na região cafeeira;
	Implantação de 10 viveiros de mudas de café para atender a agricultura familiar dos municípios que cultivam a lavoura;
	Criação do selo de produção para o território do Vale do Jiquiriçá;
Estruturação e revitalização de Sistemas Produtivos (produção, industrialização/ Processamento e Comercialização) da Meliponicultura e Apicultura	Revitalização /e/ou construção de 12 Unidades de beneficiamento do Mel (casas de mel) que atenda a inspeção federal –SIF em dois anos;
	Elaboração de projeto para distribuição de 600 kits apícolas, para 12 municípios, no território do Vale do Jiquiriçá;
	Capacitação dos apicultores possibilitando acesso a credito, aumento da produtividade através de práticas de manejo e na revegetação de áreas degradadas com plantas melíferas;
	Garantir nos municípios a comercialização através do PAA, PNAE e outras formas institucionais;
Estruturação e revitalização de Sistemas Produtivos (produção, industrialização/ Processamento e Comercialização) da Bovinocultura de Leite.	Fortalecer e estabelecer parcerias com as Associações de apicultores existentes e propiciar condições para criação de entidades representativas dos apicultores nos municípios onde não existem.
	Construir uma unidade integrada (laticínio) no território;
	Reestruturar e ou construir 20 unidades de resfriamento de leite;
	Garantir a segurança alimentar do rebanho com a distribuição de mudas de palma para agricultores familiares portadores de DAP, criadores de bovinos de leite;

Estruturação e revitalização de Sistemas Produtivos (produção, industrialização/ Processamento e Comercialização) da Caprinocultura e Ovinocultura.	Promover a instalação/funcionamento de uma unidade de beneficiamento (abate) para estimular o consumo de produtos da cadeia de caprinos e ovinos, respeitando hábitos e costumes locais;
	Garantir a segurança alimentar do rebanho com a distribuição de mudas de palma para os agricultores familiares portadores com DAP, que sejam criadores de caprinos, ovinos.
Estruturação e revitalização de Sistemas Produtivos (produção, industrialização/ Processamento e Comercialização) da Mandiocultura.	Revitalizar as unidades de beneficiamento da mandiocultura e seus derivados existentes e sem funcionamento;
	Construção de 10 novas unidades de beneficiamento de farinha de mandioca para atender a 10 municípios, com estrutura anexa para fecularia;
	Criar uma rede de multiplicação e distribuição de manivas - semente de mandioca, com qualidade genética e fitossanitária;
	Capacitar os agricultores familiares para superar os problemas de baixa produtividade e qualidade do produto.
Estruturação e revitalização de Sistemas Produtivos (produção, industrialização/ Processamento e Comercialização) da Cacaucultura.	Construir a unidade de Beneficiamento de Chocolate prevista no PROINF em Mutuipe;
	Criar uma rede de multiplicação e distribuição de mudas de cacau com qualidade genética e fitossanitária;
	Capacitar os agricultores familiares para superar os problemas de baixa produtividade e qualidade do cacau.
Estruturação e revitalização de Sistemas Produtivos (produção, industrialização/ Processamento e Comercialização) da Bananicultura.	Construir 7 unidades de seleção e pós colheita nos municípios produtores;
	Criar uma rede de multiplicação e distribuição de mudas de banana com qualidade genética e fitossanitária;
	Ampliar o controle fitossanitário para evitar a propagação de doenças da cultura;
	Capacitar os agricultores familiares para superar os problemas de baixa produtividade e qualidade do produto.
Estruturação e revitalização de Sistemas Produtivos (produção, industrialização / Processamento e Comercialização) da Floricultura	Revitalizar e implantar 5 unidades de produção de flores em diferentes municípios no território do Vale do Jiquiriçá;
	Capacitar os agricultores familiares para superar os problemas de baixa produtividade e qualidade do produto.
Estruturação e revitalização de Sistemas Produtivos (produção, industrialização / Processamento e Comercialização) da Fruticultura (incluso as frutíferas tropicais cultivadas quanto de extrativismo tipo: umbu, caju, maracujá, e maracujá do mato, licuri, jaca, etc...).	Criar um programa de revitalização da Fruticultura de Sequeiro com utilização de tecnologias apropriadas e ao alcance da Agricultura familiar, visando o aumento da Produção e produtividade das Frutíferas;
	Mapear as zonas de Produção nos municípios do território;
	Construir ou revitalizar 20 viveiros para a produção

	de mudas de fruteiras e essências florestais;
	Construir 20 unidades de beneficiamento/processamento de frutas e derivados
	Capacitação dos agricultores familiares em técnicas de cultivo, de beneficiamento, industrialização e conserva de fruta;
	Criar infraestrutura de escoamento e comercialização dos produtos, através do fortalecimento das organizações comunitárias e das cooperativas existentes;
	Comercialização das frutas e seus subprodutos para a Alimentação Escolar via PAA, PNAE
	Capacitar os agricultores familiares para superar os problemas de baixa produtividade e qualidade do produto.
Estruturação e revitalização de Sistemas Produtivos (produção, industrialização/Processamento e Comercialização) da Olericultura	Implantar 4 horta escolar por município, prioritariamente nas escolas do campo;
	Revitalizar os antigos entrepostos da Ceasa localizados em Jaguaquara e Itiruçu;
	Capacitar os agricultores familiares para superar os problemas de baixa produtividade e qualidade do produto.

Políticas Públicas e Programas de Crédito Rural	
OBJETIVO: Garantir a efetivação e o acesso as políticas públicas e aos programas de Crédito Rural existentes	
ESTRATÉGIAS	METAS
Promover o acesso à terra para assentamento de famílias de trabalhadores rurais, quilombolas e agricultores sem-terra.	Cadastrar e demarcar as áreas remanescentes de quilombos no território do Vale do Jiquiriçá;
	Fazer capacitação para as comunidades quilombolas, conhecerem as regras para facilitar o acesso ao crédito e demais políticas públicas;
	Trabalhar com o Consorcio para levantar junto aos órgãos responsáveis (INCRA e CDA) todos os dados possíveis acerca da situação fundiária dos municípios do Vale do Jiquiriçá;
	Garantir a regularização fundiária e titulação das terras e priorizar os levantamentos realizados pelo CDA (Consorcio) para entrega das áreas em processo de titulação;
	Garantir o acesso a terra, seja pela Reforma Agrária e Crédito Fundiário;
	Realizar vistoria e avaliação de imóveis rurais;
	Garantir o acompanhamento técnico nos assentamentos existentes;
	Priorizar nos municípios o acesso as Políticas Públicas existentes como PAA PNAE e PNHR (Moradia);
Universalizar o acesso programa água para todos/para produção/ASA;	
Assegurar a política de acesso ao crédito rural	Garantir que os agentes financeiros tenham como metas as modalidades de PRONAF, não apenas por volume de recursos, priorizando o PRONAF mulher e

	jovem
	Realizar no mínimo 02 oficinas de gestão de estoques por ano em cada município por quatro anos;
	Realizar 03 cursos de capacitação sobre gestão financeira por ano em cada município por quatro anos;
	Realizar 03 Oficinas de capacitação em associativismo e cooperativismo no território do Vale do Jiquiriçá;
	Divulgar e orientar o acesso à linha de crédito do PRONAF Agroecologia e PRONAF Semiárido, através de realização 04 de Oficinas nas micro regiões do território;
	Realizar pelo menos um curso sobre PAA/PNAE em todos os municípios do Território;
	Provocar os agentes financeiros para oferecer linhas de crédito para financiamento e capital de giro no comércio: MPE – Micro e Pequena Empresa; MEI – Microempreendedor Individual e CREDIAMIGO – Setor Informal.
	Fomentar a criação dos bancos comunitários, como forma de estimular a criação de fundos rotativos da agricultura familiar e ampliar as linhas de crédito para os empreendimentos de Economia Solidária.

Diversificação das atividades produtivas	
OBJETIVO: Criar oportunidades de trabalho e de geração de renda na região, através do fortalecimento das atividades da agricultura familiar;	
ESTRATÉGIAS	METAS
Fortalecer o Cooperativismo e associativismo	Capacitações para desenvolver os princípios do associativismo
	Capacitação para as associações nos aspectos relacionados à gestão, produção e comercialização, ampliando seus objetivos, tornando-as mais independente do poder público;
	Capacitação de cooperativas nos aspectos relacionados à gestão, produção e comercialização
	Intercambio de cooperativas e associações com outras realidades a nível de Estado
	Implementar, junto às escolas da zona rural e com o apoio das Secretarias municipais de educação, a introdução de disciplina e uma ação interdisciplinar transversal, tendo como base os princípios associativistas e cooperativistas;
	Incentivar e/ou apoiar a formação de redes solidárias de produção, consumo e prestação de serviços

Turismo – reestabelecer os “Caminhos do Jiquiriçá”
OBJETIVO: Criar oportunidades de trabalho e de geração de renda na região, através da divulgação dos empreendimentos locais voltados para as atividades turísticas, reestabelecendo “Caminhos do Jiquiriçá”

ESTRATÉGIAS	METAS
Desenvolvimento do potencial turístico, esportivo e implantação de espaços de lazer Territorial, revitalizando “os caminhos do Jiquiriçá”.	Revitalizar a Zona Turística: Caminhos do Jiquiriçá atendendo a portaria do MTur que organiza o Mapa de turismo do Brasil, através da criação do órgão municipal responsável pelo turismo, seja secretaria, fundação, coordenadoria, gerência, departamento ou diretoria, com orçamento próprio;
	Realizar o inventário das áreas potenciais turísticas do território do Vale do Jiquiriçá;
	Estudo e catalogação de lugares de interesse para fins de exploração turísticos (naturais, religiosos, históricos, pinturas rupestres, observação de aves, feiras e eventos);
	Dotar as Unidades de conservação de trilhas e parques (turismo de aventura) nas áreas afins;
	Dotar pontos turísticos existentes de acessibilidade e Implantar sinalização nos lugares de interesse turísticos;
	Estimular o Turismo Rural, como alternativa a agricultura familiar do Vale do Jiquiriçá;
	Construir um material guia sobre as reservas e do patrimônio material e imaterial existentes no vale;
	Reestruturar o “Caminho da paz” dotando de infraestrutura para atender aos andarilhos, o Caminho da Paz é o primeiro do gênero no Nordeste do Brasil, aos moldes de outros caminhos existentes no mundo inteiro;
	Elaborar produtos editoriais e de divulgação do Turismo no Vale do Jiquiriçá
	Qualificação de pessoal para desenvolver o potencial turístico
Realizar e apoiar capacitação técnica e gerencial para os artesãos	

2.2.4 EIXO DO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Infraestrutura e Serviços Públicos	
OBJETIVOS: Infraestrutura e Serviços Públicos	
ESTRATÉGIAS	METAS
Construir e implementar o Plano Territorial de Saneamento Ambiental, estabelecendo ações de curto, médio e longo prazos.	Assegurar que a concessionária (EMBASA) apresentação e implementação de programas/projetos de Tratamento de esgoto e efluentes nos municípios do território; (competência das concessionárias), com a elaboração e implementação dos planos de saneamento em todos os municípios;
	Contratação de consultoria para construção de projetos para elaboração de plano territorial de saneamento básico.
	Construção de rede de esgoto em todos os municípios do território;
Ampliação de rede de água na sede dos municípios e zona rurais;	Incluir Sistema de Saneamento e Abastecimento de Água – SSAA, com água tratada, moradores da zona rural
	Ampliar a construção de cisternas na zona Rural;
	Construção, ampliação e limpeza de barragens e aguadas de pequeno e médio porte no interior dos municípios;
	Promover a manutenção de aguadas;
	Revitalização dos mananciais para abastecimento
	Promover o uso racional da água e sistema de duas águas (abastecimento e produção) através da Educação Ambiental;
	Assegurar a Educação Ambiental nos programas de saneamento ambiental
	Implantação de x sistema simplificado de água nas zonas rurais do território para consumo
Implantação de x sistema simplificado de água nas zonas rurais do território para produção;	

Mobilidade	
OBJETIVO:	
ESTRATÉGIAS	METAS
Recuperar as rodovias municipais que se encontram em situação precária;	Disponibilização de patrulhas mecanizadas para melhorias das estradas vicinais no território;

<p>Construção de novas Rodovias Estaduais para ligar os municípios do Vale do Jiquiriçá.</p>	<p>Revisão do desenho viário da Ponte Salvador Itaparica, contemplando o Território vale do Jiquiriçá através do trecho Santo Antonio – Amargosa – Milagres,</p>
	<p>Reestruturação da rede de rodovias do Território: a exemplo dos trechos: Mutuipe - Amargosa; Amargosa - Santo Antonio de Jesus; Santa Terezinha - Elísio Medrado; Amargosa – Brejões; Ubaíra – Brejões Cravôlandia – Itaquara Laje - São Miguel das Matas Baixão – Apuarema; Mutuipe - Serra Grande, Mutuipe -Tancredo Neves Irajuba - Planaltino (BA 888 a Ba 026) Itaquara - Teolandia, Itirucú - Pabuçú; Itaquara – Br 116</p>

CAPÍTULO III

3.1. Instrumentos Estratégicos para Gestão do Desenvolvimento

A gestão do plano se caracteriza, sobretudo, pela responsabilidade do colegiado territorial do Vale do Jiquiriçá perante a implementação do PTDRS, portanto essa gestão deve ser participativa. Para isso, deverá melhorar e estruturar as (câmaras temáticas, comitês, núcleos, grupos de trabalho, dentre outros) e constituir um instrumento de gestão que seja capaz de articular, acompanhar e monitorar o Plano.

A gestão do PTDRS deverá contribuir para:

- a) Constituir um grupo de apoio as Câmaras Técnicas para acompanhar a implementação do PTDRS;
- b) Transformar as estratégias do PTDRS e as metas, em ações operacionais;
- c) Transformar as estratégias do PTDRS e as metas, em tarefas para o colegiado;
- d) Buscar na sinergia institucional, a execução das estratégias/programas do PTDRS, através dos diversos parceiros no governo federal; estadual e municipal.

Para a eficácia da Gestão do Plano, deverão ser implementadas e construídas algumas ações para fortalecer a Gestão Social:

- a) Obter apoio das universidades, Institutos federais e CETEPs do território;
- b) Constituir um grupo para elaboração de projetos, buscando apoio do MERCOVALE; EDUCAVALE e Consorcio;
- c) Realizar a revisão dos projetos em execução ou em tramitação, e resolver a questão de projetos desativados ou em pouco uso;
- d) Buscar parcerias para realizar estudos de viabilidade socioeconômica dos projetos em execução ou em tramitação.
- e) Garantir que os projetos a serem implantado no Vale, tenham prévio estudo de viabilidade.

Para a Gestão eficiente do Plano propõe-se as seguintes atividades organizacionais do Colegiado:

- a) Recompôr as câmaras setoriais do Colegiado territorial, para que trabalhe na implementação das ações previstas nos eixos temáticos de desenvolvimento proposto nesse Plano;
- b) Garantir como ferramentas para gestão do Plano, a realização e a participação dos diversos atores nas reuniões plenárias;

Ações de Monitoramento e Avaliação do Plano - devem ser implementadas as seguintes ações para a realização do monitoramento e avaliação do Plano:

- a) Construir parceria com o Consorcio, para garantir algumas atividades que demandam transporte, como realização de visitas técnicas e acompanhamento sistemático aos projetos implantados e aos que estão em tramitação;
- b) Realização de reuniões por micro-regiões dentro do Território para avaliação e monitoramento;
- c) Realização de reuniões por eixos temáticos dentro do Território para avaliação e monitoramento;
- d) Viabilização das Câmaras Setoriais com a responsabilidade articular conselhos municipais e associações para levantamento das informações necessárias nos municípios e para realizar o monitoramento e avaliação do Plano;
- e) Reativar o blog do território e criar um banco de dados de fácil acesso a todos do Vale do Jiquiriçá;

Estratégia de divulgação do Plano:

A legitimidade do Plano só ocorrerá com uma ampla divulgação. Para tanto propõe-se os seguintes Instrumentos que deverão ser viabilizados e algumas tarefas que devem ser realizadas, para a divulgação do PTDRS:

- a) Formação de um grupo de comunicação para atuar no colegiado;
- b) Revitalizar o blog e criar um site do Território;
- c) Divulgar nas rádios do território;
- d) Socialização dos espaços já existentes para divulgar as ações do Território.
- e) Criar estratégias de divulgação interna e externa dos acontecimentos do Território;
- f) Criação de informativo/folder com as ações planejadas e as ações executadas no Território

- g) Cabe ainda à SDT divulgar entre seus colaboradores, servidores e grupo de direção adotá-lo como referência na implementação das ações de Desenvolvimento Territorial no estado/território, assim como deverá ser divulgado para os demais ministérios.

Por fim, é importante ressaltar que esse trabalho não está, ainda, concluído, carecendo do detalhamento dos programas e projetos selecionados, o que está sendo feito utilizando-se a metodologia participativa, imprimindo legitimidade a cada definição.

5. Referências Bibliográficas

LIMA, Aline dos Santos, CALHAU Ângela Andrade. **Estrutura Fundiária e Acesso a Terra no Vale do Jiquiriçá-Bahia.** Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/download/9450/6969>

Aline dos Santos Lima Dinâmica sócio-espacial do território vale do Jiquiriçá: estrutura fundiária e formas de acesso a terra. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/eventos/geofronteira/anais2011/Arquivos/Artigos/CONFLITOS/Artigo3.pdf>

ALMEIDA, L. S. D. (2008). **O Vale de Jiquiriçá no contexto do circuito espacial produtivo do cacau.** *Departamento de Geografia, Instituto de Geociências.* Salvador, Universidade Federal da Bahia.

ATHAYDE FILHO, V. D. & FERNANDES, C. M. (2005). **Vale do Jiquiriçá: diagnóstico do território e caracterização de projetos inter-municipal de desenvolvimento.** Salvador, FAPES - Fundação de Administração e Pesquisa Econômica - Social. 2005.

BARRETO, A. C., CARNEIRO, A., SANTOS, R., BRITO1, P. L., GONZALEZ, A. & BRASILEIRO, M. (2002) Modelo Participativo de gestão de recursos hídricos na bacia do Rio Jiquiriçá, Bahia Brasil.

BRANT, R (2001) **Previdência, Inclusão Social e Combate a Pobreza. Texto elaborado a partir da exposição do Ministro da Previdência e Assistência Social do Brasil** no seminário *Towards a Shared Vision of Development: High Level Dialogue on Race, Ethnicity and Inclusion in Latin America and the Caribbean*, promovido pelo BID, Washington DC 18 Junho 2001. Informe de Previdência Social, Ministério de Assistência Social Julho 2001, Vol 13, No.7

BRASIL, Ministério da Educação. **Censo Escolar, 2015.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em: 20/06/2015

C. I. V.J. (2002) **Gestão participativa dos recursos hídricos no Rio Jiquiriçá, Bahia, Brasil.** Consorcio Inter-Municipal do Vale de Jiquiriçá, Salvador

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (Ba)

Superintendência Regional;

COSTA, L. & MARINHO, R.(2008) **A formação do moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil**, in: COSTA, L.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. *Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares*, Rio de Janeiro: Maua.

COSTABEBER, José Antônio. **Transição Agroecológica: Rumo à Sustentabilidade**. 2009. Disponível em: . Acesso em: 01, abril. 2012.

FAVARETO, A. & ABRAMOVAY, R. (2009) **O surpreendente desempenho do Brasil rural nos anos 1990**. RIMISP - Latin American Centre for Rural Development.

FERNANDES, C. M. A & ATHAIDE FILHO, V. DE (2007) Plano-Safra Territorial 2007 / 2008: **Território do Vale de Jiquiriçá, Bahia**. IN AGRARIO, M.-M. D. D. (Ed.).Ubaira, Bahia, MDA / FAPES / CEPLAC.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15, abril. 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Horizontina – RS. 2006. Disponível em: . Acesso em: 15, abril. 2012. IBGE. Contagem da População 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: . Acesso em: 15, abril. 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Lavoura Temporária 2010. Horizontina – RS. Disponível em: . Acesso em: 29, abril. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE Base de Informação municipal. 2009.

MELO, V. P., OLIVEIRA, M., PASTANA, C., AKUTSU, L. & PEREIRA, A. (2002) **Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá – Bahia: uma análise sob a ótica das configurações em rede**. *Encontro de Estudos Organizacionais*, 2. Recife, PROPAD / UFPE.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio de. O espaço rural e a produção agrícola. In:_____. Geografia - Ensino Médio. Volume Único - 2009. Unidade 08. São Paulo, 2009. Editora Scipione. P. 522-525.

OLIVEIRA.G G. (2008) Projeto Timbo: **Relatório Socio Econômico. Conhecimento científico e sabedoria popular preservando a Mata Atlântica no Vale do Jiquiriçá (Projeto no. 079-MA/PDA – MMA)** Centro de Desenvolvimento e Agroecologia Sustentável Sapucaia – CENTRO SAPUCAIA, Amargosa

OLIVEIRA FILHO, W. A. D. (2006) **A política articulada de desenvolvimento territorial rural implementada no estado da Bahia: uma análise descritiva. Desenvolvimento regional: análise do Nordeste e da Bahia**. Salvador, SEI.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Os Kiriri Sapuyá de Pedra Branca. Centro de Estudos Baianos na Universidade Federal da Bahia. 1985.

RIOS, RICARDO BAHIA Consorciamento intermunicipal no Brasil: experiências de cooperação e desenvolvimento no território do vale do Jiquiriçá (BA). Dissertação 2015

OLALDE, A. R.; QUAN, J.; SOUZA V. S. R.; OLIVEIRA, A. S. **Dinâmicas territoriais no Vale do Jiquiriçá, Bahia**, Brasil. In Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 8., 2010, Porto de Galinhas. Anais... Porto de Galinhas: UFRPE, 2010. p. 1 - 20.

OLALDE, A. R. et al. **Dinâmicas Rurais Territoriais no Vale de Jiquiriçá, Bahia, Brasil: Resultados da 1ª fase de pesquisa**. Universidade Federal da Bahia/Projeto Geografar, 2009. Disponível em: <https://www.myctb.org/.../comunidadDTR/.../VALE%20DE%20JIQUIRICA%202a%20borador%20final%2030%20Nov>. Acesso em: 05 fev. 2010.

RUIZ OLALDE, A. & OLIVEIRA, G. G. D., GERMANI, GUIOMAR INEZ, CHAMO LAURA (2007) **Indicadores de desarrollo territorial en el Valle del Jiquiriçá - Bahia, Brasil**. *1 Seminario de cooperación y desarrollo en espacios rurales Ibero-Americanos: sostenibilidad y indicadores, 16 - 17 Octubre 2007*. Almeria, Spain, University of Almeria.

RUIZ OLALDE, A., VELOSO, T. & OLIVEIRA, G. G. D. (2007) **La formación de los Consejos de Desarrollo Territorial en Bahia, Brasil**. *Working Paper, GeografAR*. Salvador, UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

SANTOS, Edinéia Oliveira dos. **Relatório Técnico do processo de elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PTDRSS: a dimensão da Educação do Campo do Território do Vale do Jiquiriçá**. UFRB/CFP: Bahia, 2017.

SEI (2004) *Análise territorial da Bahia rural*, Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. Brasília: SDT/MDA, jun. 2005.

SEPLAN. INGA. BAHIA.SDT. **Plano de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT. do Vale do Jiquiriçá (PRELIMINAR)**. Vale do Jiquiriçá – BA, set. 2010.

SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. Índices de desenvolvimento Econômicos e Social dos municípios Baianos:

Salvador: SEI 2002.

SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA –
SEI. Índices de desenvolvimento Econômicos e Social dos municípios Baianos:

Salvador: SEI 2002.

Silva et al. **Características do Território e da sociedade no Estado da Bahia**. 2002.
Disponível em: www.tdx.cat. Acessado em 21/11/2014.
*http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/1944/6.TERRITORIO_SOCIEDADE_ESTA
DO_BAHIA.pdf;jsessionid=E59507718824AD0AD3029CE41EAECF8A?sequence=11*

6. Anexos

6.1 Lista de Sites e portais Consultados.

<http://www.saude.ba.gov.br/portalesab/>

<http://www.mda.gov.br/>

<http://www.car.ba.gov.br/>

<http://www.incra.gov.br/>

<http://www.ibge.gov.br/>

<http://www.rimisp.org/>

<http://www.cda.ba.gov.br/>

<http://www.sei.ba.gov.br/>

<http://www.mec.gov.br/>

<http://www.sudene.gov.br/>

<http://www.seagri.ba.gov.br/>